



JOSÉ MARIA DA SILVA
PARANHOS,
BARÃO DO
RIO BRANCO

UMA BIOGRAFIA
FOTOGRAFICA

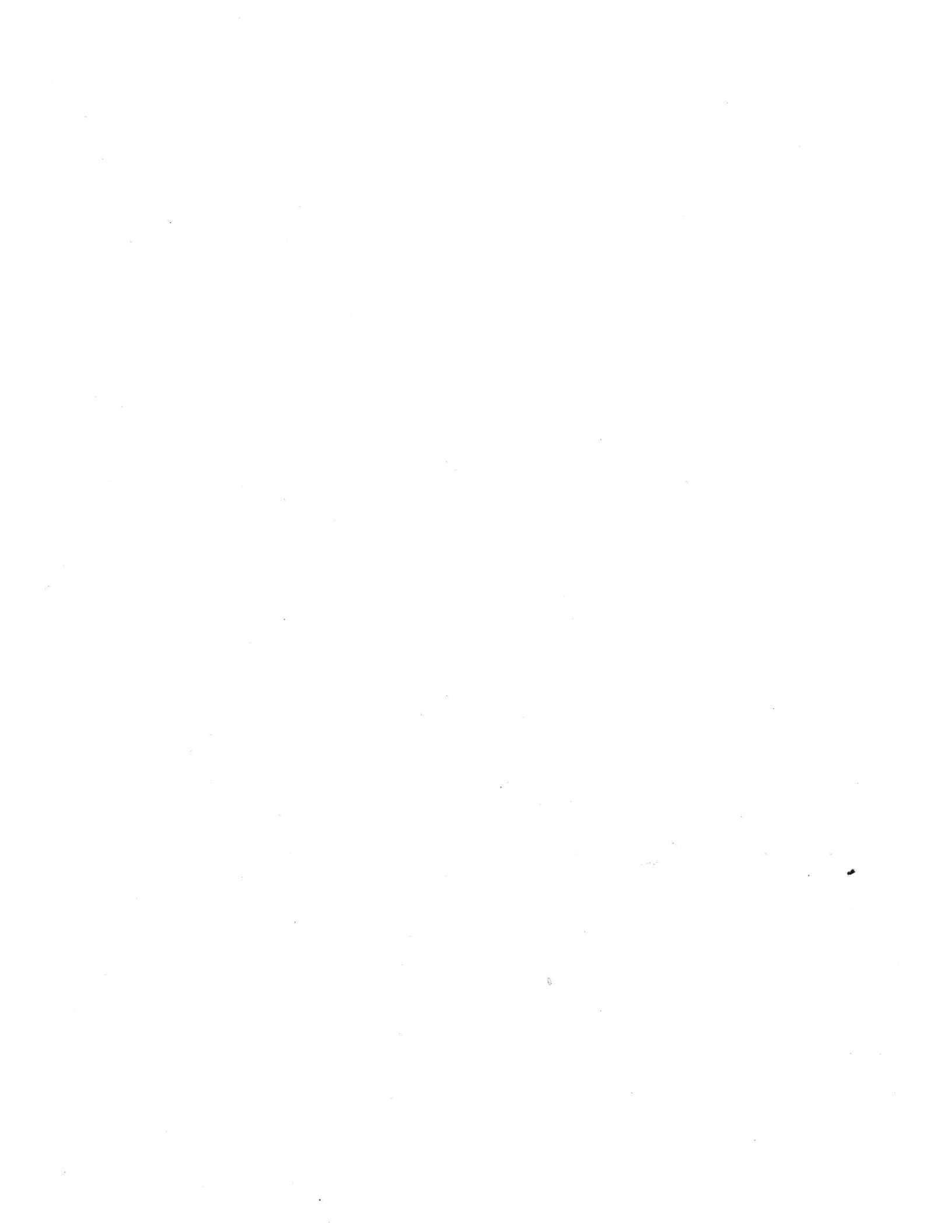
FUNDAÇÃO
ALEXANDRE DE GUSMÃO
2002

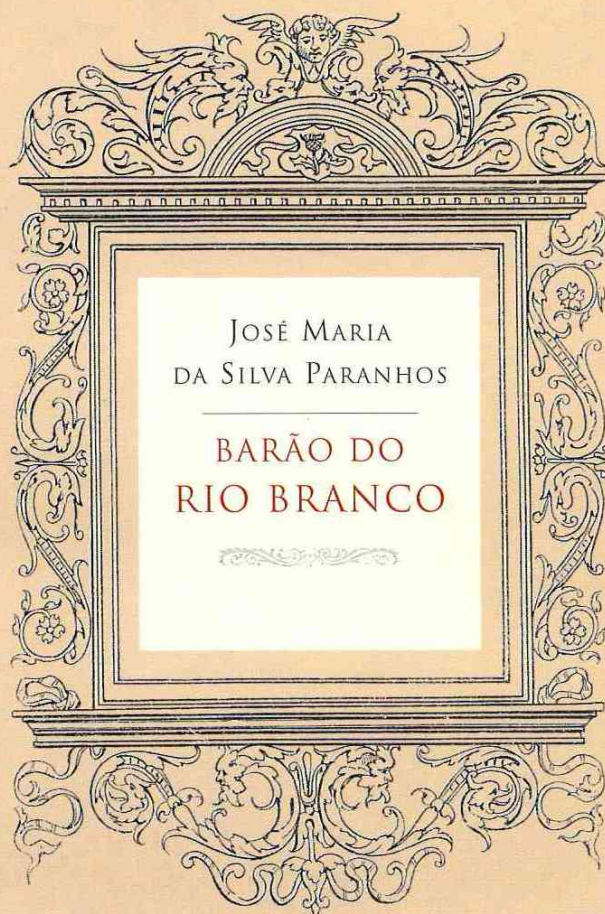


FUNDAÇÃO
ALEXANDRE DE GUSMÃO



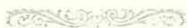






JOSÉ MARIA
DA SILVA PARANHOS

BARÃO DO
RIO BRANCO









JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS,
BARÃO DO
RIO BRANCO

UMA BIOGRAFIA FOTOGRÁFICA



TEXTO DE
RUBENS RICUPERO

ORGANIZAÇÃO, ICONOGRAFIA
E LEGENDAS DE

JOÃO HERMES PEREIRA DE ARAUJO

COM A COLABORAÇÃO DE
RICARDO JOPERT

SEGUNDA EDIÇÃO
REVISTA E AMPLIADA PELO AUTOR



2002



CENTENÁRIO DE POSSE DO
BARÃO DO RIO BRANCO
COMO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO -
FUNAG

Presidente:

THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática:

ALVARO DA COSTA FRANCO FILHO

Diretor do Departamento de Administração Geral:

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR

Coordenadora da publicação da presente edição:

MARIA DO CARMO STROZZI COUTINHO

Coordenação editorial:

PEDRO CORREA DO LAGO

Projeto gráfico:

VICTOR BURTON

Designers assistentes:

DANIELE MARTINS

LILIAN MOTA

ADRIANA MORENO

Reprodução fotográfica:

HUGO LEAL

ZECA GUIMARÃES

LUIZ MIGUEL

Impressão e acabamento:

AO LIVRO TÉCNICO IND. E COM. LTDA.

Produção gráfica:

FLÁVIO ESTRELA

A P O I O :

ODEBRECHT

A G R A D E C I M E N T O S :

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

MAPOTECA DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

FUNDAÇÃO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

A

Fundação Alexandre de Gusmão,
com o apoio da Construtora Odebrecht S.A.,
tem o prazer de entregar ao público a presente edição
da memória iconográfica de um grande brasileiro,
que é também a visão de uma cidade e de um tempo:
o Rio de Janeiro do início do século.

Este projeto teve início na gestão de
Gelson Fonseca Júnior; a primeira edição foi
publicada em 1995, por ocasião do
sesquicentenário de nascimento do Barão,
sendo Presidente da FUNAG João Clemente Baena Soares.

FOTO DA PÁGINA 6

"Paz e Concórdia"

Pedro Américo de Figueiredo e Melo - 1902

óleo sobre tela. 300 x 431 cm

Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty

Na grande alegoria, Pedro Américo colocou, à direita, o barão do Rio Branco, saudando sugestivamente a figura central da composição, vestido de toga, com a Ordem de Cristo do Brasil pendente do pescoço e o livro da lei mantido na mão esquerda. Quis o pintor representar, ao mesmo tempo, o espírito jurídico do barão e sua grande contribuição ao bom relacionamento entre as nações, isto é, à paz e à concórdia.

FOTO DA PÁGINA 8

Busto do barão do Rio Branco.

c.1910 - mármore de Carrara

65 x 32 x 21 cm.

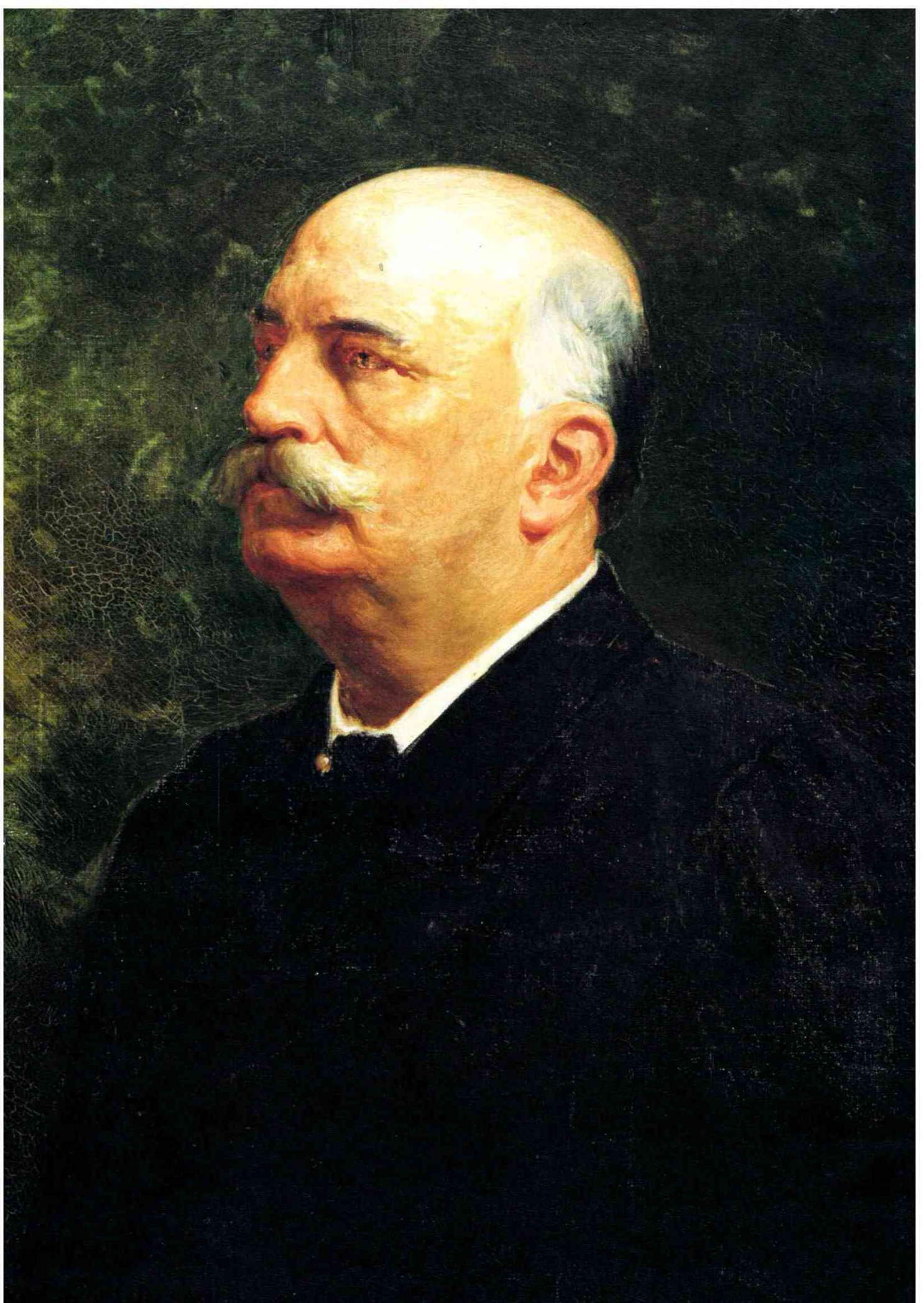
"Como é frequente nos vaidosos, Paranhos adorava fazer-se fotografar. Isso nos permite acompanhar suas metamorfoses até chegar à figura clássica da idade madura, com que passou à posteridade" (Viana Filho, Luiz, op. cit. p. 92)

NA PÁGINA AO LADO

José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do Rio Branco.

óleo de Carlos de Servi - 81 x 60cm

"À diplomacia de Rio Branco poder-se-ia aplicar, com inteira precisão, o famoso conceito do Conselho de Estado do Império: "Diplomacia" inteligente, sem vaidade; franca, sem indiscrição e enérgica sem arrogância" (Viana Filho, Luis, "A vida do barão do Rio Branco" p.864).







José Maria da Silva Paranhos,
visconde do Rio Branco
(1819-1880).

*óleo de Louis Guedy - Paris, 1884 -
1.50m x 1.090m*

*Inspirado na fotografia de Henschel
& Benque, Fotografia Alemã,
Rio de Janeiro.*

"Traço sempre vivo, nunca
escondido, no segundo Rio
Branco: o sentimento de
identificação com seu pai, um
sentimento de exaltado e
comovido amor ao visconde do
Rio Branco, chegando, sob
certos aspectos, a um tom quase
místico e religioso" (Lins,
Álvaro, "Rio Branco", 2ª ed. p.3).

NA PÁGINA SEGUINTE

A casa do barão no bairro da
Westfália em Petrópolis.

*João Batista da Costa(1865-1926) -
óleo sobre tela - 89.5 x 115.5cm.*

"Construída no meado do
século XIX, era uma casa térrea,
ampla, onze janelas a olharem
para as águas plácidas do
Piabanha..., uma varanda a
marcar a entrada, que as
trepadeiras exuberantes, por
vezes floridas, refrescavam com
uma sombra densa e
acolhedora.."(Viana, Luiz. op.
cit. p.274)

À DIREITA

"Mímo" oferecido ao barão do Rio
Branco, por subscrição popular
promovida pelo Jornal do Commercio,
comemorando a solução arbitral da
questão de limites com a Guiana
Francesa, a cargo do Governo da
Confederação Helvética.

início do século XX - prata dourada

Museu Histórico e Diplomático do
Itamaraty. Faz parte de um conjunto que
inclui dois candelabros de prata.

NA PÁGINA AO LADO

Figuras votivas.

Tanagras, época helenística.

Sec. VI-III a.C. - terracota

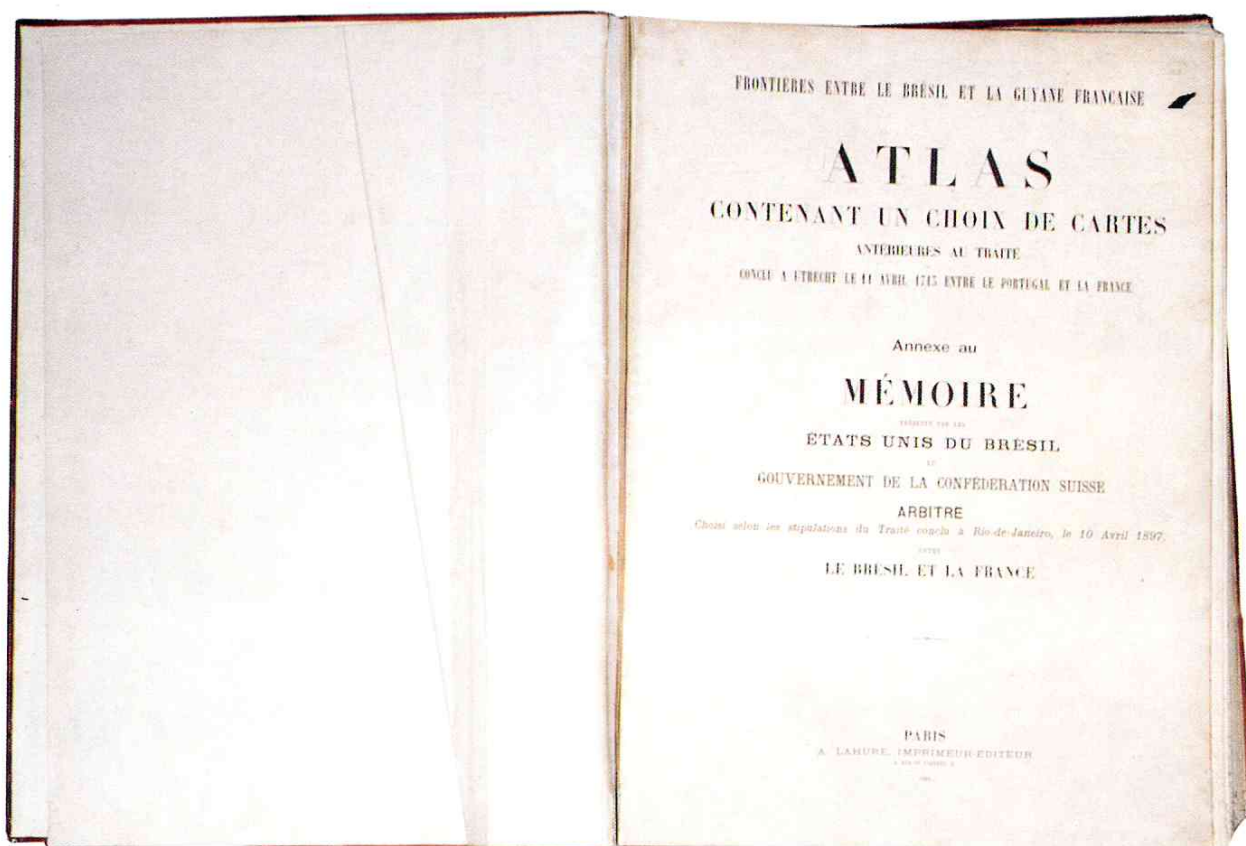
Alt. 20 a 22.5cm

Da coleção do barão do
Rio Branco.









Atlas que contém mapas anteriores ao Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, entre Portugal e a França. Anexo à Memória apresentada pelo Brasil ao Governo da Confederação Helvética para a arbitragem do litígio fronteiro entre o Brasil e a França na questão do Oiapoque. Paris, A. Lahure Imprimeur Editeur, 1899.

O barão especificou na Introdução que 66 das reproduções tinham sido feitas com base em originais gravados; 34, com base em originais manuscritos, todos muito raros, por ele localizados.

AO LADO

José Avelino Gurgel do Amaral

caricatura a óleo sobre cartão de autoria do barão do Rio Branco. Fins do Império ou início da República. Oferecida ao Itamaraty por seu filho o embaixador Silvino Gurgel do Amaral em 1934. Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty.

Esta curiosa caricatura de autoria de Rio Branco, a única que se conhece a óleo, por ele oferecida a seu grande amigo José Avelino, procura satirizá-lo pela alegada não-remessa de seu jornal a assinantes residentes no exterior.



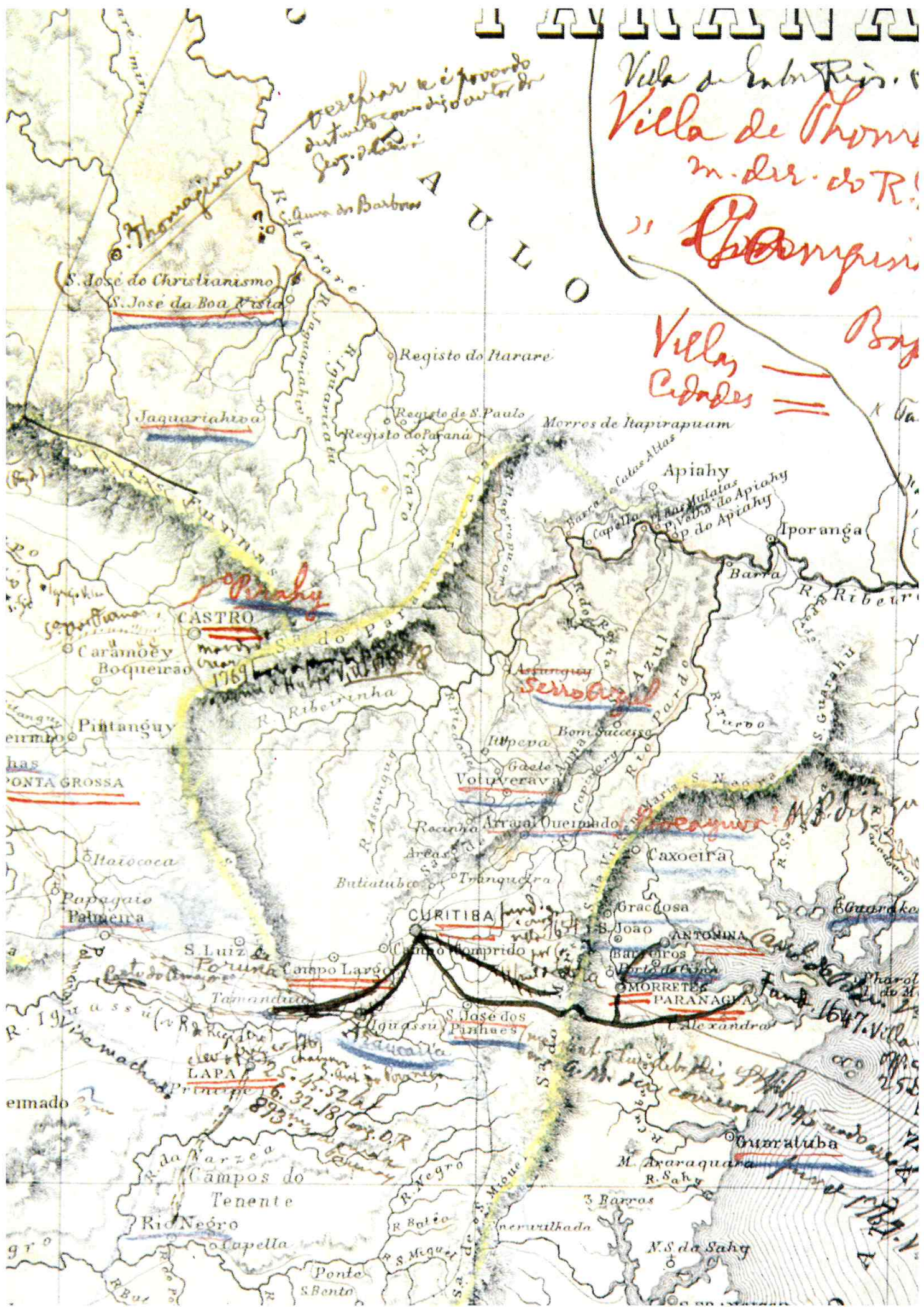
Pasta para documentos.

"Lésard" vermelho, com monograma R.B. entrelaçados, e decoração em prata, em estilo "Art Nouveau". 0.40m x 0.290m

NA PÁGINA SEGUINTE

Mapa parcial da então Província do Paraná, com anotações do barão do Rio Branco, com referência à questão de Palmas ou das Missões. in "Atlas do Império do Brasil" compilado pelo barão Homem de Melo e pelo tenente-coronel Francisco Antônio Pimenta Bueno.

Rio de Janeiro, Ed. Angelo Agostini e Paulo Robin, 1892



Vila de Santa Rita
 Villa de Thomaz
 m. der. do R!
 " *Paraty*

Vilas =
 Cidades =

*perplexar e ijuvendo
 distando com d. s. autor de
 Joz. de S. J.*

S. Jose do Christianismo
 S. Jose da Boa Vista

Jaquariahuva

Paraty
CASTRO

Serobizal
Serobizal

Paraty
Paraty

CURITIBA

ANTONINA

MORRETES

PARANAGUA

Campos do Tenente

LAPA

M. Araraquara

R. Sahy

3 Barros

N.S da Sahy

Rio Negro

capella

Ponte

S Bento

A
 U
 L
 O

Boa

Ua

R. Sa

R. Ribeir

R. Guarahu

R. S. Negro

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

R. S. S. N. de

Castro

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

Paraty

UM PERSONAGEM DA REPÚBLICA

Rubens Ricupero

O Tempo e o Mundo de Rio Branco:

Os Anos de Formação no Brasil do Segundo Império e no Prata (1845-1876)

28

O Tempo e o Mundo de Rio Branco:

A Longa Preparação na Europa do Apogeu Vitoriano (1876-1902)

38

O Chamado da Vida Ativa:

O Arbitramento de Palmas ou Missões e do Amapá (1893- 1900)

54

O Breve Interlúdio de Berlim

e a nomeação como Ministro das Relações Exteriores de Rodrigues Alves (1900-1902)

66

A Obra do Ministro:

A Reforma do Itamaraty

70

O Grande Desafio:

O Problema do Acre

74

A Política Territorial de Rio Branco

81

Os Estados Unidos

e o Novo Paradigma da Política Externa

85

Uma Antecipação do Futuro:

O Projeto Sul-Americano da A.B.C.

93

Os Limites da Aliança Não-Escrita:

A Crise da Haia

101

O Destino do Paradigma

105

O Que Faria o Barão Hoje ?

Pistas sugeridas por Suas Idéias Políticas

113

Contrastes e Confrontos:

A Personalidade Moral e a Intelectual

129

Notas

141



Rubens Ricupero

Quando Gelson Fonseca, então presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, me pediu para escrever esta introdução, perguntei-lhe se desejava uma síntese da vida ou um estudo analítico da obra de Rio Branco. Sua resposta foi: “Procure mostrar por que o Barão é importante, o que justifica sua relevância ainda agora.”

Interpretei a orientação como sendo algo a meio caminho entre o relato da vida e o exame da obra. Ou melhor, o esforço para mostrar como uma é inseparável da outra, como no fundo, a obra se confunde com a vida.

Só assim, creio, se poderia explicar ao leitor de hoje as razões da permanência e da validade dos resultados de uma política exterior concebida e executada quase cem anos atrás.

Não se trata, portanto, de tentar duplicar com palavras o que o livro vai mostrar pela imagem fotográfica. Quem tiver apetite para mais, poderá sempre recorrer a uma das biografias relativamente recentes como a de Álvaro Lins e Luiz Viana Filho, capazes de atender plenamente à curiosidade acerca dos pormenores da origem familiar ou as vicissitudes da existência de Rio Branco.

Não se visa, tampouco, no outro extremo, a compor, com rigor acadêmico e abundância de citações, um estudo erudito e seco das idéias e do trabalho diplomático que trazem a marca do grande Chanceler.

Antes, o ideal seria ir desdobrando aos olhos do leitor, *pari passu* com as numerosas fotografias que lhe documentam a vida, as etapas de crescimento e maturação do pensamento e das ações de Rio Branco. Como nem tudo nessa trajetória foi passível de registro fotográfico, teremos de ir um pouco além das legendas que decifram a imagem, a

fim de dar conta da articulação e do encadeamento entre a vida e a obra.

Dizer o porquê da fama persistente do Barão parece tarefa enganadoramente fácil. Como, porém, evitar a sensação do já visto e ouvido numa história contada dezenas, centenas de vezes? De que forma convencer o cético leitor atual, correspondente ao “ouvinte agudo” e sem fé temido pelo Padre Vieira, de que alguma coisa de antes da Semana de Arte Moderna de 22 possa ter valor, apesar do envoltório em linguagem e estilo tão contrastantes com o nosso gosto? De que modo seria possível, num livro destinado a celebrar os 150 anos do nascimento do segundo Rio Branco, fugir aos clichês e lugares-comuns, recusar, sobretudo quando se é diplomata de carreira, seja a atitude apologética e triunfalista dos escritores do passado, seja o impulso iconoclasta nascido da antipatia pela personalidade ou as idéias daquele a quem é dedicada a obra?

Não obstante a falsa aparência que atribuía ao Barão uma imagem unidimensional, descomplicada, sólida e de um bloco inteiro, na prática as coisas eram mais complexas. Manuel de Oliveira Lima, que o conheceu bem e o julgou sem indulgência, dizia que sua inteligência era banhada de luz mas sua alma tinha refolhos (no artigo original, os dois elementos são citados em ordem inversa)¹.

De fato, há muito de inesperado, até de paradoxal no destino de um homem que passaria os primeiros 50 dos seus 66 anos em quase obscuridade para, de repente, conquistar uma das notoriedades mais duradouras da História brasileira.

Ele desmente nisso algumas idéias engenhosas mas que, ao menos no seu caso, não resistem à prova dos fatos. Em

uma de suas entrevistas, Tom Jobim afirmava que, para dar certo, o Brasil precisava aprender a gostar dos vencedores. Em lugar de teimar em torcer por Garrincha, por exemplo, o brasileiro tinha afinal de começar a gostar de Pelé.

Ora, o Barão foi um vencedor por excelência, tardio se quiserem, mas certo e infalível. Uma vez descoberto o caminho do sucesso, dele nunca mais se desviou. Arbitragem das Missões, do Amapá, a solução para o Acre, a Terceira Conferência Americana no Rio, o Caso Panther com a Alemanha ou do telegrama número 9 com a Argentina, o primeiro cardeal sul-americano destinado ao Rio de Janeiro, tudo que tocava, virava ouro. Não é à toa que

um povo humilhado e abatido pela inflação do Encilhamento e pelas atrocidades sem precedentes dos tempos de Floriano, os degolamentos e execuções sumárias da Rebelião Federalista, pelo massacre de Canudos, já sob Prudente de Moraes, a suspeita perturbadora de que, em fim de contas, não éramos muito distintos das republiquetas sul-americanas, que o Segundo Império não fora a regra mas a exceção, que esse povo se agarrasse às vitórias de Rio Branco como anos mais tarde lançaria mão das glórias esportivas para restituir-se um pouco de auto-estima.

Essa gratidão pelas vitórias, a população começou a tributar-lhe ainda em vida, com a recepção que reservou ao



seu regresso ao Rio de Janeiro para tornar-se ministro em dezembro de 1902, após 15 anos de ausência do Brasil e 26 anos de residência no estrangeiro. Foi uma das mais impressionantes manifestações de massa jamais testemunhadas pela Capital Federal, cujos cidadãos continuaram, nos anos seguintes, a multiplicar sinais de respeito e veneração ao conterrâneo Juca Paranhos, como se pode ver nas fotos onde populares se descobrem na Avenida Central à passagem de sua imponente figura, impecavelmente coberta de cartola naquele distante verão carioca.

Quase uma década mais tarde, o enterro no Caju, também num dia de verão de fevereiro de 1912, foi igualmente

Nomeado ministro das Relações Exteriores, chega à Guanabara em 1º de dezembro de 1902.

Rio de Janeiro. Fotógrafo: não identificado.

Aguarda-o uma recepção extraordinária: “Era um dia luminoso e cálido... Encheu-se de embarcações empavesadas, atonetadas de gente, o ancoradouro dos navios mercantes. Em meio deles, Rio Branco desceu do transatlântico para o galeão de D. João VI que o transportou a terra... Estrugiam aclamações e girândolas de foguetes; bandeiras multicores agitavam-se ao vento. Por um momento se deteve o galeão, e à popa assomou a figura imponente de Rio Branco agitando grande cartola cinzenta. As aclamações redobram... Em terra, a manifestação assumiu proporções assombrosas. (Levi Carneiro, “Discursos e Conferências”, p.54).





O enterro do Barão do Rio Branco.

Rio de Janeiro, 13.2.1912. in "A Careta". Edição especial da morte do Barão (17.02.1912).

Coleção Plínio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa.

O enterro de Rio Branco foi uma apoteose que demonstrou a popularidade de que gozava. Impressionava principalmente, não as autoridades civis e militares, o Corpo Diplomático e as tropas que lhe prestavam honras militares, mas o povo anônimo que não só acompanhava o féretro mas também apinhava as ruas por onde passava o cortejo, desde o Itamaraty até o Cemitério de S. Francisco Xavier, no Caju. Lá ele descansou ao lado da tumba do Visconde, seu pai.

retratado pelos contemporâneos como consagração como vedora e sem precedentes.

Nada, no fundo, anunciava essa glória intensa, a popularidade maior que a do velho Visconde, seu pai e antigo Presidente do Conselho, naquele que havia sido discreto estudante de Direito, promotor inconstante, fugaz professor de História e Geografia do Brasil do Colégio Pedro II, deputado sem distinção nem entusiasmo, apagado funcionário consular em Liverpool.

É interessante, a esse respeito, o contraste entre o Barão e seus dois grandes contemporâneos, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Ambos experimentaram o reconhecimento e a fama muito mais cedo, Nabuco como jovem e brilhante deputado e chefe abolicionista, promessa segura de um dia superar o pai a quem dedicou “Um Estadista do Império”. Rui, já célebre e festejado durante a monarquia, seria o Ministro da Fazenda do Governo Provisório e o principal criador da Constituição republicana. Coincidentemente, um e outro, em momentos diferentes, apresentaram ao público brasileiro o desconhecido Rio Branco, Rui no consagrado artigo que ocupou toda a primeira página do “Diário de Notícias” de 14 de outubro de 1889, acerca dos capítulos sobre o Brasil da *Grande Encyclopédie*. Muito tempo mais tarde, o Barão reconhecia em discurso na casa de Rui Barbosa:

“Quando eu era ainda no estrangeiro um ignorado estudante das coisas pátrias e propagandista humilde e muitas vezes anônimo dos progressos da nossa terra e dos feitos honrosos dos nossos compatriotas, foi o conselheiro Rui Barbosa quem, no jornal e com seu brilho costumeiro, chamou a atenção para estes meus pobres trabalhos e tornou conhecida entre nós a minha dedicação à pátria”.²

Da mesma forma, coube ao amigo Nabuco rerepresentá-lo no editorial escrito para o “Jornal do Comércio” de 9 de fevereiro de 1895, onde nota, a fim de festejar o êxito no caso das Missões:

“O Barão do Rio Branco, pode-se dizer, era até ontem muito mais conhecido em nosso país pelo reflexo do nome paterno do que pelo que ele mesmo já tinha feito”.

Quis o destino que os três homens seguissem trajetórias distintas. Na República, Nabuco nunca mais alcançaria na vida pública e no país a influência e o renome que tivera no

Império. Não chegou nunca a ser Ministro das Relações Exteriores, apesar do esforço de Rio Branco em convencer Rodrigues Alves de que o grande abolicionista faria um melhor ministro do que ele. Na questão dos limites com a Guiana Inglesa não teve a mesma sorte que favoreceu o colega nos arbitramentos das Missões e do Amapá. O melhor que ficou de Nabuco foi sua pregação social, seus inigualáveis discursos e livros. O que veio depois, a partir de 1902, apesar do brilho diplomático da atuação em Londres e Washington, deixa a impressão de um *finale* em tom menor, de um doce crepúsculo.

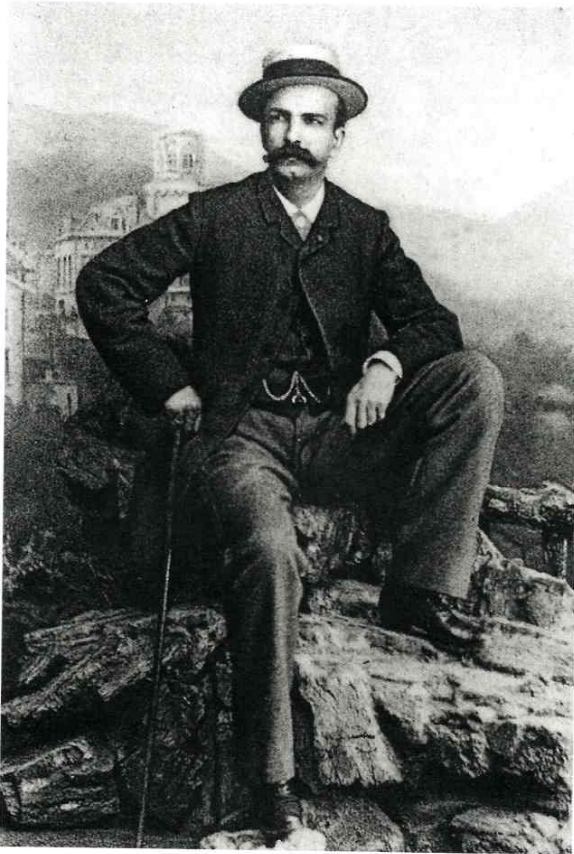
Rui Barbosa, por seu lado, nunca adormeceu o temperamento de lutador e a permanente disponibilidade para o sacrifício pelas causas nobres. Como lembrou Oswald de Andrade no belíssimo e curto discurso publicado na Obra Seleta de Rui Barbosa sob o título “Rui e a Árvore da Liberdade”, Rui esteve sempre pronto, como a semente do Evangelho, a morrer pelo dia seguinte do Brasil.³ Candidato perene a purificar e melhorar as instituições e os costumes públicos, Rui foi continuamente repellido pelo poder que desejava reformar, convertendo-se no símbolo mais puro do profeta em nossa História, voz que desperta as consciências mas fadada à incompreensão e à derrota, o grande perdedor pelo Brasil.

Em contraste, a trajetória do Barão, após um começo obscuro e vacilante, seguiu, sem contratempos nem recuos, uma linha ascendente límpida e invariável. Como disse Constâncio Alves:

“Ele saiu da penumbra para a glória, como um rio que, depois de um curso subterrâneo, inesperadamente desenrolasse à luz do sol uma corrente já majestosa”.

Na ascensão gradual mas segura e sem recaídas, no final *en beauté*, a morte no seu gabinete de trabalho, ainda ministro, ele se assemelha mais a outro grande sobrevivente do Império: Rodrigues Alves, falecido anos depois de uma presidência vitoriosa, às vésperas de tomar posse do segundo mandato presidencial para o qual havia sido eleito.

É tempo, pois, de indagar por que as coisas se passaram dessa forma e não de outra, qual a mistura de “virtù” e de “fortuna” que ajudam a entender o êxito tardio mas duradouro dessa vida cujo início, século e meio atrás, queremos celebrar.



O Barão do Rio Branco.

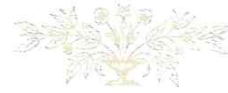
Litogravura segundo foto de Léopold. Royal-les-Bains, 1888.

“No salão da Viscondessa do Rio Branco, Juca Paranhos adquiriu o gosto da elegância, a polidez, as boas maneiras, o encanto da conversa, a graça diante das senhoras, toda uma formação mundana e social que mais tarde, no Itamaraty, faria dele como uma figura ressurgida do Império no meio dos costumes mais populares e democráticos da República”.

(Lins, Álvaro, *op. cit.* p. 11).

O Tempo e o Mundo de Rio Branco:

*Os Anos de Formação no Brasil
do Segundo Império e no Prata
(1845-1876)*



Quando se fala, como venho fazendo, na permanência dos resultados da ação de Paranhos, não se deve cometer o erro de imaginar que ele tivesse muito a ver com a nossa época e seus problemas, que ele tivesse deixado alguma receita capaz de nos guiar nos desafios de hoje.

O Barão foi essencialmente um homem do século XIX, nascido cinco anos antes de sua metade e desaparecido quando este se preparava para deixar a cena, não cronologicamente mas do ponto de vista histórico. É, com efeito, a Primeira Guerra Mundial que irá espiritualmente destruir o mundo da *Belle Époque* e inaugurar o século de que acabamos de nos despedir, após a mais sanguinária e tumultuada sucessão de guerras e revoluções da História do Ocidente. Antes que ele começasse, a morte como que sabiamente descia as cortinas sobre quase dez anos de uma gestão diplomática iniciada e amadurecida sob os princípios e valores de um mundo que principiava a morrer naquele mesmo ano de 1912, início das Guerras Balcânicas e prenúncio da que introduziria, dois anos mais tarde, a heterogeneidade e os conflitos ideológicos de uma nova era da diplomacia mundial.

Desse ponto de vista, quando se lê um discurso ou um escrito do nosso biografado, tem-se a mesma impressão de Umberto Eco, ao tentar explicar por que rejeitou, como crítico, “Il Gattopardo”, de Giuseppe di Lampedusa, publicado na segunda metade dos 1950s: esperava ler uma obra estilisticamente contemporânea e não se deu conta de que, embora anacrônico, o livro era o último grande romance do século XIX.

De igual maneira se poderia dizer que Rio Branco foi o último grande Estadista e diplomata do nosso século XIX,



um homem totalmente formado pelas instituições e pelos valores da monarquia mas destinado a só ocupar o centro do palco no início da República, quando os seus métodos e talentos estavam em vésperas de perder a eficácia do passado.

Homem do seu tempo, ele o foi plenamente nas crenças e aspirações, nos preconceitos e nas insuficiências, mas sempre de forma sóbria e comedida, sem arroubos ou ilusões como convinha a uma personalidade intelectual e política essencialmente conservadora e pragmática, sem maiores atrações por idéias ou abstrações filosóficas.



José Maria da Silva Paranhos,
Visconde do Rio Branco (1819-1880).

*Rio de Janeiro, foto de Henschell e Benque. Fotografia alemã.
Coleção Roberto Paranhos do Rio Branco.*

○ Visconde, com uniforme de Ministro e Secretário de Estado, ostentando na manga as insígnias de Conselheiro de Estado. Traz, a tiracolo, a grã-cruz da Legião de Honra e, ao pescoço, a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro, de que era dignatário. Ao lado esquerdo, sobre o uniforme, estão as placas das Ordens do Cruzeiro e da Rosa, de que era comendador e das grã-cruzes de várias ordens estrangeiras.



Dona Teresa de Figueiredo Rodrigues de Faria,
Viscondessa do Rio Branco, falecida em Paris, em 1890.

Fotógrafo não identificado.

Casou-se em 1842. Foi um casal extremamente feliz em seu relacionamento conjugal. Teve, porém, a desgraça de perder quase todos os seus oito filhos ainda jovens. O primogênito, Juca, extremava-se em seu amor filial. Era, no dizer da Viscondessa, “o melhor dos filhos.”

Será preciso ter sempre presente essa característica para não ser tentado a medi-lo por valores e padrões que não os de sua época, ao nos surpreendermos, por exemplo, com opiniões que o Chanceler emitia com naturalidade e poderiam então não ser unânimes, mas não soariam chocantes como nos parecem hoje.

As fotografias de álbum de família, de Juca Paranhos menino ou jovem estudante em São Paulo, nos mostram os começos típicos de um brasileiro de meados do século XIX, de boa posição social, mas longe de abastado.

Os Paranhos eram portugueses radicados na Bahia, comerciantes e militares. O Visconde e o Barão viveram sempre como servidores do Estado. Nenhum deles tinha ligação direta com os grandes proprietários escravocratas que uma certa mitologia histórica insiste em ver por trás de cada decisão importante do Segundo Reinado. O segundo Rio Branco sempre sentiu a angústia da insegurança econômica, razão que invoca constantemente nos momentos decisivos de sua vida, a nomeação para Liverpool e a resistência em aceitar o convite para ser ministro, por exemplo. A fim de livrar-se dessa insegurança, entreteve toda a vida uma das poucas ilusões irrealistas que dele se conhecem: o sonho de



Casa em que nasceu Paranhos Junior na então Travessa do Senado nº 8, hoje Rua 20 de abril nº 14, em recordação de seu nascimento.

Foto de "A Careta", número especial sobre a morte do Barão de 17.2.12.

Coleção Plínio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Na casa da Rua 20 de abril, funciona atualmente a "Escola de Teatro Martins Pena".

fazer-se fazendeiro de café em São Paulo, como seu amigo o rico e, paradoxalmente, seu devedor, Eduardo Prado.

Não surpreende, assim, que seja em parte graças a um bilhete premiado de loteria que ele fará, em 1867, sua longa viagem à Europa, complemento dos estudos de Direito que fez em São Paulo, terminando, como era então costume, o último ano em Recife. Esses estudos foram sem realce ou brilho especial, reservando o estudante o melhor do seu interesse à História do Brasil, paixão de toda uma vida, à qual dedica, já aos 20 anos, seu primeiro trabalho de pesquisa importante, o Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo, uma das primeiras manifestações do outro sonho que terá de abandonar irrealizado: o de escrever a História Militar e Diplomática do Brasil.

Se o pai não lhe deixou grandes bens, legou-lhe em troca uma formação política e diplomática de primeira mão, ministrada às vezes na própria casa. Como diria, em 1902, numa carta a Rodrigues Alves:

"Meu pai, quando ministro, trabalhava em casa, no seu gabinete, e tinha sempre ao seu lado dois ou três auxiliares", (...) "Vi assim funcionar em casa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros".

Ou no discurso de inauguração do busto do Visconde de Cabo Frio:

"Há quase quarenta e cinco anos, na casa do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era meu Pai, tive a súbita honra de, pela primeira vez, me avistar com V. Excia. Conservo bem viva a impressão de respeitosa simpatia que me causaram a elevada estatura e o porte ereto de V.Excia., a distinção de suas maneiras e a indulgente atenção com que procurou satisfazer minha curiosidade de colegial, discretando comigo sobre acontecimentos do Rio da Prata e Paraguai, de que V.Excia fora testemunha ocular".

O primeiro Rio Branco era um veterano do Prata, onde esteve de início como secretário da missão especial de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná (1851-52), tornando-se, em seguida, ministro-residente em Montevideu, cidade para a qual voltaria, em fins de 1864, antevéspera da Guerra da Tríplice Aliança, em missão controvertida cuja defesa no célebre discurso de oito horas, de 5 de junho de 1865, foi descrita por Machado de Assis na página magistral de "O Velho Senado":



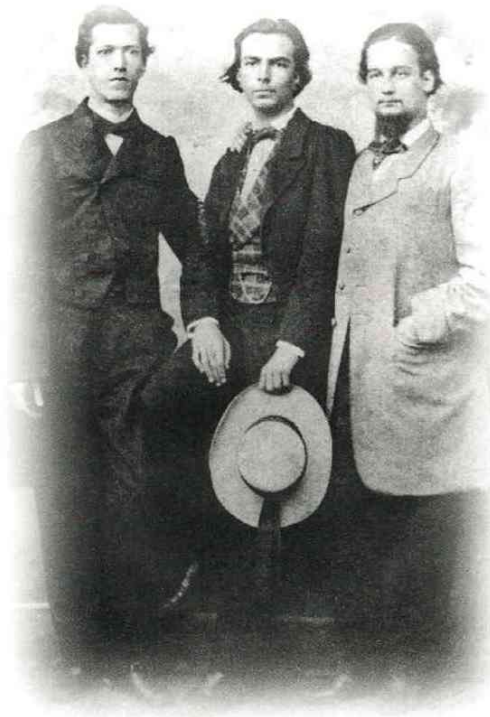
Paranhos Junior aos 5 anos.
Rio, *sl.d.* Fotografia: não identificado.
Coleção Roberto Paranhos do Rio Branco.

“Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: Não a vaidade, Sr. Presidente... Daí a um instante, a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar”.⁴

Em sua quinta viagem ao Prata, na missão que duraria de outubro de 1870 a março de 1871, o Visconde levaria o filho como secretário, completando a educação diplomática iniciada em casa e dando-lhe a oportunidade de testemunhar e participar das negociações tensas e perigosas que acompanharam o desfecho da Guerra do Paraguai. Os graves desentendimentos com a Argentina a respeito dos limites desta com o Paraguai no Chaco não puderam ser resolvidos então, estendendo-se na chamada “questão argentina”, que continuaria por algum tempo como ponto explosivo da agenda diplomática do Prata. Ainda no começo da

crise, o primeiro Rio Branco teve de subitamente interromper sua missão e voltar ao Rio de Janeiro, a fim de formar o gabinete que se prolongaria por mais de quatro anos, o de mais longa duração da monarquia.

O gabinete conservador de Rio Branco iria deixar sua marca na História sobretudo por meio da promulgação, em 28 de setembro de 1871, da Lei do Ventre Livre, começo do fim da escravidão no Brasil. Notabilizou-se também por outras reformas, a ponto de Euclides da Cunha ter observado que havia praticamente esgotado o programa liberal.



Juca Paranhos, aos 17 anos, ladeado por seus amigos da Faculdade de Direito de São Paulo: o 4º anista J. Monteiro da Luz, à direita, e o 3º anista Paulino Ruiz F. Chaves, à esquerda.
São Paulo, junho de 1862. Fotografia: não identificado.

Após cursar, por seis anos, o Colégio Pedro II, ingressou na Academia de Direito de São Paulo, onde permaneceu de 1862 a 1865. Já se haviam manifestado suas tendências históricas, pois é de 1861 a biografia de Luiz Barroso Pereira. Levava em São Paulo, até certo ponto, a vida alegre e boêmia de seus colegas.



Paranhos Junior ainda em São Paulo.
Rio de Janeiro, 1864. Foto de Jusley Pacheco.

É em parte devido ao seu desempenho que se gerou a crença de que, no Império, acabavam sendo os conservadores que empreendiam as reformas pregadas pelos liberais.

Juca Paranhos, que havia sido eleito deputado por influência do pai, não tomara gosto pelo Legislativo e se licenciara da Câmara a fim de poder secretariar a missão ao Prata. Com o novo ministério, voltou à Câmara reeleito segundo-secretário e iria tornar-se em relação ao Visconde, “um elemento constante de animação, em certo sentido o seu principal apoio, por ser doméstico, íntimo, interior quase”, um dos que mais contribuíram para a vitória na dura batalha pela Lei do Ventre Livre, nas palavras de Joaquim Nabuco, pois “ambicionava, mais do que ele mesmo, essa glória para o seu nome”.⁵

O mesmo Nabuco deixou do então Presidente do Conselho um retrato que vale a pena reproduzir, apesar da extensão, porque nele se encontram muitos dos traços igualmente reconhecíveis no filho:”

“O Visconde do Rio Branco era em tudo o *juste milieu*: tinha seriedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontualidade, correção, figura, maneiras; matemático, tinha alguma coisa de frio, de exato, de positivo, de regular, de metódico no espírito, o seu talento era lúcido, analítico, perspicaz; a imaginação não o arrastava; as suas qualidades não eram de inovação propriamente dita; mas em grau eminente de imitação e aproveitamento, era amável, cortês, insinuante, cativante em grau de chamar a si a quem queria; reservado e prudente, porém, não criava intimidades, não punha todos ao seu nível”.⁶

Mais adiante, quando tivermos a oportunidade de ler o perfil que Oliveira Lima traçou do Barão após sua morte, veremos que os dois retratos, do pai e do filho, parecem estranhamente inspirados em um mesmo modelo.

Parte substancial da década que iria marcar o momento culminante do Segundo Império, chefiado por quem foi descrito como a “mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado”⁷, o gabinete Rio Branco não foi, contudo, capaz de efetuar nos gostos de Juca Paranhos uma conversão definitiva em favor da política interna e da atividade parlamentar. É outra vez Nabuco quem explica que “no pai não lhe interessava o político, interessava-lhe, sim, o diplomata”.

Não deixa de intrigar que um homem cuja paixão foi sempre a História e a do Brasil em particular, só tivesse selecionado do espetáculo doméstico da carreira de estadista do pai, os aspectos relativos à diplomacia do Prata, ficando mais ou menos indiferente à atração das iniciativas de política interna tomadas na época, inclusive o apoio elogiável e corajoso dado a Mauá, cuja queda acabou por precipitar a do gabinete. Não que fosse incapaz de perceber o profundo sentido histórico de alguns acontecimentos de que participou como fez, por exemplo, com sensibilidade social, ao assim qualificar a Lei do Ventre Livre em editorial escrito para “A Nação”:

“Foi a mais importante reforma que se tem realizado no Império, depois do ano em que ao grito do Ipiranga seguiu-se a independência nacional”.

O tema da inapetência pela política interna será constante na correspondência do futuro Chanceler. Ora a explica pela aversão à retórica, à falta de dons oratórios, ao desencanto com “as manobras de corredor, as intrigas de interesses”. Outras vezes a justifica pela falta de dinheiro, como nesta confissão: “Deixei a política porque entendo que só deve ser homem político quem tem alguma renda e não precisa de empregos públicos”.



Juca Paranhos aos 21 anos,
na Faculdade de Direito em Recife.
Recife, 1866. Fotografia: não identificado.

Juca Paranhos em 1865 se transfere para a Faculdade de Direito do Recife onde colabora no jornal conservador “O Vinte e Cinco de Março”, firmando-se, assim, a dupla tendência que viria marcar sua vida: a história e o jornalismo. A 21 de novembro de 1866, recebe o diploma de bacharel em Direito.

Não que as duas eleições por Mato Grosso lhe tivessem custado muito. Da primeira vez, bastou a vontade dos chefes conservadores para confirmar-se a previsão feita em carta a um amigo: “Veremos agora se a Província de Mato Grosso quererá ter a honra de eleger-me...” Para a reeleição, teve de cumprir a maçada de longa viagem a canoa e a cavalo, a fim de ao menos encontrar alguns dos cento e trinta e oito votantes encarregados de escolher dois deputados, ele e seu companheiro de chapa, o Reverendo Protonatário Ernesto Camilo Barreto, este sim homem de influência na longínqua província.

As explicações variam mas o fato é que, findo o gabinete



D. Maria Bernardina de Lima e Silva (1860-1947).

Rio de Janeiro, 1876. Foto de Henschel e Benque.

Coleção: Glória Maria da Fonseca Costa.

Quando Juca Paranhos pleiteava o consulado em Liverpool, começou a admirar a bela Maria Bernardina, filha dos Condes de Tocantins e sobrinha do Duque de Caxias, e chegou a pensar em separar-se de Marie Philomène Stevens, apesar de já ter, com ela, três filhos. Retrocede, porém, vencido pelo amor de pai e sentido de responsabilidade. Em 18 de abril de 1877, já em Liverpool, escrevia, entretanto, ao amigo e confidente Bezzi: “...se estivesse livre de agir segundo meu coração e sentimento, se pudesse casar-me, enfim, não seria senão com a nossa encantadora amiguinha.”



Paranhos Júnior, aos 30 anos.

Rio de Janeiro, 1875. Foto de Jusley Pacheco.

Deputado pela Província de Mato Grosso, em duas legislaturas, 1869-1872 e 1872-1876, cedo verifica que não é a política interna sua vocação.

Rio Branco, Juca Paranhos, deputado de 30 anos, em fim de legislatura, sem emprego, nem fortuna, decide de repente mudar por completo o curso da existência e queimar todos os cartuchos para obter um posto no exterior, onde terminaria por transcorrer mais de um terço de sua vida. Pode ser que nessa decisão radical de desengajar-se da atividade política interna, à qual nunca mais retornaria, tenha algo a ver o próprio êxito inibidor e difícil de igualar da carreira do pai, cuja recente saída do poder se cumprira ainda cercado de prestígio e sem nenhum sabor de derrota.

O certo é que militaram também em prol de sua atitude motivos pessoais, causadores ao mesmo tempo da imperiosa necessidade de mudança e das inesperadas dificuldades para efetivá-la.

Ao mesmo tempo que atuava na Câmara, escrevia na imprensa conservadora e realizava suas pesquisas históricas, Juca Paranhos dispunha de reservas de energia para criar uma sólida reputação de boêmio. Sua turma era a da *jeunesse dorée* do Império, rapazes que se reuniam na rua da Misericórdia, na casa do seu amigo Paula Bittencourt e de lá saíam, como descreve Luiz Viana Filho, de calças brancas e elegantes cartolas, para as noitadas do Alcazar, “famosa casa de espetáculos, onde, ao lado das representações teatrais, havia gaiatas exi-



bições de café-concerto”. Numa dessas noites, o jovem deputado que as fotos revelam alto de 1,85m, esbelto e elegante, encantou-se por Marie Philomène Stevens, bela atriz belga de 23 anos. A ligação de ambos poderia ter terminado cerca de dois anos mais tarde, quando Marie regressou à Europa, não fosse a notícia de que ela esperava um filho dele, Raul, seu primogênito. O nascimento da criança tudo mudou e o Deputado Paranhos fez voltar da Europa e instalar numa casa da Praia do Cajueiro mãe e filho, a respeito do qual confidenciaria a um amigo: “Este filho fez uma revolução na minha vida. O senhor sabe: foi ele que me fez tomar rumo”.

Se nos dias que correm, não obstante a revolução cultural e de costumes, os escândalos amorosos ainda destroem carreiras políticas, imagine-se o que seria, há 120 anos atrás, no Rio de Janeiro acanhado e provinciano, onde o Imperador recusava um cargo diplomático ao elegante filho do Conselheiro Nabuco de Araújo por sua fama de “galanteador”...

Muito pior era a situação do jovem deputado por Mato Grosso, sobre o qual corriam rumores de todo o tipo e que mantinha uma ligação aberta, com filhos e casa instalada, com uma atriz estrangeira. Sabe-se que ele chegou a hesitar em preservar a relação, quando a chama da paixão se apagou e uma nova atração poderia tê-lo vinculado a uma sobrinha de Caxias, união que certamente lhe teria valido maior aprovação social e perspectiva de úteis alianças. Os filhos, porém, pesaram de forma decisiva na escolha que terminou por fazer, primeiro no sentido da estabilidade da união, anos mais tarde em favor da legalização do casamento com a mãe de seus filhos, o que lhe valeria o seguinte e merecido comentário de seu companheiro Rodolfo Dantas:

“Em toda a sua vida, tão provada no cumprimento dos mais árduos deveres de família, não há ação que mais o leve, que tanto o deva reconciliar consigo próprio e que faria torná-lo mais querido de amigos e estranhos”.⁸

Isso, no entanto, viria muito depois. No momento, a fidelidade à ligação apenas vinha complicar a já difícil obtenção do cargo de Cônsul-Geral em Liverpool, que preferira ao de Secretário de Legação na Bélgica, apesar da velha aspiração de ingressar na carreira diplomática, então separada da consular. O motivo da opção era, uma vez mais, os apuros financeiros, pois Marie estava grávida do terceiro filho e o posto consular em Liverpool, que havia, no passado, si-



Marie Philomène Stevens (1850-1898).

Rio de Janeiro, 1871, foto de Jusley Pacheco.

Duraria pouco tempo a paixão que, no Alcazar, a bela atriz belga despertara no jovem Paranhos. O nascimento de cinco filhos aos quais Juca Paranhos dedicava carinho especial, manteve aquela união, afinal legalizada em 1889, em Londres.

Foi, entretanto, um casal particularmente infeliz.

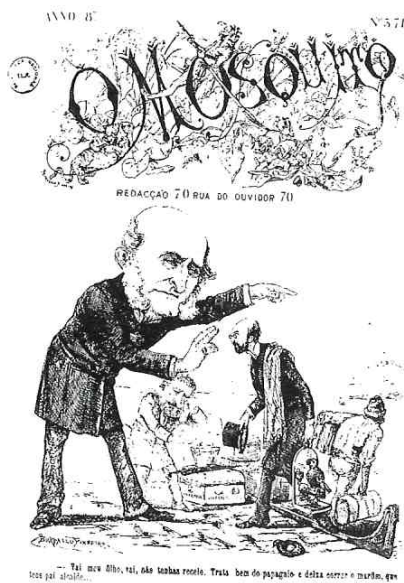
Compreende-se, o desabafo de Marie a sua filha Clotilde:

“Paguei muito caro a minha coroa de baronesa!”

do exercido pelo Almirante Grenfell, das lutas da Independência, passava por ser, graças aos rendimentos de uma extensa e ativa jurisdição, o “emprego mais rendoso de que a Coroa dispunha”, conforme admite o próprio candidato para logo agregar, “erradamente, mas no conceito geral”.⁹

A má vontade de Dom Pedro haveria de manifestar-se desde cedo e era dada por líquida e certa nesta carta que dirige ao Barão de Cotegipe, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o desencantado deputado:

“Sei que o Imperador há de objetar: ele me tem contrariado sempre. Entendeu que eu não devia ser deputado em 1868, quando tive a infeliz idéia de querer sê-lo, por supor que isso



A partida de Paranhos Júnior para Liverpool (caricatura).

Autor: Rafael Bordalo Pinheiro (1896-1905).

Revista: "O Mosquito" de 20 de maio de 1876.

Coleção da Biblioteca Nacional, p.e.f. de Pedro Corrêa do Lago.

Antes mesmo de sua nomeação para o Consulado-Geral, "O Mosquito" publica uma "charge" da futura partida de Juca Paranhos, procurando explicá-la somente pelo prestígio do pai e não pelos méritos do candidato.

me facilitasse os projetos que já então formava, de entrar para a carreira diplomática... O que hoje é difícil pode sê-lo ainda mais amanhã, porque consta-se que no período regencial surgirá candidato que possa ter por si, se já não tem, a boa vontade do Sr. Conde D'Eu. V.Excia há de, além disso convir que é para constranger a certeza de que eu não posso obter uma nomeação destas senão em ausência do Imperador".¹⁰

Constrangedor ou não, foi isso que acabou por acontecer, pois a nomeação só sairia três meses depois, quando Dom Pedro se encontrava em visita aos Estados Unidos. Mesmo com esse atraso, a designação encontrou cerrada oposição da Regente, que passava por favorecer Araújo Porto Alegre, o Barão de Santo Angelo, "double" de pintor e Cônsul-Geral em Lisboa. Foi preciso que Caxias, Presidente do Conselho e que tratava familiarmente o futuro cônsul de "meu Juca" e Cote-gipe, seu ministro, montassem uma ofensiva em regra e quase provocassem uma crise para afinal vencer as resistências da

Princesa Dona Isabel a um candidato de qualificações não só superiores às dos demais, mas a respeito do qual afirmava Cote-gipe: "Posto que o serviço dos Pais não aproveite aos filhos, contudo se estes têm mérito, aquela circunstância deve pesar no ânimo de um Governo justo".¹¹

Quase com a mesma idade com que o pai havia sido nomeado Ministro da Marinha, o novo Cônsul-Geral deixava para trás o Parlamento e o país, ao qual só haveria de tornar em caráter definitivo cerca de um quarto de século mais tarde. Deixava o Império no apogeu e voltaria quando a República começava apenas a se consolidar.

Nada melhor para fechar este longo capítulo de preparação, cheio de hesitações e de erratas, do que a bela fotografia de José Maria da Silva Paranhos Júnior na pose com a vistosa farda verde de cônsul, segurando o imponente chapéu de dois bicos. Iniciava-se para ele outro prolongado período de amadurecimento e espera, de duração quase igual ao do primeiro. Sobre a base original de sua formação intelectual e política de conservadorismo moderado e pragmático na maneira de julgar a História ou de conceber as instituições, a partir da experiência parcialmente frustrante do Parlamento e muito mais compensadora e estimulante da diplomacia no Prata, iriam amadurecer e ganhar profundidade os dotes que se desenvolveriam graças ao contacto íntimo e direto com a Europa no grau mais intenso do seu esplendor e poder, à vivência próxima, de todas as horas, da atmosfera da grande política mundial do seu tempo.

O Prata e a Europa seriam, assim, os pólos dominantes de uma educação diplomática que só muito mais tarde sofrerá a influência do ascendente e ainda pouco perceptível poder da América do Norte.

Paranhos Júnior aos 31 anos,
vestindo o fardão de Cônsul-Geral.

Rio de Janeiro, 1876. Foto de J.F. Guimarães, fotógrafo da Casa Imperial.

Conseguida, afinal, sua nomeação para o Consulado-Geral em Liverpool, Paranhos Junior enverga, mesmo antes de partir do Rio de Janeiro, o fardão correspondente a suas novas funções.



O Tempo e o Mundo
de Rio Branco:
*A Longa Preparação na
Europa do Apogeu Vitoriano
(1876-1902)*



Em 1876, Paranhos Júnior partia de um país nitidamente periférico, tanto em relação ao sistema mundial de poder, como nos vínculos subordinados que mantinha como fornecedor de produtos tropicais ao vigoroso capitalismo da Primeira Revolução Industrial, então em pleno florescimento. Sem transição, irá mergulhar no coração que centralizava e dirigia as relações políticas e econômicas internacionais. Liverpool era o grande porto do capitalismo industrial, recebendo mais de 20.000 embarcações por ano. Cada trimestre, de lá zarpavam 150 navios para os portos brasileiros, de onde lhe chegavam outros tantos. A cinco horas de trem ficava Londres, no auge da Era Vitoriana, centro financeiro e comercial do universo, capital de um império autoconfiante e agressivamente expansivo no Oriente e na África. Em quinze horas se atingia Paris, recuperada dos golpes da derrota de 1870, da queda do Império de Napoleão III e da Comuna e centro de dinamismo de uma República burguesa que canaliza as energias liberadas pela derrota para o crescimento econômico e a expansão colonial na África do Norte, na Subsaária e na Indochina. Anos depois, em 1884, iria conhecer o Império Russo como Delegado do Brasil à Exposição de São Petesburgo e, no pavilhão brasileiro, receberia e serviria café ao Czar Alexandre III e ao czarevitch, futuro Nicolau II, em quem adivinhou, segundo comentou com amigos, que viria a ser o “Luís XVI da Rússia”. Ao final de sua longa temporada européia seria Ministro do Brasil na capital de um Império Alemão que emergia como a força militar, industrial e mercantil com maior potencial de fazer sombra à supremacia britânica.

Assim, no período de mais de uma geração em que viveu na Europa, o futuro ministro pôde conhecer de primeira

mão os núcleos centrais de um sistema de poder que, naqueles mesmos anos, havia sido capaz de consolidar o domínio incontestável do mundo em mãos européias. Foi a idade de ouro do imperialismo, o tempo dos Kiplings e dos Cecil Rhodes, quando com as canhoneiras, se necessário, os europeus obrigavam o Imperador na Cidade Celeste de Pequim a aceitar o comércio estrangeiro, inclusive do ópio, e a entregar parte de suas cidades em concessões, forçavam o Sultão da Sublime Porta a ir-se desfazendo aos poucos dos territórios outrora conquistados aos cristãos, pressionavam o Shogum e o Filho do Sol a abrirem seus portos e culminavam, na mesa da Conferência de Berlim de 1884-85, por retalhar a África em pedaços, como se trinchassem um peru.

A esse ápice da irradiação e dominação européias se chegou graças, sem dúvida, à esmagadora superioridade material gerada pela combinação dos recursos financeiros capitalistas com a industrialização e as invenções de uma tecnologia moderna. A moldura institucional que tornara possível esses desenvolvimentos tinha sido, porém, o sistema internacional definido no Congresso de Viena, em 1814-15, após os mais de vinte anos de convulsões e destruição trazidos pelas guerras da Revolução Francesa e de Napoleão Bonaparte.

Com todos seus defeitos, esse sistema conseguiu assegurar à Europa se não a paz completa, pelo menos uma notável estabilidade de cem anos, que só iria ser destroçada, em agosto de 1914, pelos canhões da Primeira Guerra Mundial, ou como ainda hoje se diz sem exagero, pela Grande Guerra, “*tout court*”. Houve, é certo, nesse século, que parece ainda mais extraordinário quando contrastado com o nosso tempo de Auschwitz e Hiroshima, conflitos localizados, quase sempre de duração mais ou menos breve, como foram a Guerra da Criméia, as guerras da unificação alemã e italiana, os conflitos balcânicos. Nunca mais, contudo, se havia repetido uma conflagração geral, engolfando todos os atores do sistema, até o pequeno e marginal Portugal, conforme se vira no momento da destruição do Antigo Regime e na esteira das três grandes revoluções que o puseram abaixo, a Francesa, a Industrial, a Americana.

Muito mais do que restaurar o mundo antigo da “*douceur de vivre*” oitocentista, como sonhara Metternich e sugere Henry Kissinger no título do seu livro sobre o Congresso de





Os grandes amigos Paranhos Júnior e José Avelino Gurgel do Amaral sentados; de pé, Alfredo Paranhos da Silva, irmão mais moço do futuro Barão, falecido aos 20 anos em Paris.

Rio de Janeiro, 1883. Foto de Carneiro & Tavares.

Quando do falecimento de José Avelino em 1901, o Barão telegrafou à viúva: “Acabo de receber de Londres a inesperada notícia da morte do bom amigo de meu pai e meu. Creia que a perda de José Avelino será tão chorada nesta casa como na sua”.

(Viana, Luiz, *op. cit.* p. 335).

Viena, “*A World Restored*”, o que se logrou em Viena foi, isso sim, restaurar a homogeneidade. Uma vez mais se comprovou a futilidade de querer empurrar para trás e congelar a História. Revelou-se, finalmente, vão o esforço para restabelecer o poder absoluto dos reis, os privilégios da nobreza e da Igreja, a fidelidade a uma dinastia, não a uma cultura, a um grupo nacional. Passo a passo, as revoluções de 1830, as da “Primavera dos Povos” de 1848 e seus desdobramentos nacionais foram mostrando que os micróbios instalados no organismo combalido do Antigo Regime pela Revolução de 1789 não podiam ser derrotados pelos remédios tradicionais da repressão e da água benta. A idéia de que o poder emana do povo e de que o seu exercício deve ser limitado por uma constituição, o conceito de que cada nação deve ter o direito de organizar-se em Estado em vez de submergir e diluir sua identidade em impérios multinacionais foram, aos poucos, modificando mas sem desfigurá-lo radicalmente, o legado do Congresso de Viena. A dialética entre revolução e reação deu tempo ao organismo europeu para destilar anticorpos que o imunizaram contra as febres e outros sintomas violentos provocados pelo contágio das idéias de 1789. Como tudo se fez mais ou menos gradualmente, em “*douceur*”, a herança revolucionária, que parecera aos contemporâneos como uma embriaguez exaltante ou um pesadelo assustador, dependendo da perspectiva do observador, acabou por ser assimilada e domesticada pelos seus descendentes burgueses. Como disse Alceu de Amoroso Lima, se o século XX tem sido o da Revolução, o XIX foi eminentemente o da Evolução. Por isso mesmo foi ele capaz, em meio a mudanças progressivas, de preservar em substância a homogeneidade do sistema.

Quando se fala em homogeneidade, não se quer insinuar igualdade de condições ou de meios. O que se tem em vista é um conjunto de Estados pertencentes ao mesmo universo cultural e histórico, que subscrevem todos a idênticos princípios de legitimidade, adotam critérios semelhantes ou compatíveis para sua organização política, social e econômica, e possuem interesses comuns na preservação básica de um sistema dentro do qual esperam encontrar a realização do seu potencial.

De grande homogeneidade, nessa acepção, foi, por exemplo, o sistema da Balança ou Equilíbrio de poder europeu



O Barão do Rio Branco e representantes dos centros da Lavoura e do Comércio, no pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Horticultura de São Petersburgo.

São Petersburgo, maio de 1884. Foto: estúdio "Belas Artes" (reprodução de 1941).

Como delegado do Brasil, Rio Branco teve brilhante atuação, do que decorreu ampla propaganda do país e de seu então principal produto, o café. Divulgou, na oportunidade, um pequeno livro "Le Brésil et l' Exposition de St. Petersburg". Em recompensa de sua atuação recebeu o título de "Cavalheiro" do Imperador. Rio Branco foi Delegado do Governo Imperial e Presidente da Comissão.



do século XVIII, no qual todos os atores reconheciam o princípio dinástico como base da legitimidade e eram monarquias de escassos controles institucionais ao poder do soberano, de estrutura social fundada em privilégios à nobreza e ao clero e economias pré-industriais.

Em contraste com esse panorama, a Revolução Francesa inaugurou uma fase de aguda heterogeneidade, ao introduzir no sistema um modelo inspirado na soberania popular, republicano, com separação da Igreja e do Estado, predomínio burguês e de capitalismo industrial.

Tudo isso que se afigurava perigosamente revolucionário e desestabilizador na origem, já se convertera, no ano em que Paranhos Júnior chegava a Liverpool, no novo padrão aceito, moderado e estabelecido, embora fossem raras as repúblicas (mas não as monarquias constitucionais e parlamentares), ainda se estivesse longe do sufrágio universal e algumas flagrantes exceções autocráticas, como os impérios russo e otomano, continuassem a escandalizar a sensibilidade liberal.

Nesse homogêneo universo da nova legitimidade burguesa, evitava-se a hegemonia de um só e assegurava-se o equilíbrio através dos jogos de aliança, de pesos e contrapesos, entre um pequeno número de países predominantes, Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia, depois Alemanha e, mais tarde, a Itália. No sistema de pluralidade de poder assim configurado, as guerras não eram impossíveis, embora muito menos freqüentes do que no século XVIII. Tal como anteriormente, os objetivos dos conflitos eram, sobretudo, de natureza territorial ou de formação nacional, competições cujo prêmio era um aumento de poder como fruto da expansão das fronteiras. As guerras eram, porém, limitadas no tempo e na intensidade, não só pela tecnologia ainda pouco destrutiva dos armamentos, mas pelo interesse comum em permitir o reingresso do derrotado ao sistema de forças em equilíbrio, como se fizera, no Congresso de Viena, com a França restaurada de Luís XVIII e Talleyrand.

No mundo implacável da Realpolitik, o Cônsul-Geral em Liverpool iria reencontrar, sofisticados, os mesmos princípios e métodos de ação com que se familiarizara no Prata, microcosmo onde se refletiam, como num jogo de espelhos, análogas disputas territoriais, semelhantes emulações de poder, rivalidade entre Brasil e Argentina, emprego de meios

econômicos (os empréstimos e subsídios de Mauá aos Colorados no Uruguai) ou pressões militares a fim de atrair ou coagir atores menores como o Uruguai e o Paraguai.

Certas frases atribuídas ao futuro Barão, como, por exemplo, “território é poder”, poderiam ter sido facilmente ditas por qualquer dos Estadistas europeus contemporâneos seus como Bismarck, Disraeli ou os expansionistas franceses, russos, austríacos. Os valores e convicções que formavam seu universo moral não se distinguem também dos desses mesmos contemporâneos. A política internacional não passa de uma luta de poder definido em termos de interesses nacionais. Embora se deva respeitar o patrimônio comum de valores éticos e jurídicos do Ocidente cristão, ninguém deve iludir-se: o que conta, em última análise, é a correlação de forças.

Talvez devido à prolongada freqüência do meio político da Europa dos fins do século passado, talvez por uma afinidade natural que lhe vinha do temperamento, Paranhos Júnior irá revelar sobre questões sensíveis como a cobrança de dívida pela força ou o uso de meios militares para pacificar países instáveis opiniões muito mais próximas do político médio europeu que dos seus vizinhos latino-americanos, os quais, longe de discutirem a questão no plano acadêmico, se sentiam genuinamente ameaçados pelas tendências imperialistas da época. De toda forma, o que convém reter destes comentários é que ele se sentia perfeitamente à vontade e afinado com os valores e as convicções que derivavam da homogeneidade do sistema internacional no qual vivia mergulhado.

Deve ter-lhe sido claro assim que a natureza mesma das relações do Brasil com as potências européias diferia profundamente das que mantínhamos no Prata ou com os demais vizinhos da América do Sul. As primeiras relevavam do eixo de desigualdade e assimetria, pois o diferencial de poder que nos inferiorizava em face desses países predominantes era de tal ordem que, no fundo, não podíamos aspirar a jogar o mesmo jogo que eles. Eram desse tipo todos os episódios determinantes de nossa História Diplomática marcados pelo predomínio britânico entre 1807 e meados dos 1850s: a vinda do Príncipe Regente, a abertura dos portos, a imposição dos “tratados desiguais” sobre comércio e a jurisdição extraterritorial dos Juizes Conservadores da



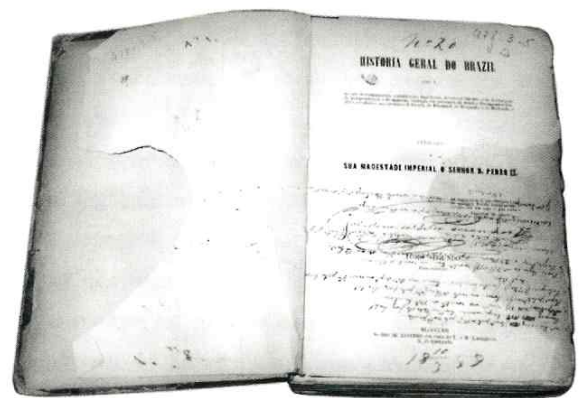
Nação Inglesa, a mediação de Londres nas negociações do reconhecimento da Independência e a cobrança, em paga desse serviço, da renovação dos privilégios, a nova mediação para pôr fim à Guerra da Cisplatina e, sobretudo, a prolongada e humilhante campanha britânica para acabar com o tráfico de escravos. Muito mais débil do que o adversário, o Brasil cedeu quando não tinha outro recurso mas, tão logo os “tratados desiguais” expiraram, o Governo Imperial não só recusou renová-los como passou a erigir em princípio permanente de sua política a rejeição à assinatura de qualquer acordo comercial com nações mais poderosas. Conforme bem assinalou Alan K. Manchester em seu estudo clássico sobre a “British Preeminence in Brazil”, as truculências inglesas contra o tráfico, apesar do fim meritório que tinham em vista, acabaram por arruinar a influência política do Governo britânico no Brasil e prepararam o terreno, alguns anos após o término do tráfico, para a Questão Christie e a ruptura das relações diplomáticas. Esses exemplos indicam que o diferencial de poder não impediu que o Brasil reagisse e defendesse o espaço de sua autonomia, quando as circunstâncias o permitiram, mas isso sempre a partir de nítida posição de inferioridade.

Já no Prata ou com os outros vizinhos a essência do relacionamento se ajustava melhor ao eixo da relativa igualdade ou simetria. Não quer isto dizer que possuíam todos a mesma dose de poder em termos aritméticos, mas sim que pertenciam à mesma categoria ou a categorias próximas, que eram como times de futebol da mesma divisão. As diferenças eventuais de poder entre eles, em geral não-permanentes e frutos de circunstâncias, não impediam que jogassem no mesmo tabuleiro. Os que apontam para as intervenções brasileiras a partir de meados do século e para a disparidade de tamanho e população, pretendendo que isso conferisse alguma hegemonia ao Brasil, esquecem a debilidade e o despreparo de nossas forças no começo da Guerra do Paraguai e os cinco anos intermináveis para dar cabo do inimigo, apesar de contarmos com dois aliados. As intervenções no Uruguai e na Argentina só foram possíveis porque ambos se encontravam ainda numa fase quase feudal de formação do Estado nacional e do surgimento e consolidação de uma autoridade centralizada. Foi o que permitiu ao Governo Imperial se alinhar a uma ou outra facção, Colorados uruguaios

ou anti-Rosistas argentinos, a celebrar acordos de aliança com províncias como as de Entre Rios e Corrientes, subsidiar e ajudar caudilhos como Urquiza e Venâncio Flores.

É curioso como a vitória sobre o Paraguai, com os objetivos brasileiros aparentemente realizados, iria sinalizar, não de imediato mas transcorridos uns dez anos, uma inversão ou ao menos modificação, em detrimento do Brasil, da correlação de forças com a Argentina. A partir desses anos, a prosperidade crescente da “época das vacas e do trigo”, com o advento dos navios frigoríficos, a exportação de alimentos para as cidades da Europa industrializada, a maciça imigração europeia, os investimentos ingleses, a consolidação dos estados nacionais na Argentina e no Uruguai, o término na Argentina da “Conquista del Desierto” contra os índios do sul, irão aos poucos inverter a balança contra nós.

É sintomático de como a tendência foi bem percebida pelos contemporâneos que, em 1882, doze anos após o término da guerra, o Cônsul-Geral em Liverpool se lamentava em carta ao Barão Homem de Melo, Presidente do Instituto Histórico, de que não tínhamos esquadões, nem torpedos, nem exército e a Argentina dispunha de todos esses elementos. Nessa ocasião, ele reforça suas convicções de lon-



“História Geral do Brasil”, de Varnhagen.

*Rio de Janeiro, Tomo II, 1859, com anotações do Barão do Rio Branco.
Acervo da Biblioteca do Itamaraty.*

O 2º Rio Branco tinha o hábito de anotar profusamente os livros de sua biblioteca, quer acentuando a importância de determinado trecho, quer completando-o ou mesmo com ele divergindo. Muitas vezes as notas não têm referência com o livro anotado.



O Barão em sua biblioteca na Villa Molitor, em Auteil, Paris.

ga data acerca da indispensabilidade, para a nossa política na América do Sul, em especial no Prata, de contar com um elevado grau de preparação militar. Data daí a ênfase que atribuí à expansão e modernização da Marinha, o que iria provocar muita inquietação no Sul, numa emulação que se assemelha em mais de um ponto à tensão sobre armamentos navais que, na mesma fase, se desenvolveria entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e seria um dos fatores a contribuir para a eclosão da Grande Guerra.

Os dois eixos, o da desigualdade e o da relativa simetria, em torno dos quais se desdobraram nossas relações internacionais, haviam tido momentos de articulação em que o segundo se subordinou ao primeiro. Foi o que ocorreu, por

exemplo, nas movimentadas e confusas peripécias das intrigas e expedições ao Prata, ao tempo do Príncipe Regente e de dona Carlota Joaquina e, outra vez, durante o conflito da Cisplatina, eventos nos quais o poderio britânico se revelou relevante. Após a longa crise do tráfico negreiro e do bloqueio de Montevideu, em meados do século, a diplomacia imperial manteve separadas as duas dimensões da política externa brasileira, reservando à esfera da relativa simetria o melhor de nossos esforços, posto que era somente aí que poderíamos aspirar a exercer um poder e uma influência diretas sobre acontecimentos dos quais dependiam nossos interesses vitais. A esse resultado se havia, porém, chegado um tanto empiricamente, sem que se tivesse despendido muito esforço

para tentar conceitualizar ou teorizar sobre a prática em vias de consolidação. Haveremos de ver, no momento oportuno, que Rio Branco iria conceber um desígnio mais amplo a fim de unificar, em certa medida, ou de articular em complementaridade funcional esses dois eixos, nem sempre fáceis de harmonizar. Isso era, todavia, coisa para o futuro.

Enquanto esperava que a fortuna fizesse soar sua hora, o recém-nomeado funcionário aperfeiçoava sua *virtù*, não só através da observação refletida sobre os grandes eventos europeus que se desdobravam a seus olhos, mas por meio do mergulho apaixonado nos velhos livros, papéis de arquivo e mapas sobre o Brasil e sua História.



O Barão em sua residência, a Villa Molitor, com sua coleção de terracotas, inclusive tanagras.

Paris, 1896. Fotografia: não identificado.

Um conjunto significativo de quadros de pintores europeus e uma coleção de antigas terracotas incluindo tanagras evidenciam a sensibilidade do Barão pelas artes e antiguidades.

Em sua residência parisiense, distraía-se por longas horas com o acervo que conseguiu reunir.

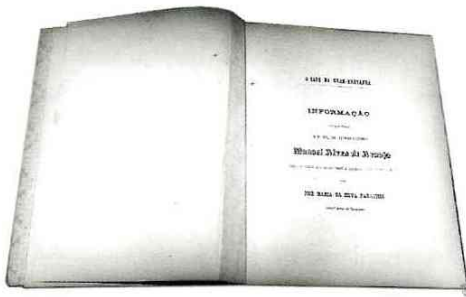
Sua divisa, *Ubique Patriae Memor*, a lembrança da Pátria onde quer que esteja, define com fidelidade o que foi então sua vida. Lembra Alvaro Lins que o “aprendizado no estrangeiro — o conjunto das influências inglesas, francesas e alemãs — em nada lhe desfigurou a personalidade de homem e a fisionomia de brasileiro... a ausência do Brasil, durante quase trinta anos, não teve sobre ele nenhum efeito descaracterizador”.¹²

Para isso contou muito sua dedicação integral, sem dispersão, à única paixão intelectual que dele se conhece: o estudo do Brasil. José Maria Cantilo assombrava-se de sua erudição: “*Lo que del Brasil sabia era enorme, como que había leído todo cuanto se había escrito al respecto: historia, geografía, flora, fauna. Había recorrido bibliotecas enteras en Europa y America*”.¹³

Com seu estilo colorido e surpreendentemente moderno, Eduardo Prado dá pormenores concretos desse saber:

“O fim de sua vida... foi conhecer o Brasil, no seu solo, nos seus produtos, no seu céu, nas suas raças, na sua vida no passado, nas condições de sua existência no presente e na sua capacidade de crescimento e de grandeza no futuro. A erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é, por assim dizer, salomônica. O rei de Judá conhecia, segundo a Bíblia, desde o hissopo, ou musgo apegado às pedras das muralhas, até o cedro do Líbano, desde o inseto que se esconde nas relvas até o leviatã dos mares. O que o Barão do Rio-Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos os seus marinheiros e o nome das plantas mais vulgares na praia de Porto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fez copiar, todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil, retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros, e com o mundo das suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento”.¹⁴

Esse dia, como se sabe, nunca chegou e o monumento que ficou não foi um livro mas sua obra diplomática. Em vez de escrever a História, terminou por fazê-la.



“O café na Grã-Bretanha” Informação apresentada a S. Excia. o Sr. Conselheiro Manuel Alves de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por José Maria da Silva Paranhos, Cônsul-Geral em Liverpool”.

Folha de rosto do folheto. Liverpool, 1882.

Acervo da Biblioteca do Itamaraty.

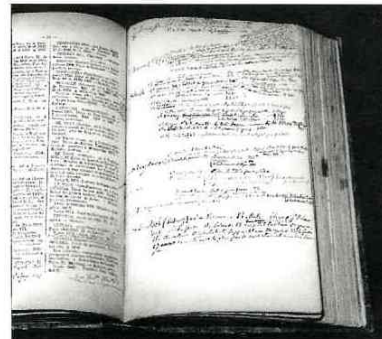
Em meio a esses estudos todos, o jovem cônsul não deixou de se devotar ao trabalho consular e à promoção do comércio com energia e afinco, embora não se pudesse exigir dele a pontualidade e a regularidade dos regulamentos burocráticos, avessos a seu temperamento boêmio e indisciplinado. Pôs ordem nos móveis e livros da repartição, redigiu relatórios de quase cem páginas com sua letra como a “Navegação e comércio entre o Brasil e os portos de dependência do Consulado Geral do Império em Liverpool no ano 1876-1877” e “O Café na Grã-Bretanha – Informação apresentada a S. Excia. Sr. Conselheiro Manuel Alves de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por José Maria da Silva Paranhos, Cônsul-Geral em Liverpool”. Nesses relatórios e nos ofícios que enviou, queixava-se já da falta de lisura dos nossos exportadores, que misturavam pedras com o algodão e terra com o café... No depoimento do velho funcionário do Consulado em Liverpool, Mr Howarth, feito, a pedido de Álvaro Lins, se afirma que, às vezes, o Cônsul-Geral chegava a sentar-se nas mesas dos funcionários ausentes para continuar o trabalho que tinham deixado interrompido. E acrescenta, “ele era trabalhador! Tinha o dom de transmitir aos outros o amor ao trabalho e o desejo de servir à sua pátria”.¹⁵

Não obstante tudo isso, criou-se verdadeira lenda em torno de suas freqüentes ausências irregulares do Consula-

do, uma vez que deixara a família modestamente instalada em Paris, onde se demorava mais do que permitiam os regulamentos. Diz-se que, ao encontrar por acaso algum brasileiro conhecido numa rua parisiense, tinha sempre na ponta da língua a mesma explicação:

“— Cheguei ontem e volto amanhã”.

Encontram-se por isso no arquivo do Itamaraty diversas cartas nas quais o Cônsul em Liverpool pedia ao Barão de Penedo, Ministro em Londres, licenças para se ausentar até um mês, como estas duas:



O “Nouveau Dictionnaire des Peintres Anciens et Contemporains”, por Théodore Guédy.

Paris, Imprimerie Deplanche, 1882, anotado pelo Barão do Rio Branco.

Acervo da Biblioteca do Itamaraty.

As notas a este dicionário de pintores e artistas revelam o interesse de Rio Branco pelo assunto, não só do ponto de vista histórico, mas também da valorização das obras de determinados artistas.

“Recebi hoje telegrama prorrogando a minha licença, mas ainda assim, a resposta de V.Excia. ao meu ofício de 25 de outubro será conveniente, porque estive cinco dias em situação irregular, e desejo que a Secretaria ache a minha comunicação oficial perfeitamente em regra”, e, “A minha licença termina no dia 30 e, pois, no dia 1º devo tomar conta do meu Consulado. Tenho, porém, necessidade de demorar-me aqui até o dia 12 ou 14 de outubro e espero que V.Excia. permita que até essa data eu me deixe ficar aqui incógnito. Tenho ao chegar a Liverpool várias maçadas grandes: exposição de café, relatório, etc. e isso não me permitirá voltar aqui antes de fins de dezembro ou princípio de janeiro... Quando eu fazia destas coisas mistério, o Correia

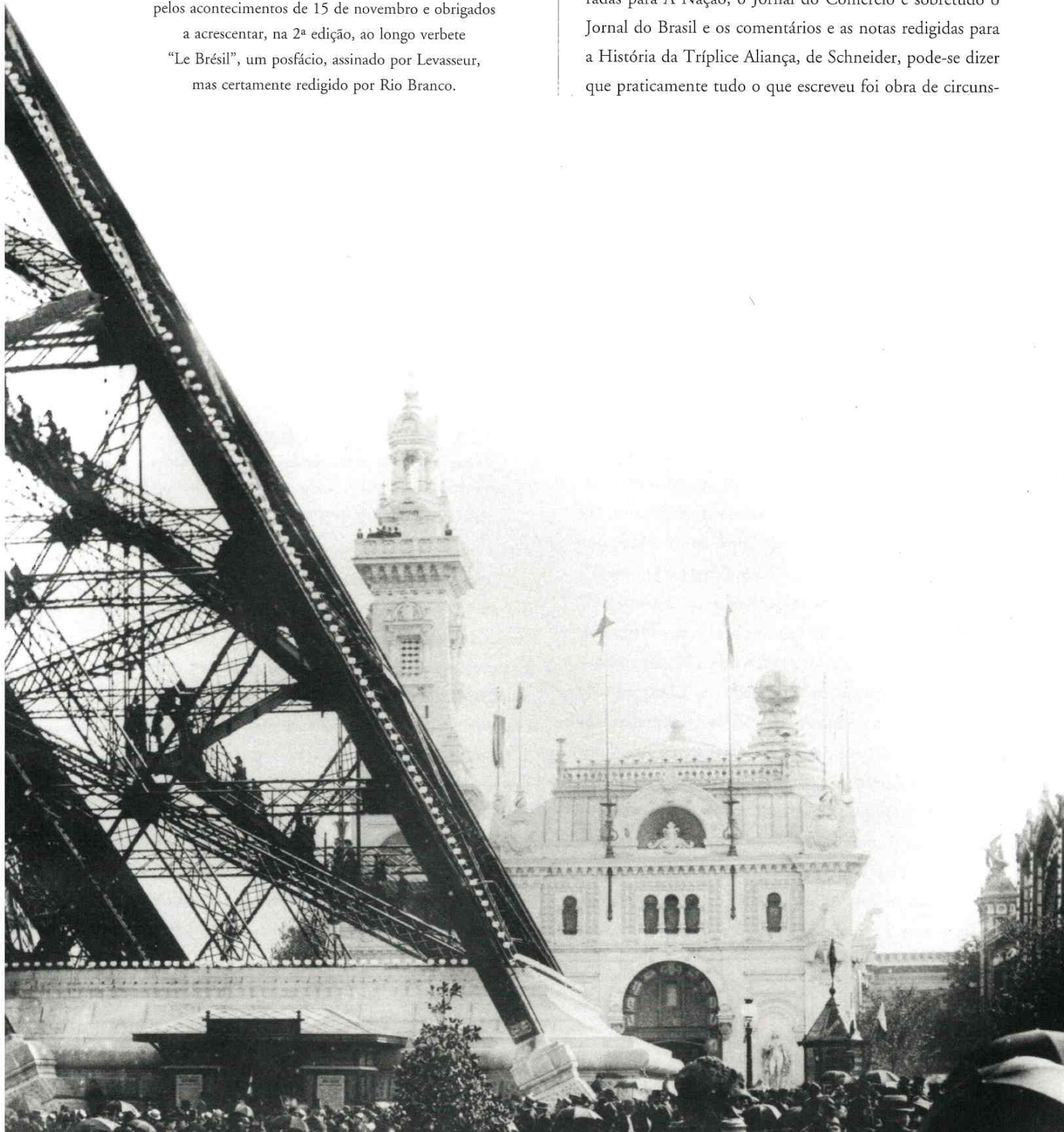
Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Paris.
Paris, 1889. Foto: álbum "Exposição Universal de Paris, 1889, Exposição
Brasileira". Coleção: João Hermes Pereira de Araujo.

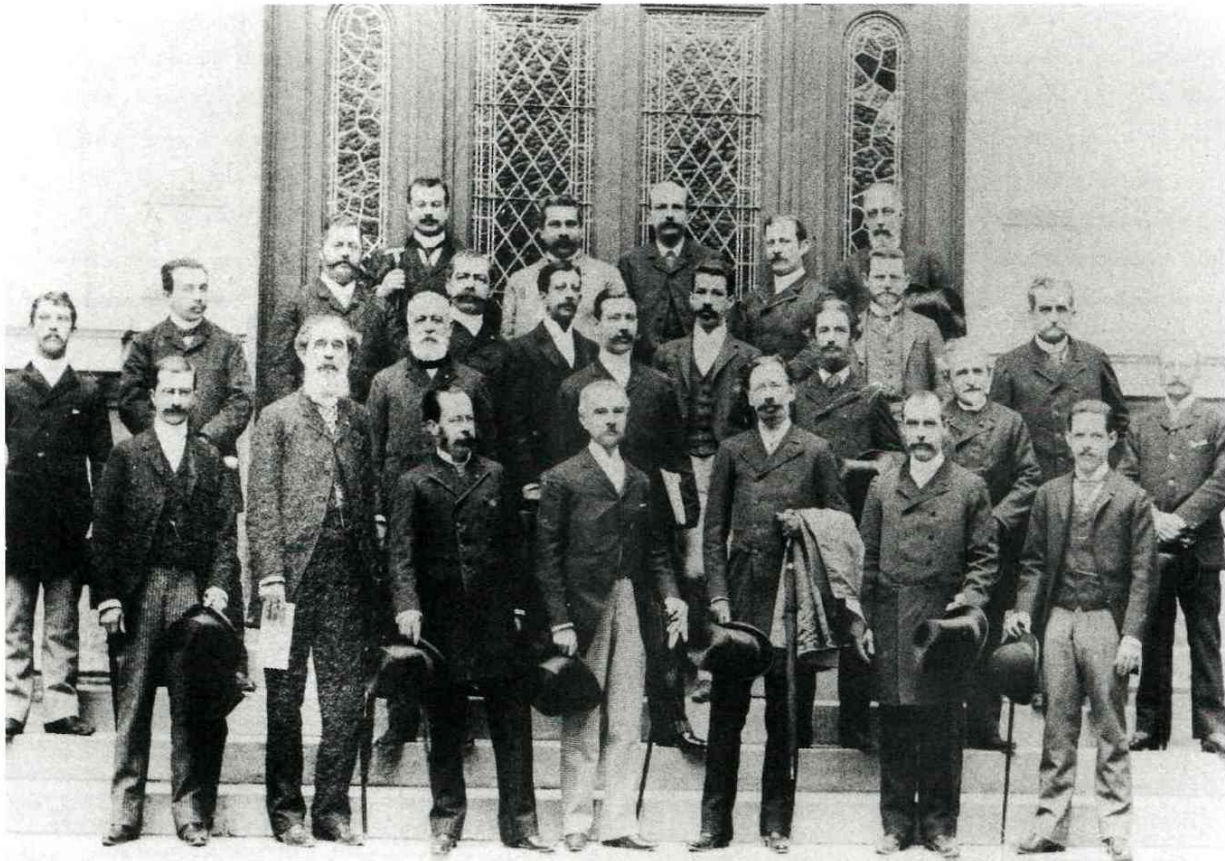
Na grande Exposição, o Brasil está representado por importante pavilhão, ao gosto da época. Da Comissão de Estudos participa Rio Branco. A ele se devem, em grande parte, o verbete sobre o Brasil, da "Grande Encyclopedie" de Levasseur; a "Esquisse de l' Histoire du Brésil, do livro "Le Brésil" e a biografia de D. Pedro II, assinada por B. Mossé. Os membros das Comissões, monarquistas, foram surpreendidos pelos acontecimentos de 15 de novembro e obrigados a acrescentar, na 2ª edição, ao longo verbete "Le Brésil", um posfácio, assinado por Levasseur, mas certamente redigido por Rio Branco.

ria-se. Entretanto, eu tinha minhas razões, V.Excia. agora sabe, para estar em guarda com certos amigos do Rio".¹⁶

Apesar da irregularidade formal de suas freqüentes e prolongadas ausências do posto, a estada em Paris, onde residiu com a família de 1876 a 1901 (com exceção dos períodos nos EUA e Suíça para os arbitramentos), proporcionou-lhe os contactos, o ambiente intelectual e os meios de pesquisa para os trabalhos que realizou ao longo desses vinte e cinco anos.

Da mesma forma que as Efemérides Brasileiras, preparadas para A Nação, o Jornal do Comércio e sobretudo o Jornal do Brasil e os comentários e as notas redigidas para a História da Tríplice Aliança, de Schneider, pode-se dizer que praticamente tudo o que escreveu foi obra de circuns-





Exposição Universal de Paris, 1889. Comissão Brasileira de Estudos. Na primeira fila, no centro, de calça clara, o Visconde de Cavalcanti, Presidente do Commissariado-Geral da Exposição Universal de 1889; na última, Sant' Anna Nery, tendo, à direita, Eduardo Prado e, à esquerda, o Barão do Rio Branco.

Paris, 1889. Fotografia: não identificado. Coleção: João Hermes Pereira de Araujo.

tância, às vezes de emergência, de encomenda para alguma publicação coletiva ou arrazoado para defender uma causa. Os projetos de cunho mais acadêmico e intelectual, como a História Naval, a História Militar, a História Militar e Diplomática, nunca saíram do tinteiro.

O que tomou forma nesses anos foi o tomo *Le Brésil*, separata da *Grande Encyclopédie*, publicada no ano da memorável Exposição de Paris de 1889, a *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, parte do livro *Le Brésil en 1889*, editado pelo Comitê Franco-Brasileiro da Exposição, a biografia de *D. Pedro II, empereur du Brésil*, assinada formalmente pelo Rabi-no Benjamin Mossé mas em realidade de sua autoria, a Exposição ao Presidente dos Estados Unidos, em seis volumes

(dois são a tradução inglesa), a Primeira Memória apresentada ao Governo da Confederação Suíça (cinco tomos) e a Segunda Memória (seis tomos).¹⁷

A parte brasileira da *Grande Encyclopédie* passou das quinze páginas da primeira redação, feita pelo geógrafo francês Émile Levasseur, para as cinquenta e uma da versão final (o verbete da Bélgica ficou apenas com vinte), graças sobretudo à contribuição de Paranhos, louvada por Rui Barbosa no artigo para o Diário de Notícias (até o Imperador acabou por colaborar com um trabalho sobre a língua tupi).

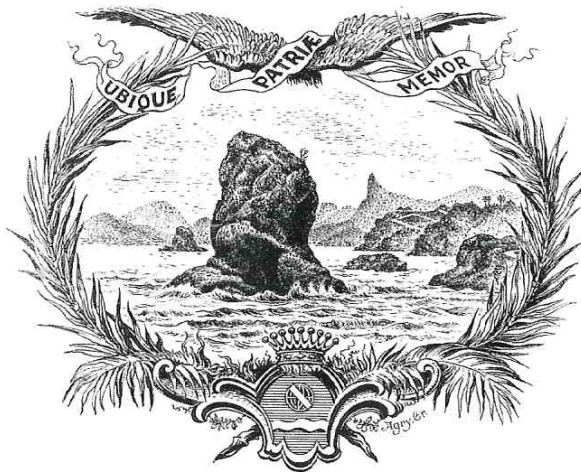
Em carta a Joaquim Nabuco, acentuava o caráter pragmático, utilitário que presidiu à elaboração da maior parte de seus escritos:

“Trabalhei com empenho (*Ubique Patriae Memor*, diz o meu ex-libris) porque compreendi a importância de obter para o nosso país em uma Enciclopédia Francesa o lugar a que ele tem direito pela sua importância política na América e importância comercial no mundo. Essa coleção ficará em todas as Bibliotecas e será consultada por quantos escreverem sobre o Brasil”.

Palavras, como se vê, de um homem de ação, não de um *scholar*, de um funcionário do Executivo preocupado, já então, com o que hoje se chama de imagem do Brasil. Comentários reveladores de dois traços sempre recorrentes em sua atividade, a sensibilidade em buscar reconhecimento para a *importância* do Brasil, palavra três vezes repetidas no texto, ao mesmo tempo que o realismo de admitir que, se éramos politicamente relevantes na América, no mundo só o éramos comercialmente.

Em Paris, fizera praticamente ponto na livraria Chadenat, em busca de livros sobre o Brasil e freqüentava um círculo brilhante de amigos brasileiros e portugueses, residentes ou de passagem: Eduardo Prado, Sousa Correia, Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas, Domício da Gama, Oliveira Lima, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins. Embora dissesse que em matéria de carta era sempre o homem da última hora e dos adiamentos, mantinha correspondência regular com Capistrano de Abreu, o Barão Homem de Melo, o Visconde de Taunay, Gusmão Lobo e, no fim, com o próprio Dom Pedro II, que lhe havia concedido permissão para escrever-lhe diretamente.

Já no crepúsculo do Império, em 30 maio de 1888, vai-lhe ser afinal outorgado pela Princesa Isabel o título de Ba-



O ex-libris do Barão.

Gravador: Agry.

Uma paisagem que tem, em primeiro plano, a pedra de Itapuca, em Niterói, vendo-se, ao fundo, as montanhas do Rio de Janeiro onde sobressai o Corcovado; ladeada por dois ramos de folhas de palmeiras que têm em sua intercessão inferior o escudo do titular surmontado, porém, de uma coroa de conde e encimados por duas asas e um listel que, se iniciando nas folhas de cada lado, apresenta três campos simétricos com o lema “Ubique Patriae Memor”.

ção do Rio Branco, o qual, apesar de um tanto desvalorizado pela inflação de baronatos que se seguiu à Lei Áurea, o sensibilizou por evocar o pai, falecido oito anos antes.

A aproximação com o Imperador, superando o travo amargo deixado pelo episódio da nomeação para Liverpool, vai acontecer sobretudo pelo caminho da erudição e do comum interesse por temas intelectuais. O golpe de Estado militar de 15 de novembro de 1889 arranca do recente Barão o comentário: “Parece-me tudo um sonho”, a que seu amigo Gusmão Lobo acrescentaria: “um pesadelo terrível”. Nabuco lhe escreve:

“Não creio na possibilidade de uma república. Ire-

mos de tirania em tirania, de despotismo em despotismo, até o desmembramento ou a perda completa da noção de liberdade... Para o que trabalharam nossos pais!”

O Visconde de Taunay mergulhava num fundo e sombrio estado de alma:

“Quem diria, Paranhos, quem diria que haveríamos de assistir cenas destas?! O que sinto cá dentro é uma saudade imensa dos tempos idos e intensa vergonha de não ter morrido.”

Gusmão Lobo, ao concluir uma circunstaciada descrição do ocorrido, assim resumia uma avaliação que terminou por se cristalizar como opinião generalizada:

“Tudo isto parece um sonho, um pesadelo terrível! O Imperador deixou muitas saudades. O povo não o banuiu; não foi parte nisso, presenciou atônito o espetáculo, cheio de surpresa. A revolução foi além do seu alvo que era a deposição do ministério. Deodoro não pensava em República nem muitos oficiais e soldados. Cederam ao ímpeto, não podendo contê-lo. Os *politicians* tomaram tudo de assalto

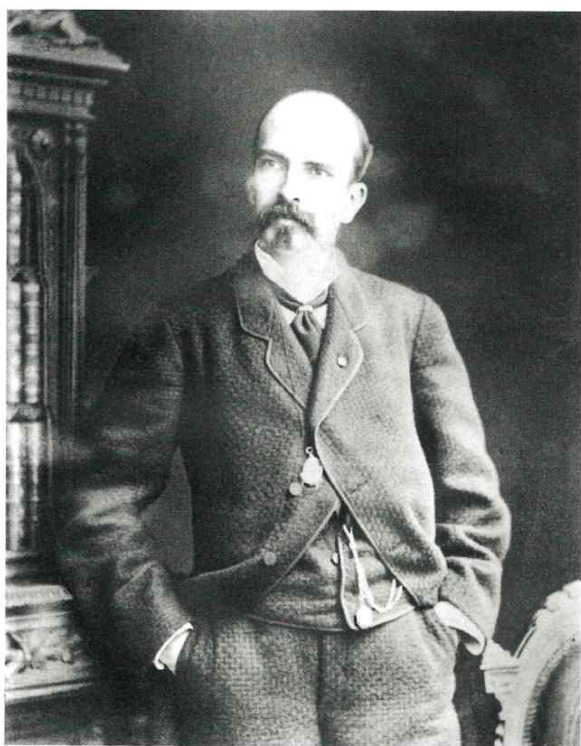


Exposição Internacional de Paris – 1889.

Grupo de amigos.

Fotógrafo: não identificado.

Sentados, da esquerda: Barão do Rio Branco, Eduardo Prado, Sant' Anna Nery, Ramalho Ortigão. Em pé, na mesma ordem: Domício da Gama, Visconde de Cavalcanti, Ladislau Neto, Barão da Estrela e Barão de Albuquerque.



José Maria da Silva Paranhos Júnior, aos 43 anos, quando recebeu o título de Barão do Rio Branco.

Paris, 1888. Foto de Gonipil e Imp. Bussod-Valadou e Cie.

Em 1888, para comemorar a Lei Áurea, o Ministro João Alfredo resolveu conceder vários títulos e condecorações. Entre os agraciados, estava Paranhos Júnior que, como homenagem póstuma a seu pai, responsável pela Lei do Ventre Livre, recebeu o título de Barão do Rio Branco que muito o sensibilizou.

pela audácia e só pela audácia. Só eles fizeram uma revolução no ventre de outra”.¹⁸

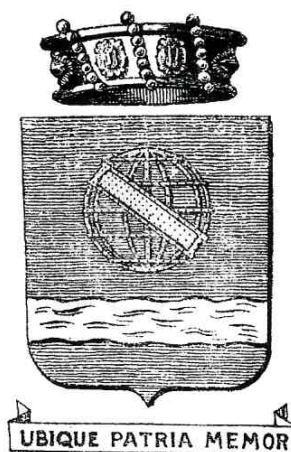
Como iria reagir a esses acontecimentos o destinatário dessa correspondência, monarquista de convicção, a quem Joaquim Nabuco dedicaria o *Porque Contínuo* a ser Monarquista com a frase significativa “A uma fidelidade irmã”? Que conseqüências para a carreira, o destino próprio e o dos filhos teria moralmente de tirar dessa fidelidade?

Angustiado pelo dilema entre a consciência e a necessidade, pede ao Conde de Nioac, que iria esperar em Lisboa o monarca exilado, para explicar-lhe as razões que o atormentavam. Dias depois, escreve ao soberano esta carta:

“Senhor. Desde muitos dias estou para escrever a Vossa Majestade Imperial e não tenho tido coragem. Agora mes-

mo é com extrema dificuldade que tomo da pena e em tal estado de abatimento que faria compaixão a Vossa Majestade se pudesse ver-me. Estive em Paris com o Conde de Nioac, a quem já havia escrito, e de viva voz repeti o pedido que em carta lhe fizera de beijar por mim uma e muitas vezes a mão de Vossa Majestade e de assegurar-lhe que os meus sentimentos de dedicação e reconhecimento são e serão sempre os mesmos. Sinto que grandes encargos de família me não deixam a liberdade de ação que outros, mais felizes, ou menos infelizes, podem ter. Vossa Majestade me perdoará o não ter ido até Lisboa, e suplico-lhe que diretamente ou por intermédio do Conde de Nioac me mande uma palavra de perdão que me dê algum conforto, pois nunca atravessei dias tão cruéis”.

Sem pôr em dúvida a sinceridade do dilaceramento que o dividia, a carta não deixa de soar algo estranha, como se os papéis se tivessem invertido e coubesse ao monarca deposto e exilado consolá-lo e não o contrário. Apesar disso,



Brasão de Armas do Barão do Rio Branco.

in Vasconcelos, Barão de e Barão Smith de Vasconcelos. "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", Lausanne, 1918, pp. 392 e 393.

Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

Em campo azul, uma esfera armilar de ouro; em ponta, um rio de prata. Listel com o lema “Ubique Patriae Memor” e, sobre o escudo, a coroa de barão. A esfera armilar foi, desde os tempos coloniais, o símbolo heráldico do Brasil. O rio recorda o próprio título, um pequeno curso de água ao sul de Mato Grosso por onde o Paraguai desejava estabelecer os limites que, graças ao Visconde, foram fixados no Rio Apa.

no mesmo dia da remessa da carta, recebia de Lisboa o seguinte telegrama em resposta ao apelo verbal enviado por meio de Nioac:

“Frase textual: sei tudo quero-lhe muito, diga que fique, peço que fique: é seu dever, sirva seu país”.

Era o mesmo conselho que lhe mandaram Gusmão Lobo e Rodolfo Dantas, acrescentando este último: “Abstraia do seu espírito qualquer constrangimento por continuar no seu posto. Veja o que aí sucede e basta-lhe isso para convencer-se que o contrário fora loucura”.

Republicano, apesar de barão, Homem de Melo procurara “o amigo, o cidadão Quintino Bocaiúva”, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório e, ansioso em acalmar o Cônsul em Liverpool, lhe telegrafara:

“Fique tranqüilo.”

Não obstante essas palavras, a situação continuava turva. Como observa Luiz Viana Filho: “Nem mesmo o silêncio, que os candidatos a Liverpool logo explorariam, seria possível: impunha-se algo capaz de aplacar as prevenções contra o monarquista. Não era fácil nem agradável. Mas, disposto a salvar-se, iniciou um jogo dúplice, espécie de vingança da astúcia contra a força: embora fiel às suas idéias, acalmaria a República.”¹⁹ A Homem de Melo escrevia que “o atual governo e esta geração (terão) um colossal trabalho de reconstrução a fazer”. Sob o pretexto de agradecer o artigo acerca da *Grande Encyclopédie*, comentava em carta a Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório: “Todas as cartas, de liberais, conservadores e republicanos, e todas as notícias dos nossos jornais, convencem-me de que o governo pode contar com a cooperação de todos os brasileiros. A questão hoje, como V. Excia. disse em um telegrama, não é mais entre Monarquia e República, mas entre República e Anarquia. Que o novo regime consiga manter a ordem, assegurar, como o anterior, a integridade, a prosperidade e a glória do nosso grande e caro Brasil, e

ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram nossos pais — e que não se encontram em muitas das intituladas repúblicas hispano-americanas — é o que sinceramente desejo”.

Nem por isso deixava de colaborar sigilosamente com o movimento de restauração monarquista, fornecendo sobre os republicanos munição a seu amigo Eduardo Prado, como estas notas transcritas por Luiz Viana Filho, primeiro a

propósito de Benjamim Constant, de quem dizia ser “militar que nunca viu fogo, e que se fez um rápido aparecimento no Paraguai foi somente à custa de muitas súplicas do Imperador D. Pedro II”. De Rui observava que era “ministro nomeado pela tropa revoltada” e “que até então só duas vezes entrara no Parlamento em chapas governistas”, o que não o impedia de escrever de novo ao alvo dessa descrição: “Nos dois retalhos juntos V. Excia. poderá ver que tenho desmentido sempre que posso as falsas notícias que de N. Iorque, Hamburgo, Lisboa e Paris têm sido espalhadas com o fim de produzir a baixa dos nossos fundos. Sei que há aqui pela Europa quem escreva ou telegrafe para os nossos jornais dando notícias de imaginárias conspirações, ou da organização de um partido restaurador”.

Luiz Viana nota com malícia que “para desmoralizar os que corvejavam o consulado, prosseguia: “Tudo isso é invenção dos que se querem recomendar para empregos ou comissões do governo”.²⁰

Surpreenderá a alguns que uma natureza altiva e sobranceira fosse capaz de duplicidade para sobreviver, herança do barro de que somos todos feitos. No sentido oposto deveria igualmente surpreender que o mesmo homem, em aparência calculista e dissimulado, revelasse pelo soberano ora sem poder e que nunca o havia distinguido, do qual poderia ter guardado justificada mágoa, uma solicitude e uma afeição constantes, em contraste com o adesismo de muitos. Além das cartas afetuosas e frequentes, de lembranças to-



Timbre de papel de carta do Barão do Rio Branco.

O monograma RB entrelaçados, circundado de uma faixa ovalada que tem, em ponta, os símbolos heráldicos de seu brasão: uma esfera armilar entre dois rios convergentes e seu lema “Ubique Patriae Memor”, “Em todo lugar lembrar-se da Pátria”.



Grupo de estudantes paulistas que foram ao Itamaraty convidar o Barão do Rio Branco para as homenagens que lhe foram prestadas na Faculdade de Direito em São Paulo, no dia 5 de outubro de 1907.

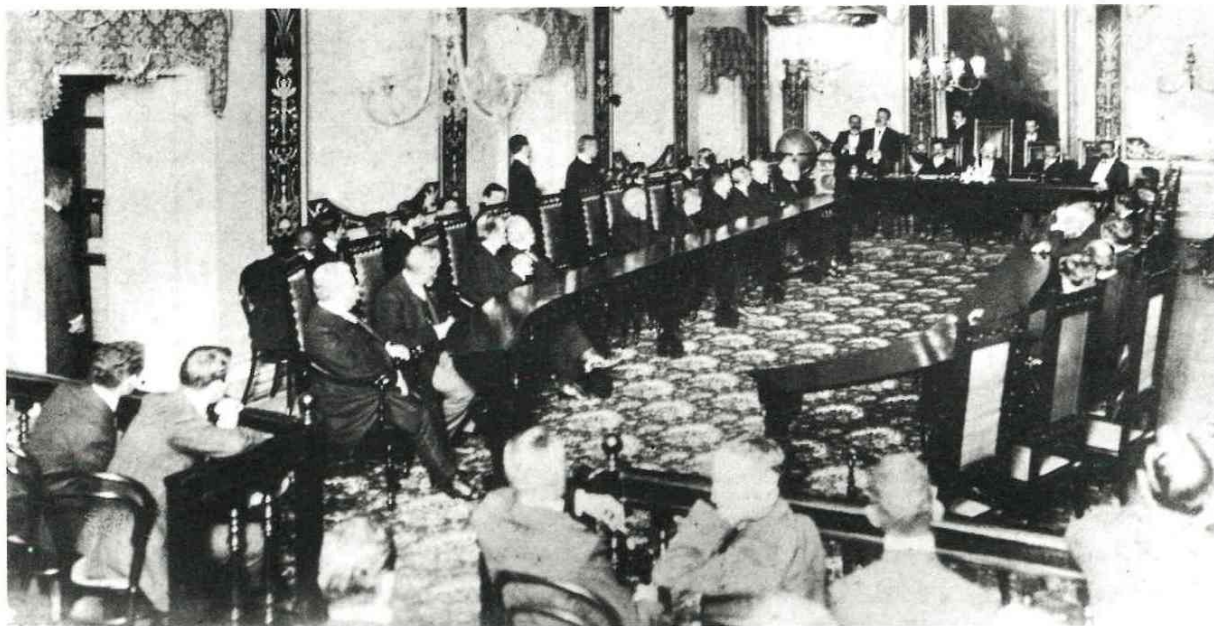
Rio de Janeiro, 1907. Foto: Augusto Malta

Da esquerda para a direita (sentados): Afonso Arinos, Barão Homem de Melo, Rio Branco e Gastão da Cunha. Em pé (na mesma ordem): Euclides da Cunha, Araujo Jorge, Graça Aranha, ?, Cesar Vergueiro, Pecegueiro do Amaral, Casper Libero e dois estudantes.

Ligados pelo interesse por assuntos históricos e companheiros no Instituto Histórico e apesar da divergência política que os separava, pois Homem de Melo era republicano, ele e Rio Branco mantiveram sempre grande amizade, correspondendo-se freqüentemente.

Quando do 15 de novembro, foi Homem de Melo que, espontaneamente, conversou com o então Ministro Quintino Bocaiuva, a respeito do Cônsul-Geral em Liverpool, mandando a Rio Branco, por intermédio de Rodolfo Dantas, mensagem tranquilizadora.





Rio Branco preside uma sessão do IHGB ainda na antiga sede do Paço da Cidade.

Rio de Janeiro Fotógrafo: não identificado. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Eleito sócio em 1867, aos 22 anos, permanece Paranhos Junior sempre ligado ao Instituto até seu falecimento. Foi uma fidelidade de quase meio século.

cantes como a “boceta de rapé” ostentando “na tampa, em uma chapa de cobre dourado, um dos melhores retratos que tenho visto do Augusto Pai de V.M.”, conforme escreve ao Imperador em Baden-Baden, Rio Branco foi dos poucos fiéis a fazer a peregrinação à residência de D. Pedro em Versalhes no terceiro aniversário da Lei Áurea, da qual deixou esta emotiva descrição enviada a Nabuco: “Eu mandei à Rendentora umas flores que lá chegaram 7 da manhã. Como lhe disse em telegrama foi pelo meu exemplar que se fez a leitura, e por isso pude ver quanto os dois ficaram comovidos. A sala estava vazia. Apenas o Pai, a Filha, e eu. Depois o *Grand Old Man* levantou-se, tomou de um *bouquet* que estava sobre a mesa e entregou-a à Filha. ‘Isto é para Você, minha filha, porque este dia é seu’, disse-lhe abraçando-a e beijando-a. Esta cena e aquela solidão impressionaram-me muito.”²¹

Era o pressentimento do fim. Menos de sete meses depois, Dom Pedro D’Alcantara expirava, na madrugada de 5 de dezembro, no modesto Hotel Bedford, em Paris. A coroa de flores do Barão não levava assinatura, apenas a dedicatória “Ao grande brasileiro, benemérito da pátria e da

humanidade” e sua divisa — *Ubique Patriae Memor*. Na descrição da morte e dos funerais que redigiu para as suas “Cartas de França”, no *Jornal do Brasil*, silenciou sobre sua presença e assinou com o pseudônimo Ferdinand Hex, mítico personagem que relacionou dentre as testemunhas, a fim de afastar qualquer suspeita. Contava que na manhã do dia 7, finda a visitação pública, o velho Imperador, com o uniforme de marechal, foi posto no caixão com o punhado de terra do Brasil, conforme pedira. Em seguida, foram admitidos no salão os brasileiros e alguns jornalistas. Rio Branco deixou-nos esta descrição:

“Sobre o soalho, no meio da sala, iluminada pelo clarão de várias tochas, via-se o caixão ainda aberto. Ao lado, de joelhos, a Princesa Isabel, vestida de rigoroso luto, chorava em silêncio. A alguma distância, também ajoelhados, estavam o Conde d’Eu e o Príncipe do Grão Pará. Os brasileiros presentes (trinta e tantos) foram desfilando e, um a um, lançaram água benta sobre o cadáver e beijaram-lhe a mão. Eu fiz o mesmo. Despediam-se do grande morto.(...) Hei de ter sempre presente na memória essa cena, uma das mais tristes e solenes a que tenho assistido.”

O Chamado da Vida Ativa:
*O Arbitramento de Palmas
ou Missões e do Amapá*
(1893- 1900)



A morte de Dom Pedro II não só simbolizava o fim das esperanças de uma restauração próxima. Ela parece também encerrar por coincidência o ciclo de obscuridade e interminável preparação na vida de Paranhos. Não foi preciso esperar muito após a triste cena dos funerais do Imperador para que a República começasse a criar oportunidades para o Cônsul-Geral em Liverpool. Pouco depois da sua designação para dirigir, cumulativamente com o Consulado, os serviços de imigração na França, que lhe per-

mitiram demorar-se mais em Paris, Floriano Peixoto lembra-se dele quando uma outra morte, a do Barão Aguiar de Andrada, em Washington, deixa acéfala a missão que representava o Brasil no arbitramento da questão de Palmas ou das Missões, confiada à decisão do Presidente Grover Cleveland. O falecimento posterior do jurista Nicolás Calvo fará com que seu adversário argentino se torne Estanislau Zeballos, inaugurando uma rivalidade política e pessoal que produziria por muitos anos repercussões no relacionamento entre os dois respectivos países.

Herdado do Império, que já havia optado pela solução arbitral, o litígio se havia convertido na primeira questão diplomática enfrentada pelo Governo Provisório. No entusiasmo do rápido reconhecimento argentino e do sentimento de fraternidade republicana, Quintino Bocaiúva havia assinado em Montevidéu com o então Chanceler argentino Zeballos um tratado de partilha salomônica do território. Rejeitada a aprovação pelo Congresso brasileiro, em resposta a pressões da imprensa, do exército e até do monar-



ca exilado, voltará o recurso ao arbitramento norte-americano.

Em meados de maio de 1893, Rio Branco, cujo pai tinha sido o primeiro negociador do problema no Império e que o conhecia como ninguém,²² vai juntar-se aos demais membros da missão, formada pelo general Dionísio Cerqueira, segundo plenipotenciário, pelos Secretários Olinto de Magalhães e Domingos Olímpio, pelo auxiliar técnico, Almirante Guilhobel, aos quais seriam acrescentados Domício da Gama e Raul Rio Branco.

Durante quase dois anos irá desenvolver em New York e Washington o padrão de concentração total e de trabalho exaustivo que repetiria mais tarde na questão com a França e se converteria na sua marca registrada e método de trabalho. Sem horas para comer ou dormir, capaz de atravessar dias e noites sem descanso, em buscas frenéticas de mapas e documentos nos arquivos, realizados por prepostos mas de acordo com suas instruções minuciosas, o Barão fez jus ao conceito que dele emitiu o internacionalista e consultor da missão, Basset Moore, descrevendo-o como “a mais completa combinação de erudito e estadista que conheci.”²³

A questão em exame, um tanto simplificada e reduzida a seus termos essenciais, resumia-se no seguinte: como identificar no terreno os rios de cabeceiras opostas que desagavam, um no Iguaçu, o outro no Uruguai e denominados Peperi-Guaçu e Santo Antonio, nos tratados de 1750 (Madri) e 1777 (San Ildefonso)? A controvérsia havia sido



Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos.

criada pelos demarcadores espanhóis da época colonial, sobretudo por Alvear. Baseando-se em cópias do Mapa das Cortes (traçado em 1749 a fim de orientar as negociações do Tratado de Madri) aparentemente favoráveis às posições espanholas e numa declaração de Alvear acerca do conteúdo das Instruções aos demarcadores datadas de 1758 e extraviadas, a Argentina pretendia que os cursos de água indicados pelos tratados se situavam muito mais a leste do que os assim identificados pelo Brasil. De acordo com essa linha de argumentação, os verdadeiros rios dos tratados deveriam ser o Chapecó e o Chopim, havendo este último sido posteriormente substituído pelo Jangada.

Em sua defesa, o plenipotenciário brasileiro demonstrou, em primeiro lugar, que o estudo cuidadoso dos mapas, cuja versão autêntica conseguiu encontrar, confirmava, inclusive através de um exercício de projeções das latitudes e longitudes, o acerto da identificação feita pelo Brasil.

Restava o problema das Instruções. Afirmara Alvear, em 1789, que o documento de trinta anos antes, instruíra os demarcadores a identificar o Peperi como rio caudaloso “*con una isla montuosa en frente de su boca; un gran arrecife en frente de su barra, y estar estas aguas arriba del Uruguay-pitá*”. Em começo de outubro de 1893, chega finalmente a Paranhos a notícia de que se haviam localizado em Simancas, no arquivo do Marquês de Val de Lirios, as Instruções desaparecidas há muito tempo. Quando as recebe pelo correio, não pode conter o júbilo com que telegrafa ao Gen. Dionísio Cerqueira: “*Instrucción* nada diz sobre Uruguai-pitá nem sobre *isla montuosa* sobre arrecifes dentro ou fora da boca. Viva o Brasil”.

E acrescenta para a Secretaria no Rio de Janeiro: “...com o aparecimento do verdadeiro Mapa das Cortes e da Instrução de 1758 e com o estudo comparativo desse mapa e dos anteriores, ficamos tendo a nosso favor todos os documentos sobre que os Argentinos procuravam fundar sua pretensão...”

Missão Especial em Washington (1893 — 1895).
(Arbitramento do Presidente Cleveland — questão de limites com a Argentina).

Washington, 1893/95. Foto: Davis and Sanford (Nova York).

Ladeiam o Barão da esquerda para a direita: Olyntho de Magalhães, Domingos Olympo Braga Cavalcante, General Dionísio de Castro Cerqueira, Contra-Almirante José Cândido Guilhobel, Charles Girardot, Domício da Gama.



Pelo tratado de Montevideo em 25 de Janeiro de 1890, o Sr. Cleveland teria de transformar-se em Salomão dando metade a cada parte contendora. A Nação brasileira porém, oppos-se a isso indignada como boas mães que era.



Questão das Missões ilustrada e relatada de forma alegórica.

Autor: Angelo Agostini (1845-1910).

Publicação original: revista "D. Quixote", nº 3, ano I, 1895.

Reprodução em: "Dom Casmurro", Edição especial do

Centenário do Barão, p. 42.

Angelo Agostini sintetiza, em desenhos alegóricos e relatos singelos, a Questão de Palmas ou das Missões, entre o Brasil e a Argentina, desde o Tratado de Montevideú, de 25 de janeiro de 1890, que previa a divisão do território contestado e que não foi aprovado pela nossa Câmara dos Deputados, até o laudo arbitral do Presidente Cleveland de 05 de fevereiro de 1895 em favor do Brasil.

Ao lado,

A Missão especial em Berna (1898-1900).

Questão do Oiapoque, com a França.

Berna, 1898. Foto: A. Wicky.

Ladeiam o Barão, da esquerda para a direita, Domício da Gama, Raul do Rio Branco e Hipólito Alves de Araújo.

Na Exposição ao presidente dos Estados Unidos (vol. II, pp. 13 e 14), assim advoga a posição brasileira:

"O Brasil funda o seu direito: 1) no fato de que já no século XVII o território a leste do rio... Peperi-Guaçu — descoberto pelos Brasileiros de São Paulo, chamados Paulistas... — era dominado pelos mesmos Paulistas e fazia parte integrante do Brasil.

2) ...no *uti-possidetis* da época da Independência, que era o mesmo reconhecido pelos Missionários Espanhóis...; posse igualmente reconhecida por Espanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio Governo Argentino, (o qual) no largo período de setenta anos... desde 1810 até 1881, não manifestou pretensão alguma à fronteira mais oriental... e no período de quarenta anos... desde a ocupação efetiva e permanente desse território por cidadãos e autoridades do Brasil, em 1838 e 1840 até 1881, não reclamou ou protestou contra essa ocupação brasileira.

3) ...na posição especial desse território, que lhe é indispensável para a sua segurança e defesa e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira.

Aceita, porém, todos os documentos históricos em que a República Argentina procura basear a sua reclamação... os Tratados de 1750 e 1777, as Instruções expedidas aos Comissários demarcadores e um Mapa oficial de 1749."

Armado de tais argumentos, Rio Branco aguarda impaciente a decisão final, comunicada aos contendores numa fria tarde do dia 6 de fevereiro de 1895, em cena dramática resumida em seu Diário:

"Às três e cinco chegou o Secretário de Estado (Gresham) e convidou-me a passar ao salão diplomático. Encontramos ali Uhl (Subsecretário) e um filho de uns 10 anos. Gresham disse que estava encarregado de entregar aos representantes de cada uma das partes um exemplar do laudo lavrado em triplicata. Fez a entrega. Zeballos começou a procurar a conclusão e, não a achando logo, mostrou-se nervoso; Gresham disse: Se desejais posso fazer proceder à leitura do laudo. Eu disse a Zeballos: Creio que é melhor que o leiamos em casa. Zeballos disse, porém, em voz alta: Basta dizer em favor de qual das duas nações é o laudo. Então, Gresham acenou para Uhl e este disse: *The award is in favor of Brazil*. Zeballos empalideceu. O Secretário Attwell (da missão argen-



BARÃO DO RIO BRANCO





A casa alugada por Rio Branco em Berna (1898-1900).

Berna, 1898. Foto: Atelier Blumenstein.

Coleção João Hermes P. de Araujo.

A majestade da construção e a presença do mordomo no jardim e, em frente ao portão, de um carro puxado a dois cavalos, com cocheiro e laçaião, atestam a importância política atribuída, na época, a esses sinais de luxo.

Ao lado,

A família Rio Branco em Berna.

Foto: A. Wicky. Coleção Dr. Roberto Paranhos do Rio Branco.

Sentado à esquerda do Barão, seu filho Raul.

Em pé, Hortênsia, Amélia e Paulo.







Em Baden-Baden.

Foto: W. Innstreimüller.

Coleção Dr. Roberto Paranhos do Rio Branco.

Sentados: um oficial alemão (?) e o Barão. Em pé, Paulo do Rio Branco entre Amélia e Hortênsia.

tina) parecia ter perdido todo o seu sangue, tão branco ficou. Houve um momento de silêncio profundo. Todos estavam constrangidos. Zeballos voltou-se então para mim, e apertando-me a mão disse: *Mis felicitaciones, señor Ministro*. Respondi que agradecia muito e que considerava esta solução honrosa e pacífica, um acontecimento feliz para ambas as nações... (à saída, quando aguardavam os carros, Zeballos disse de novo a Rio Branco:) *Ha Usted vencido su campaña, lo felicito* (ao que lhe responde o Barão): Tive uma causa fácil de defender, enquanto a sua era extremamente difícil. Mesmo assim fez tudo quanto era possível pela causa

da sua pátria... reconhecemos hoje na sua pessoa o mais tenaz, o mais hábil e o mais ilustrado dos adversários que o Brasil encontrou na discussão desse litígio. Zeballos ouviu em silêncio, em atitude pensativa, apertou-me de novo a mão, e saiu”.

Foi pena que nem sempre depois os dois grandes rivais conservassem suas disputas nesse nível de dignidade e nobreza.

De uma hora para a outra, o obscuro Cônsul-Geral em Liverpool vira uma celebridade nacional. Os telegramas chegavam às centenas e vão, num extremo, do Conde e da Condessa d’Eu, a, no extremo oposto, do ex-Presidente Floria-

no Peixoto, que jacobinamente o saúda com um “Viva a República”. O mais expressivo, na concisão comum àqueles dias austeros e de que hoje se perdeu a qualidade, foi o do Presidente Prudente de Moraes: “Em nome da pátria brasileira, agradeço inolvidável serviço reconhecimento seus direitos.”

Alguns começam a falar nele como um futuro presidente. Aos que o convidam para vir pessoalmente receber as homenagens do país, como os reunidos em *meeting* sob a presidência do Gen. Serzedelo Correia, envia esta resposta:

“Por mim e meus companheiros de trabalho, agradeço honrosa homenagem. Estou convencido que a decisão do americano ilustre que com tanto labor e consciência exerceu as funções de Árbitro, animado de igual afeto por ambas as nações, terá sido também recebida com satisfação na República Argentina, e que este acontecimento feliz e honroso concorrerá para que se estreitem mais, como tanto desejamos, os laços de amizade que nos ligam aos nossos aliados de Caseros e do Paraguai.”

Dizem haver sido nessa ocasião que ele teria observado: “Há vitórias que não se devem comemorar”. Assim, evitando criar com os festejos uma provocação gratuita e inútil à Argentina e a Zeballos, preferiu, em abril, regressar diretamente à Europa, sem ir ao Brasil. Há na sobriedade e auto-contenção desse procedimento o cálculo do estadista, mais sensível às consequências políticas de um ato do que à satisfação de uma vaidade pessoal, por mais que justificada. Também transparece no episódio outro tipo de cálculo, o que o levava a

anotar no Diário este pensamento de Hoffmann: “a inveja é a sombra da glória”. O mesmo cálculo que o fizera pedir em 1877 ao Jornal do Comércio para omitir-lhe o nome na comitiva do Imperador, então em visita à Inglaterra. O pedido chegara tarde, pois o jornal já reproduzira a lista do Times, o que lhe arrancou esta queixa a Penedo: “Não gostei disso porque conheço a nossa gente e as bem afiadas línguas da Rua do Ouvidor. Vão agora pensar por lá que tenho to-

dos os dias e que passo neste meu Liverpool uma vida de Lopes.”

Contradições do grande homem? Ou, como diria Oliveira Lima, “porque nele o interesse pessoal se confundia com o público, assim como a sua personalidade mergulhava toda na nacionalidade”.²⁴

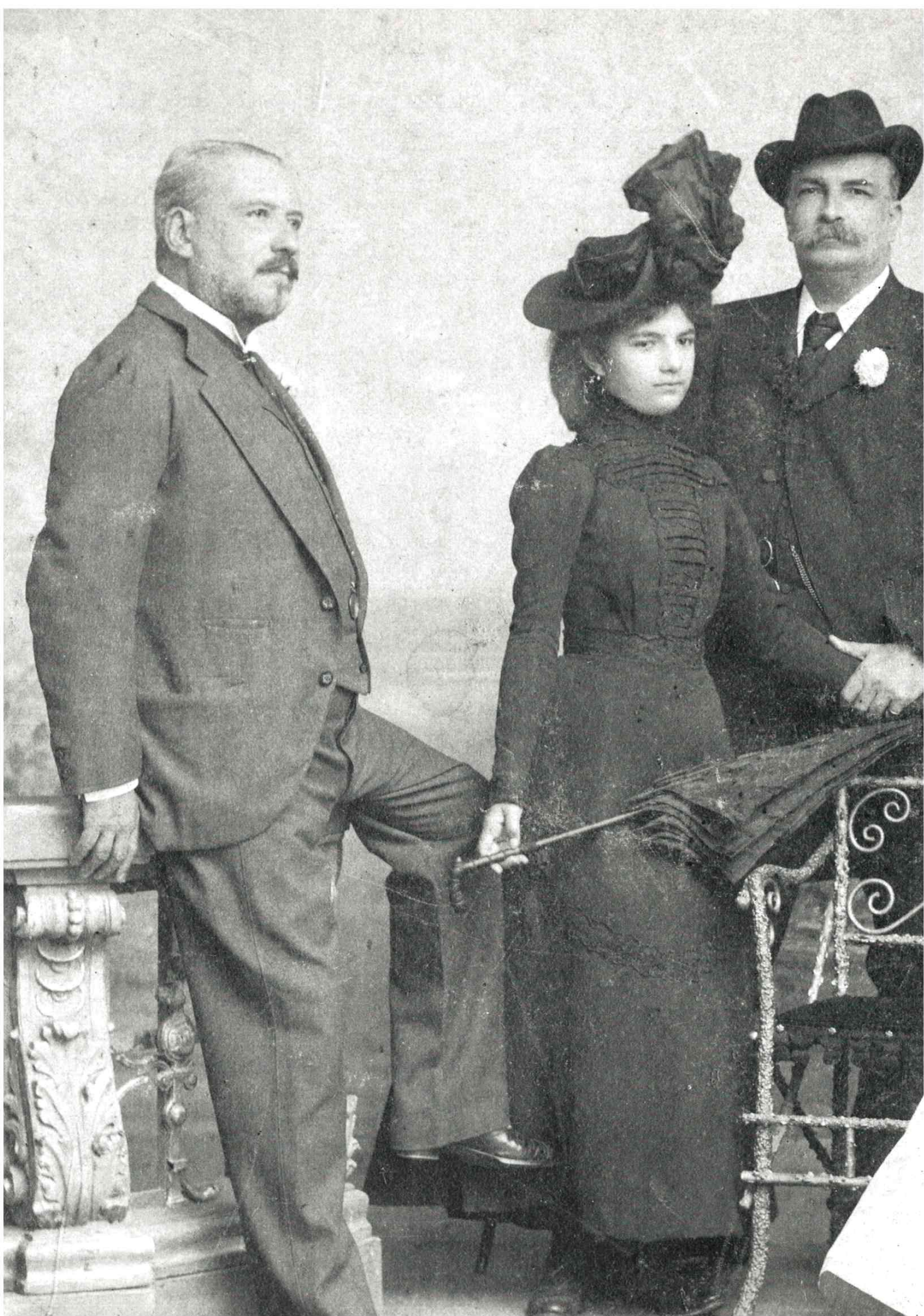
Não passaria muito tempo do seu regresso para que ele fosse, primeiro incumbido de estudar o assunto e, logo em seguida, designado como o responsável pela apresentação do ponto-de-vista do Brasil na questão dos limites entre o Amapá e a Guiana Francesa, submetida à arbitragem do governo da Confederação Suíça.

O problema se agravava com a descoberta de ouro no Calçoene e os choques armados de 1894, que provocaram mortes de ambos os lados. Na atmosfera da *Belle Epoque*, auge dos desmandos e prepotências do imperialismo europeu, temia-se que a França acabasse por ocupar o território litigioso, como a Inglaterra acabara de fazer com a ilha da Trindade. Preocupado com os reflexos que este episódio poderia acarretar no Amapá e interessado numa solução negociada e sensata, o Barão sugeria ao nosso Ministro em Londres Sousa Correia, “lem-



Walther Houser, Presidente da Confederação Helvética durante o julgamento do litígio sobre o Oiapoque.

Foto: Emil Vollenweider, Berna. Coleção João Hermes P. de Araújo.





brar aos guerreiros da nossa terra que os Ingleses têm tomado à força ilhas francesas”, para juntar com temor: “Há muito louco por lá”. No mesmo tom de sensata advertência e preocupação com a linha desastrada e agressiva adotada por Gabriel Piza, Ministro em Paris, escrevia ao Chanceler Carlos de Carvalho: “Os meios persuasivos são, a meu ver, os únicos de que lança mão, para sair-se bem de negociações delicadas como esta, uma nação como o Brasil que ainda não dispõe de força suficiente para impor a sua vontade a uma grande potência militar”. Podia-se, na época, não usar ainda a expressão correlação internacional de forças mas seria difícil definir melhor o conceito e suas implicações para o eixo assimétrico de nossas relações com as potências européias.

Não era, contudo, apenas porque tínhamos do outro lado da arena um adversário do porte da França, que a questão se apresentava mais árdua e perigosa do que a de Palmas. Outro fator complicador é que no curso da movimentada história da controvérsia, nem sempre a coerência e a firmeza haviam presidido à postura brasileira. Ao assinar, por exemplo, no Rio de Janeiro, o Compromisso de arbitragem de abril de 1897, o novo Chanceler, Gen. Dionísio Cerqueira, agora desafeto do Barão, deixara-se, na opinião deste, “lograr completamente. O Tratado não faz referência alguma ao art. 10

do Ato de Viena, que revalidou o 8º de Utrecht. O Governo Francês poderá assim argumentar com o caduco tratado de Amiens, de 1802. O Governo Suíço poderá decidir as questões como quiser, pois a mais completa liberdade lhe é dada. Não são fixadas regras para a decisão. A questão do limite interior é exposta no art. 2º com a maior inépcia. O General declara que o limite estabelecido pela Conv. de 1817... é limite provisório, quando... sustentei que devíamos defender essa linha como definitiva... Todo o sistema que eu preparava para a defesa do território fica destruído pela estupidez com que se apresentou a questão”. (Caderno de Notas — Arq. do Itamaraty).

A natureza e a extensão desta introdução não deixam espaço para uma exposição mais completa e satisfatória dos desdobramentos da discussão a respeito da correta identificação do rio “Japoc ou Vicente Pinzón” do Tratado de Utrecht de 1713, se o Oiapoque brasileiro, como pretendíamos ou, conforme alegavam os franceses, um rio mais ao sul como o Araguari.

Basta dizer que, uma vez mais, se repetiu o padrão inaugurado na questão de Palmas: trabalho infatigável, exaustivo, buscas incessantes de mapas e velhos alfarrábios, noi-



Os filhos do Barão, Raul e Hortênsia
Homburg, 1898. Foto: T.H. Voigt.

tes sem dormir, corrida frenética para terminar, imprimir e entregar dentro dos prazos a primeira memória e a réplica. Seu médico, Hilário de Gouveia, reclamava: “Ele vive mergulhado no trabalho, noite e dia, sendo que eu sou forçado a brigar com ele na minha qualidade de seu amigo e médico”. Ele mesmo diria a Eduardo Prado no mais aceso do esforço: “Pensei afrouxar de todo esta vez... No dia 5 fiquei fora de combate, ameaçado de meningite, trocando as palavras quando falava ou tentava escrever, e invertendo sílabas, como fazia o velho Brotero”.

Como se vê, desta vez também, a virtude de Rio Branco não deixou qualquer chance à fortuna.

De novo, igualmente, o êxito virá compensar sua dedicação e competência, desenganando os franceses que esperavam, até o fim, que “a pêra fosse cortada ao meio”.

No dia 1º de dezembro de 1900, Berna coberta de neve como estivera Washington em 6 de fevereiro de 1895, comparecia à Vila Trautheim, residência do Barão, às 11,30 horas (era um sábado), o Conselheiro Graffina, acompanhado de um porteiro do Palácio Federal. Narra o Diário: “Este (o porteiro) depositou numa cadeira os dois volumes do laudo e doze exemplares dos considerandos da sentença. Graffina em um pequeno *speech* declarou o objeto da sua missão, de que fora incumbido pelo Conselho Federal. Acrescentou que, cumprido esse dever, podia, também, dizer que essa missão lhe fora muito agradável e anunciou que a decisão era a favor do Brasil. Declarei, então, que essa notícia me alegrava sumamente, e aos brasileiros presentes.”

No dia seguinte, em *A Imprensa*, Rui Barbosa resumia a reação do país: “Hoje, literalmente do Amazonas ao Prata há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte num infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional.”

A consagração do seu nome, que se fizera tanto tardar, chegava em caráter definitivo com a segunda vitória. Tinha 55 anos de idade e, apesar de primogênito, era o único sobrevivente dos nove filhos do Visconde. Não lhe restariam a viver mais do que uns escassos onze anos e pouco. Longe de poder dedicá-los a uma repousada vida de estudo e pesquisa na Europa, como sonhava, iria consumi-los totalmente no trabalho intenso e esgotador que absorveu com exclu-

sividade a fase última de sua existência e é seu maior título ao reconhecimento da História.

A morte, nesse período, está sempre perto. Dois anos antes, em janeiro de 1898, desaparecia em Paris, com apenas 48 anos, Marie Philomène Stevens. Um ano antes de morrer, apesar de habitarem a mesma casa, escreve, para interceder por um dos filhos, uma carta pungente ao marido, na qual transparece toda a amargura trágica e irreparável do amor destruído pela incompreensão:

*“Il est inutile de venir dans ma chambre pour avoir une explication avec moi, car j’ai déjà tant souffert par toi qu’il m’est impossible de te répondre avec calme puis que tu ne sais me dire que des choses désagréables comme lorsque tu me dis que tous tes enfants sont détraqués parce que je suis leur mère, et puis on ne discute pas avec une femme que l’on croit folle. Marie.”*²⁵

Após o falecimento da companheira de mocidade, irá perder, em rápida sucessão, muitos dos amigos mais queridos: Gusmão Lobo, José Avelino, Rodolfo Dantas, Eduardo Prado, a quem queria como filho e morre de febre amarela aos 41 anos.

Nas páginas 62-63,

Grupo na estação de águas Homburg.

Em pé, da esquerda para a direita, João Artur de Souza Corrêa, ministro em Londres, e o Barão do Rio Branco entre suas filhas Hortênsia e Amélia. Sentada, a Baronesa de Nioac (nascida Cecília Helena Monteiro de Barros).

Homburg, 1898. Foto: T.H. Voigt.

Coleção: Dr. Roberto Paranhos do Rio Branco.

Como todos naquela época, a Rio Branco o encantavam as estações de água não só por acreditar nos seus efeitos medicinais, como também para encontrar amigos e figuras do “grand monde”. Aqui ele está com o colega Corrêa e com a nora do Conde de Nioac, que fora seu intermediário junto ao Imperador, quando da proclamação da República. A família Rio Branco está de luto fechado pelo falecimento da Baronesa de Rio Branco, em 11 de janeiro de 1898.



O Breve Interlúdio de Berlim e a nomeação como Ministro das Relações Exteriores de Rodrigues Alves (1900-1902)

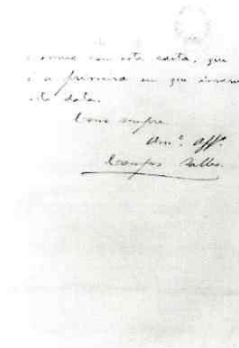
Terminado o arbitramento sobre o Amapá, sem poder mais dispor dos recursos do Consulado, Rio Branco pensa finalmente em estabilizar sua situação e ingressar no serviço diplomático. Os amigos lhe desejam a Legação em Lisboa como recompensa, posto adequado a seus pendores e necessidades, pois, como comentava Tobias Monteiro, tratava-se de “sociedade compatível com seus hábitos, portugueses ricos para casar as meninas, e a Torre do Tombo e mais arquivos para as delícias de suas indagações histórico-geográficas”.

Casar as meninas, a necessidade de constituir dote é um dos problemas que constantemente atormentam aquele pai afetuoso e devotado, um desses problemas do século XIX que, como o suicídio de Emma Bovary ou de Anna Karenina, o leitor pós-moderno e pós-revolução sexual tem alguma dificuldade em compreender. Os apuros financeiros vão atenuar-se um pouco quando o Congresso aprova lei que concede “ao benemérito brasileiro José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco a dotação anual de 24:000\$000, com transmissão aos seus filhos e filhas, enquanto viverem, e mais o prêmio de 300:000\$000, como recompensa nacional pelos relevantes serviços prestados nas missões especiais de arbitramento de Washington e Berna”. Esta generosidade do país lhe desperta a seguinte reação: “Eu estava longe de supor possíveis tais demonstrações e recompensas, sobretudo sendo elas sem exemplo ou precedente entre nós... O que mais me tocou foi terem-se... lembrado do futuro de meus filhos.”

Resistindo às seduções de Lisboa, para não ter de deslocar o ocupante do posto, surpreende a todos ao optar pela Legação em Berlim, vaga na ocasião, onde apresenta, em 28 de maio de 1901, suas credenciais ao Imperador Guilherme II, com o qual conversa sobre a Guerra do Paraguai. Lá não se demoraria, porém, nem dois anos completos. Sua vida começa a acelerar-

se e, na tarde de 6 de julho de 1902, recebe o seguinte telegrama: “Rodrigues Alves deseja confiar-lhe a pasta do Exterior e encarregou-me de consultá-lo, esperando de seu patriotismo não recusar. São esses também os meus votos. Campos Sales.”

Entre o convite e a aceitação relutante e não-definitiva, vão transcorrer quase sessenta dias de dúvidas, hesitações, manobras para recusar e indicar Nabuco em seu lugar. Na primeira carta ao Presidente-eleito, alinhava as razões que lhe recomendavam declinar. A primeira era a saúde, alquebrada pelos trabalhos excessivos das arbitragens e que não se daria bem com o calor do Rio, sem mencionar, o que só faz aos amigos, o temor da febre amarela que havia carregado Eduardo Prado e dizimava o aterrorizado corpo diplomático estrangeiro. Daí passava ao temperamento, lembrando que “de meu pai disse Joaquim Nabuco que não serviria para épocas de revolução ou de agitação” e agregando “de mim se pode dizer isso com mais razão ainda.” Vivendo no estrangeiro desde 1876, tendo deixado o Brasil com o propósito de não se envolver nas questões de política interna, melhor serviria o país de longe, escrevendo seus trabalhos históricos, projeto a que não queria renunciar. Vem, a seguir, a razão talvez mais forte, os pesados “encargos de família”, o “verdadeiro desastre financeiro” que representaria uma nova mudança. Concluía não ter a esperança, mesmo com esses sacrifícios, de prestar bons serviços “porque as continuadas reduções de pes-



Carta de 1º de janeiro de 1901, com a qual o Presidente Campos Sales ofereceu ao grande amigo de Rio Branco, José Avelino Gurgel do Amaral, como “presente pela entrada no novo século”, a pena com que assinara, na véspera, a sanção da lei que conferiu ao Barão “o prêmio da gratidão nacional” e sua nomeação para Ministro em Berlim.

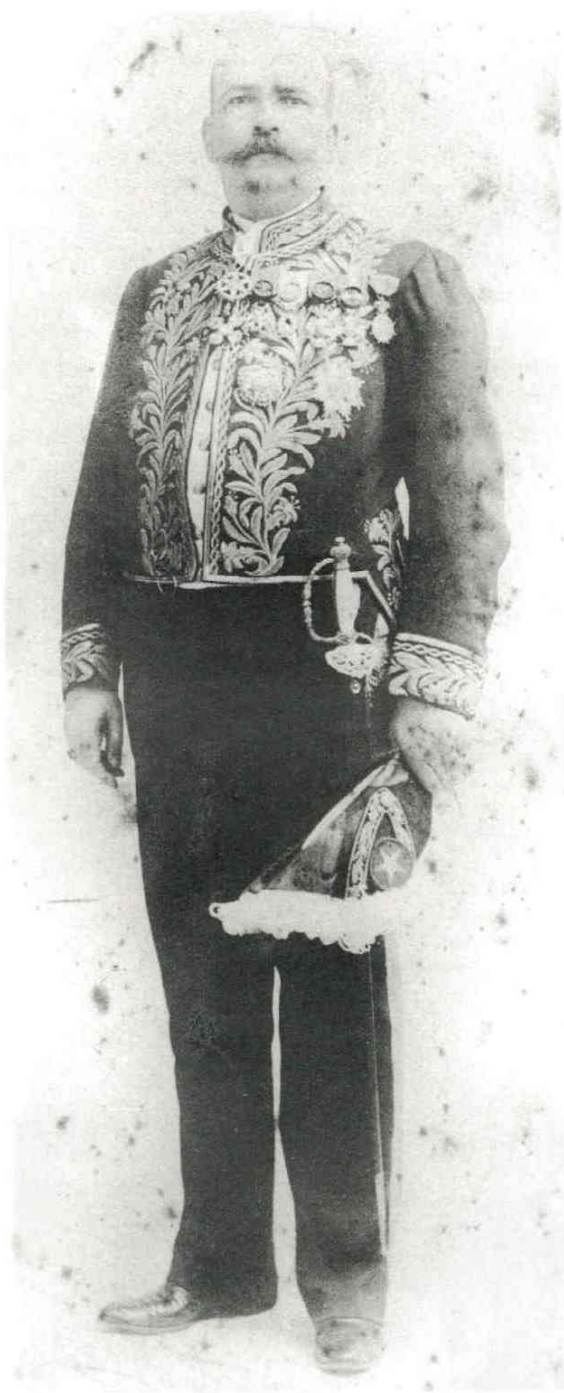
Coleção Pedro Corrêa do Lago.

soal no serviço tão importante das nossas relações exteriores o têm prejudicado grandemente.”²⁶

Aos amigos deixa transparecer outros motivos, como a preocupação com o errado encaminhamento dado à questão do Acre pelo Governo Campos Sales, criando talvez obstáculos irreversíveis, o receio de que, tornando-se ministro de um presidente que, na política do passado regime, figurou “no mesmo partido conservador em que tive praça”, poderiam “os *vieilles barbes* do Brasil republicano entender que os antigos monarquistas lhes estão a tomar os principais lugares e o governo da nau do Estado.” Elabora também um pouco mais acerca das dificuldades que antecipa com relação às reformas que teria de introduzir no Itamaraty e a provável resistência do inamovível Visconde de Cabo Frio. Julga mais adequado para a tarefa seu amigo Nabuco, “pela coragem de reformador” e, como escreve ao Presidente-eleito, por possuir não só “todas as habilitações para o cargo, mas também qualidades brilhantes que não possuo, e que o tornariam um auxiliar precioso para a solução que possa ter a desagradável questão do Acre.”

Nada disso engana Rodrigues Alves, político perspicaz, cuja segurança no julgar e escolher os colaboradores será uma das razões de seu êxito e que se mostra irredutível na convicção de que necessitava de um nome com a autoridade de Rio Branco “para fazer calar ou pelo menos enfraquecer esse clamor (sobre as questões diplomáticas), para estudar os negócios externos e propor-lhes as melhores soluções.” Expede-lhe por isso em 29 de agosto o seguinte telegrama: “Valiosas ponderações cartas não me convenceram. Nome V.Excia. será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido”. A resposta segue na manhã do dia 30. “Farei sacrifício que V.Excia. julga necessário contente de o fazer pelo muito que devo à nossa terra e a V.Excia.”

Terminavam, assim, para sempre, os dias de sossego e enlevo em Paris, cidade pela qual, segundo Capistrano, estava pronto a cometer qualquer imprudência. Ficavam para trás as horas passadas na Biblioteca Nacional, os almoços no Foyot, as visitas à livraria Chadonat ou à Galérie Odéon. Seu amigo Alfredo Varela o ouviu descrever como, numa tarde de verão, na Praça da Concórdia, admirara, “com intenso encantamento”, o panorama dos *Champs Elysées*, até o Arco do Triunfo e comentara: “profundamente comovido, ergui a cabeça para o firmamento, retirei o meu chapéu, e agradei



O Barão do Rio Branco, Ministro em Berlim (1901-1902).

Berlim. Fotografia: não identificado.

O Barão enverga o uniforme de ministro plenipotenciário com condecorações, inclusive a Imperial Ordem da Rosa, do Brasil.

Inauguração da estátua do Visconde do Rio Branco.
Rio de Janeiro, 13 de maio de 1902. Fotógrafo: não identificado.

Por sugestão do Barão Homem de Melo, o Conselho Municipal do Rio retomou em 1893 a idéia que circulara desde 1881, de erigir um monumento ao Visconde de Rio Branco.

Sensibilizado, Rio Branco ofereceu-se para colaborar e encarregou o escultor Felix Charpentier de executá-la.

O estadista, sentado, com uniforme e condecorações, tem à frente a Musa da História que lhe celebra os feitos beneméritos.

Inaugurada em frente ao Palacete Baía que, no Império, fora sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros (onde hoje se acha o Palácio São Joaquim) a estátua encontra-se atualmente na Avenida Princesa Isabel, na saída do Tunel Novo.

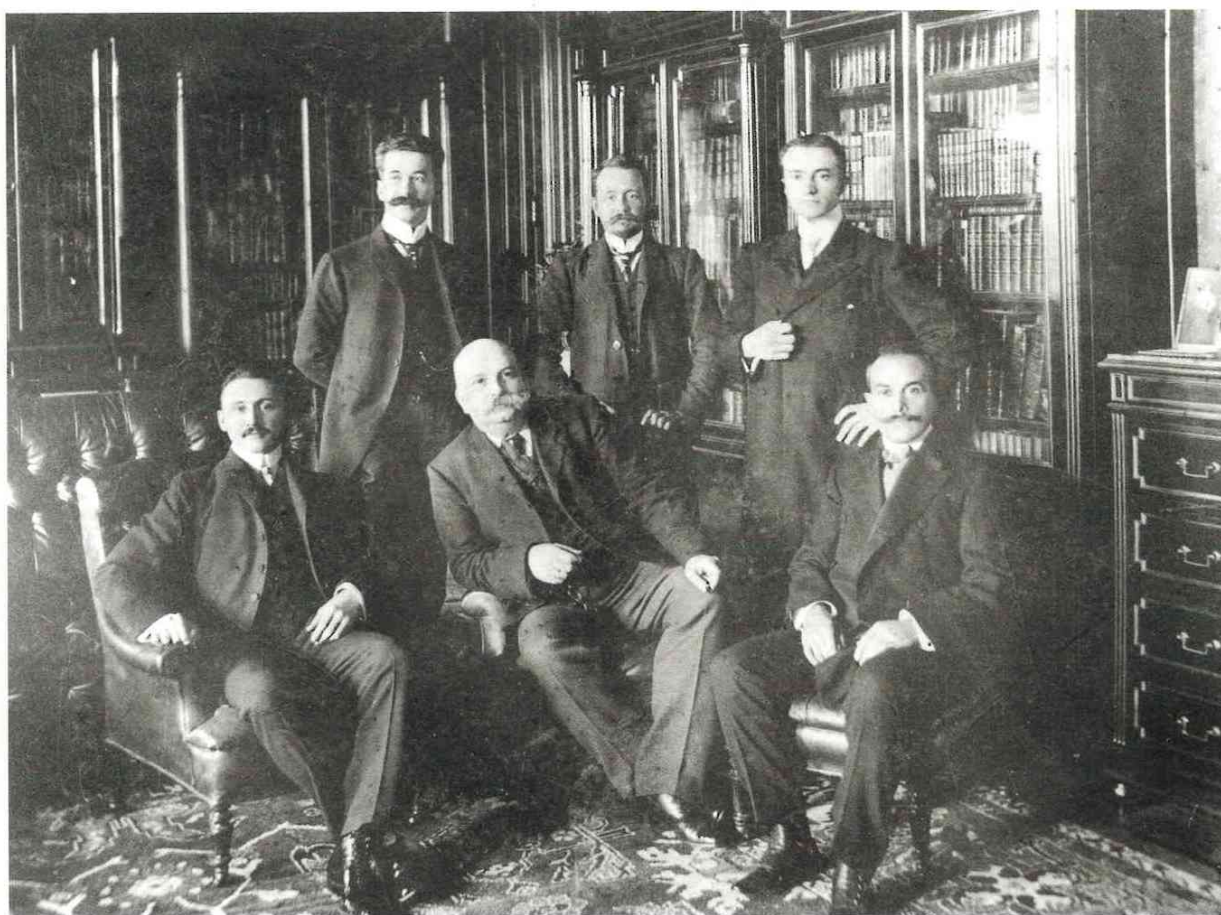
a Deus o favor que me concedia, de gozar com alma tranqüila, e sem necessidades, tão grande espetáculo.”²⁷

Contemporâneo de Proust, que, naqueles dias, andava pelos mesmos “boulevards”, atingido da mesma paixão parisiense, pressentia que a glória e o poder, tardios mas implacáveis, não lhe deixariam mais a possibilidade de buscar um dia o tempo perdido e a memória de uma perfeita tarde de verão na Praça da Concórdia.

Logo teve ao chegar o prenúncio do que seria uma vida de notoriedade. Naqueles tempos do início da República, os presidentes tomavam posse em 15 de novembro. O Barão chega, todavia, quinze dias depois, em 1º de dezembro de 1902, tendo direito, conforme previra Tobias Monteiro, aos horrores de uma “recepção triunfal entre os gentios” a que não faltou nenhum instrumento de suplício: “lanchas, foguetes, discursos, flores desfolhadas, carros a passo, hurrahs, Rua do Ouvidor, cansaço, fome e sede”. O então estudante Levi Carneiro assim viu o espetáculo:

“Era um dia luminoso e cálido, de dezembro. Enchera-se de embarcações empavesadas, atonetadas de gente, o anco-





O Barão e funcionários na Legação em Berlim.

Berlim, circa 1901/2. Foto: Paul Finck.

radouro... Rio Branco desceu do transatlântico para o galeão de D. João VI, que o transportou a terra, ao lento e possante meneio de sessenta remos por marinheiros da Armada Nacional. Estrugiam aclamações e girândolas de foguetes... Por um momento se deteve o galeão, e à popa assomou a figura imponente de Rio Branco, agitando grande cartola cinzenta. As aclamações redobram. Uma banda de música militar, em outra embarcação... executou o dobrado do seu nome... Em terra, a manifestação assumiu proporções assombrosas. Ouvi, então, um discurso de agradecimento de Rio Branco. E a grande impressão, que ele me deu, foi de extrema singularidade. Nenhuma retórica, nenhuma ênfase, nenhuma revelação de contentamento indiscreto... quando a multidão se encaminhava para a Rua do Ouvidor... (o) próprio Prefeito, zeloso das posturas municipais teria advertido que era proibido o trânsito... de veículo de tração animal. Houve, en-

tão, quem aventasse que se desatrelassem os animais e se puxasse a carruagem — prática já aplicada por vezes e até comentada no estrangeiro. Rio Branco opôs-se formalmente, exclamando: 'Pelo amor de Deus! Tudo, menos isso...' E seguiu a pé, em meio do povo".²⁸ O Barão mesmo, em bilhete a lápis a Domício da Gama, informava ao amigo que, naquele dia, tinha suado doze lenços. Apesar da retumbante recepção, não deixou de subir a serra no mesmo dia, lembrado do conselho do seu médico, Hilário Gouveia, "contra a febre amarela há a residência em Petrópolis onde não há risco de contrair a febre, mesmo vindo diariamente ao Rio, contanto que não se passe a noite nesta cidade."

O novo ministro tinha pela frente dois problemas prementes: a questão do Acre com a Bolívia e o Peru e a necessidade de reformar o anacrônico Ministério dos Estrangeiros, dotando-se de um instrumento eficiente para realizar sua política.

A Obra do Ministro: *A Reforma do Itamaraty*



Para essa última tarefa um dos obstáculos era Joaquim Tomás do Amaral, Visconde do Cabo Frio, Diretor Geral desde 1865, que já servira sob o Visconde e que ele conhecera na casa paterna quando tinha apenas 14 anos. Cabo Frio era o elo que havia assegurado a continuidade entre a política exterior do Império e a da República. Prestara serviços valiosos em horas difíceis como as da revolta da Armada. Acabou por tornar-se indispensável e, tanto na opinião dos diplomatas estrangeiros como na de pessoas informadas como o Barão, foi o verdadeiro ministro na maioria das gestões, excetuando-se as de Quintino Bocaiú-

va e Carlos de Carvalho. Sua competência e probidade eram proverbiais, assim como a devoção ao serviço do país de toda uma vida cuja pureza irreprochável Rio Branco sublinhou em discurso público.

O problema, porém, é que o Visconde, ancião de cabelos brancos “alto, um pouco encurvado pelos anos”, “trazendo na cabeça um gorro circular de fazenda preta”, o “nariz rubicundo e violáceo”²⁹, qual um personagem de Dickens, o velho Scrooge, por exemplo, encarnava a tradição, os métodos do passado, a rejeição da mudança. Intuindo as dificuldades, já de Berlim, Paranhos havia escrito:

“Todo o serviço ficou concentrado nas mãos do Visconde do Cabo Frio, que de fato, é há muitos anos o verdadeiro Ministro. Eu sei que ele tem grandes e raríssimas qualidades para o posto que ocupa, e que nele tem prestado re-

A fachada do Palácio Itamaraty na época do Barão.

Foto: Augusto Malta





A fachada posterior do Palácio Itamaraty na época do Barão.

Foto: "Plus Ultra".

levantíssimos serviços, sendo a muitos respeitos incomparável e insubstituível. Entendo que nesse lugar deve ser mantido enquanto viver. Seria injusto, inconveniente e até odioso privá-lo do cargo que exerce. Se eu fosse Ministro, desejaria tê-lo à frente da Repartição e, se ele faltasse, ver-me-ia em situação muito embaraçosa porque ele é ali o homem bem preparado, a tradição viva, e não tem criado na casa homens que o possam substituir. Está habituado desde muito a tratar com Ministros, que, não querendo trabalhar, ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assinar notas e despachos (ênfase minha)...³⁰ Outros, menos generosos, como Domício da Gama, se impacientavam: "O Cabo Frio nunca mais acaba de morrer", "O Cabo Frio só deixará a Secretaria por morte. E ainda assim, contou-nos aqui o Carlos de Carvalho que o Costa Ferraz (médico especialista em embalsamamento) ofereceu-se

para embalsamá-lo contanto que ele fique na Secretaria para governar a Casa ainda no correr dos séculos..."³¹

Por tudo isso, receava o Barão não ser "o homem competente para nesse lugar fazer as reformas que devem ser feitas, com o fim de melhorar o serviço e pôr a Repartição em estado de funcionar convenientemente quando venha a faltar o velho Visconde de Cabo Frio. Não sou, porque não desejo ser desagradável a homem que eu muito respeito, e que conheci já de cabelos brancos em 1859 quando eu era menino de colégio... Tenho, pelos meus antecedentes de família e pela minha natureza e educação, especiais atenções a guardar para com ele e motivos de delicadeza que me tolem a liberdade de ação..."³²

Não obstante as dúvidas e hesitações, o novo Ministro via o problema com clareza. Era preciso, antes de tudo, restabelecer o sistema antigo, de Gabinete do Ministro for-



O jardim do Palácio Itamaraty na época do Barão.

Foto: Augusto Malta (?).

O prédio ao fundo foi substituído, em 1930, pelo atual, da Biblioteca.

mado por “auxiliares de sua escolha, tirados da Secretaria ou do Corpo Diplomático e Consular” (então carreiras separadas) e “até de outras Repartições” (lembra, por exemplo, que o velho Calógeras, da Secretaria do Império, era um dos Oficiais de Gabinete do Marquês de Abrantes). Esse sistema havia sido abolido pelo Regulamento de 1869 (obra, comenta, do Diretor Geral), o qual obrigou o Ministro a “só ter oficiais de gabinete tirados do pessoal da Secretaria. Desde Pedro Luiz, que não gostava de maçadas”, dizia, “desapareceu o gabinete do Ministro”.

Restaurado o Gabinete, constituído este por gente de confiança pessoal como Domício da Gama, adotado o há-

bito de resolver muitas questões em Westphalia, a casa de Petrópolis, o que irritava muito Cabo Frio, só faltava para dobrar em definitivo a página do longo reino do Visconde, imortalizá-lo num busto, inaugurado no Itamaraty com discurso consagrador de Rio Branco. Como observou o embaixador Luís Gurgel do Amaral, “seu busto em bronze representava o término dos seus dias de fastígio”.

Da mesma forma que em relação ao Diretor Geral, a herança familiar e uma vida inteira de contacto com os assuntos internacionais haviam sugerido ao Barão, acerca da organização a ser dada a Chancelaria, idéias precisas e definidas que expressa na carta ao Senador Frederico de

Abranches, ainda de Berlim, quase como um programa de gestão:

“... há muito a fazer ali: É preciso aumentar o pessoal, dar-lhe melhor remuneração, ter pelo menos um consultor jurídico e bons Diretores de seção, como tínhamos antigamente (Carvalho de Moraes, Lagos, Peçanha, Carneiro Leão e outros), organizar um gabinete do Ministro, restabelecer a seção do Arquivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, porque esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso criar uma biblioteca e uma seção geográfica na Direção do Arquivo, como em França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos”.³³

É exatamente esse programa que ele vai realizar de forma sistemática nos mais de nove anos em que esteve à frente de um Ministério que renovou a ponto de recriá-lo quase de alto a baixo. Começou com a expansão dos quadros, reduzidos à mais completa e absoluta indigência quando chegou. Para se ter idéia do que era então o governo no Brasil e, dentro dele, a já então menor e mais pobre das Pastas, é suficiente lembrar que o Itamaraty possuía apenas vinte e sete funcionários ou empregados, que haviam sido trinta e oito em 1859! Os vencimentos também quase não tinham variado em cinquenta anos.

Gradualmente, irá tomar forma cada um dos elementos desse programa tão bem concebido e que corresponderia, hoje, *mutatis mutandis*, a uma atualização de métodos e modernização de estrutura que falta fazer.

Aumento de quadros, elevação dos vencimentos, restabelecimento do gabinete do Ministro com a possibilidade de recrutar funcionários do serviço diplomático ou do consular, criação da Biblioteca e da Mapoteca, reorganização do Arquivo, tudo se fez de acordo com o programado.

A fim de abrigar os serviços expandidos, a antiga residência do tempo do Império foi reformada e ampliada; móveis, tapetes, obras de arte foram adquiridos a bom preço para transformá-la na sala de visitas do país. Não se poupava despesa para adequar o Ministério a suas funções, o que gerava às vezes críticas e ironias, datando daí o comentário inicialmente atribuído a Pecegueiro do Amaral e que se converteria em frase popular “Dinheiro haja, senhor Barão!”



Caricatura do Barão. “Nova Maturidade.”

Fon-fon, de 13.4.1907. Coleção Plínio Doyle.

Fundação Casa de Rui Barbosa.

Comparação do tamanho da barriga com a possibilidade de lotar diplomatas novos em legações...

O Grande Desafio: O Problema do Acre



Não havia também tempo a perder em relação ao Acre, o primeiro e decisivo teste a que será submetido Rio Branco. Era problema muito mais perigoso e complexo do que os arbitramentos devido a presença de numerosos elementos complicadores, inexistentes, no todo ou em parte, nas questões anteriores. Os adversários eram dois e o Peru insistia em não ser posto à margem. Em verdade, eram, no início, três e potencialmente mais, pois o *Bolivian Syndicate*, ao qual a Bolívia havia praticamente transferido a soberania do território para explorar a borracha, não só não deixava de ser uma parte que não se podia ignorar como tinha o potencial de mobilizar a eventual interferência dos governos de países de onde se originavam os investidores, em particular os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França.

Uma outra grande dificuldade é que, desta vez, seria necessário alterar sem ambigüidade a orientação sobre a questão que vinha sendo adotada não só pelo último governo mas por todos os anteriores em quase quarenta anos. Estavam vitalmente envolvidos no conflito milhares de brasileiros que, em duas ocasiões, se haviam revoltado contra o Governo boliviano e que levantavam, em seu favor, a opinião pública, a imprensa, e o Congresso no Brasil.

Nenhum desses aspectos poderia ser resolvido na base da erudição, dos argumentos históricos ou geográficos ou confiados à decisão de um árbitro. Embora nas duas arbitragens anteriores, tanto em Washington como em Berna, o Barão não se tivesse limitado à elaboração dos arrazoados mas houvesse utilizado todos os recursos da influência política e diplomática de que pôde lançar mão, só agora se defrontava verdadeiramente com um problema de essência política e típico do uso do poder. O êxito, neste caso, dependeria basicamente da capacidade de manejar o poder em relação ao *Bolivian Syndicate* e aos governos que poderiam apoiá-lo, aos principais adversários, que eram os governos da Bolívia e do Peru e relativamente aos políticos e jornais brasileiros.

Nessa empresa, o primeiro componente da tática adotada foi isolar os contendores e tratar com eles, um a um. De saída, o Chanceler recusou a proposta do Peru, de negociações trilaterais, comprometendo-se a entender-se com Lima depois de chegar a um acordo com La Paz. Tendo esta última Capital rejeitado as ofertas de venda ou permuta de território, Rio Branco concentra-se em afastar da jogada os investidores, certificando-se primeiro em Washington de que o Departamento de Estado apenas desejava que os cidadãos norte-americanos não saíssem prejudicados da aventura.

O contrato com o *Syndicate* havia sido firmado em julho de 1902, ainda, portanto, durante o Governo Campos Sales, o qual não se omitira e manifestara sua oposição, proibindo a livre navegação do Amazonas em direção ao Acre. Pouco após tomar posse, o Barão confirma a proibição. Não obstante os protestos da Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos, a proibição era, nas palavras de E. Bradford Burns, “a arma mais forte do Brasil contra o sindicato porque, sem acesso ao Acre — e o Amazonas era a única entrada prática — a concessão não tinha nenhum valor”.³⁴ Rio Branco afirma, em seguida, “que o contrato de arrendamento, com os poderes dados ao *Bolivian Syndicate*, é uma monstruosidade em Direito, importando em alienação de soberania feita em benefício de sociedade estrangeira sem capacidade internacional. É concessão para terras da África, indigna do nosso continente”.

Não tendo sido nunca capaz de enviar seus agentes ao Acre, devido ao fechamento do Amazonas e não obtendo do Departamento de Estado mais do que o compromisso de empenhar-se por uma justa compensação, o consórcio foi forçado a transigir, desistindo do contrato mediante pagamento de indenização efetuado em 10 de março de 1903. O afastamento temporário do Peru e a renúncia definitiva do *Bolivian Syndicate* simplificavam o tabuleiro, no qual restavam em confronto os governos do Brasil e da Bolívia e, no fundo do quadro, as tropas de Plácido de Castro.

Era preciso, o quanto antes, modificar a linha seguida por Olinto de Magalhães, o Chanceler anterior, o qual, reafirmando posição vinda do Império, afirmava: “Apesar da opinião errada e irrefletidamente sustentada por corporações científicas, na Imprensa e até no Congresso Nacional, o território do Acre não é Brasileiro... para o Brasil, é ter-





Caricatura do Barão.

A chegada de Rio Branco ao Rio.

Crispim do Amaral. "O Malho", de 6.12. 1902, ano I, nº12.

Legenda: "O futuro vencedor do Acre: — obrigado meu povo".

Coleção Plínio Doyle. Fundação Casa de Rui Barbosa.

ritório boliviano em virtude do tratado de 1867. Não podemos, portanto, em dúvida, a soberania da Bolívia".³⁵

Já então Rio Branco discordava e, menos de um mês após esse ofício, especulava em carta a Hilário de Gouveia:

"... há esta questão do Acre que, bem manejada, e rompendo-se com a má interpretação dada em 1868 ao Tratado de 1867, poderia afirmar, por esse lado, o nosso direito sobre um território imenso. Não haveria inconveniente em dizermos que tínhamos dado aquela inteligência ao tratado somente para favorecer a Bolívia, mas que estamos resolvidos a sustentar agora a verdadeira inteligência, isto é, a defender a linha do paralelo de 10° 20', que já foi grande concessão feita àquela República, porque, nulo o Tratado de 1777, tínhamos direito a ir muito mais ao sul, até às nascentes dos tributários do Amazonas que ocupávamos na foz e curso inferior... Podíamos perfeitamente mudar agora de política, como já uma vez mudamos.... Mas o Olinto (a Secretaria) continua a defender a absurda linha oblíqua da Madeira à nascente do Javari, em vez do paralelo de 10° 20', e a dizer que o que fica ao sul da oblíqua (o Acre) é boliviano ou peruano e não brasileiro". E concluía logicamente: "Se não é brasileiro com que direito havemos de procurar impedir as operações do sindicato americano?"³⁶

De fato, em termos da exegese do Tratado de La Paz de Ayacucho, de 1867, o problema se resumia nessa alternativa. Negociado e firmado em plena Guerra do Paraguai, num momento em que havia interesse em garantir a neutralidade boliviana, o tratado estabelecia a fronteira na área pelo paralelo 10°20', da confluência do Beni e Mamoré, a leste, até as nascentes do Javari, a oeste e "se este tivesse suas nascentes no norte, aquela linha seguiria por uma reta tirada da mesma latitude, a buscar a nascente do mesmo rio".

Durante muito tempo, no Império e começo da República, considerou-se como boliviano o território do Acre e adotou-se como fronteira não a linha leste-oeste mas a oblíqua traçada de acordo com o famoso mapa da linha verde de Duarte da Ponte Ribeiro, até as nascentes do Javari. Pouco a pouco, porém, foi-se tornando impraticável dar execução ao tratado segundo essa interpretação. O problema não residia tanto nas dúvidas razoáveis acerca da localização de tais nascentes ou nos argumentos da carta a Hilário de Gouveia a respeito da nulidade do Tratado de 1777. No fundo a di-

ficuldade era outra: o dinamismo demográfico brasileiro, o “boom” da borracha e a maior facilidade geográfica de acesso ao Acre a partir de rios e territórios do Brasil haviam criado, no terreno, uma situação de fato, impossível de ignorar. A presença de milhares de brasileiros, talvez sessenta mil, constituía, de acordo com as próprias fontes de La Paz, noventa e nove por cento da população de um território, onde os bolivianos, além de raros, se sentiam, nas palavras do seu governador, Lino Romero, tão “estrangeiros aqui como se sentiriam nas mais remotas colônias da Ásia. Tanto os homens como a natureza nos são completamente adversos”.³⁷

É por isso que o Barão diria não fazer questão de território mas sim de brasileiros e num despacho à Legação em La Paz repetia: “Já declarei que se desejamos adquirir o Acre mediante compensação é unicamente por ser brasileira a sua população”.³⁸ Como se baseiam quase exclusivamente nesse episódio as acusações de imperialismo dirigidas contra o Brasil em geral e Rio Branco em particular, é útil lembrar que na origem do problema se encontra um movimento de população de caráter obviamente espontâneo e causado por motivos econômicos (a valorização da borracha) que provocaram o mesmo tipo de “corrida do ouro” nas terras brasi-



Grupo tomado na Westfália, após a assinatura, com a Bolívia, do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903.

*Fotógrafo: não identificado.*³⁹

No grupo estão os signatários brasileiros, Rio Branco e J.F. de Assis Brasil, e bolivianos, Cláudio Pinilla e Fernando E. Guachalla. Ainda se vêem: Ernesto Ferreira, Domício da Gama, Paula Fonseca, Campos Paradela, Emilio Fernandes, Raimundo Pecegueiro do Amaral, Contra-Almirante J. Cândido Guilhobel e Zacarias de Góes

leiras contíguas ao Acre e nas peruanas próximas. Imaginar que essa expansão demográfica pudesse, de alguma forma, haver sido oficialmente estimulada seria já enveredar pelo domínio do fantástico. Mesmo assim, seria preciso explicar porque, em tal caso, os governos brasileiros da fase de expansão continuaram invariavelmente a admitir a soberania boliviana sobre o território.

A verdade é que se tratava de um problema político de fato, incapaz de ser resolvido por um meio jurídico como o arbitramento ou através de recurso a argumentos de erudição histórica e geográfica. Desde o início, portanto, o Chanceler deixa clara sua preferência por uma solução política e negociada, mediante compensações financeiras e territoriais.

Antes, contudo, impunha-se alterar a orientação anterior, o que começa a ser feito com a comunicação a La Paz, em meados de janeiro de 1903, de que o Brasil considerava o território como litigioso e passava a adotar a fronteira do paralelo.

Mais ou menos ao mesmo tempo, em fins daquele mesmo mês, as forças de Plácido de Castro já dominavam toda a região e chegava a notícia de que o General Pando, Presidente da Bolívia, dirigia-se ao Acre para reprimir a rebelião.

Rio Branco toma, então, uma providência enérgica: após entendimento com o Presidente e os Ministros da Guerra e da Marinha, ordena a ocupação militar do território, explicando: “O Sr. Presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando com tropas para o norte. Nós negociaremos também fazendo adiantar forças para o sul”. Atenuava, porém, a declaração ao reafirmar: “O Governo Brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia. Continua pronto para negociar um acordo honroso e satisfatório para as duas partes, e deseja muito sinceramente chegar a este resultado.”³⁹

Nas negociações, iniciadas em julho de 1903, o Brasil era representado por Rio Branco, Rui Barbosa e Assis Brasil, e a Bolívia, por um enviado extraordinário, Fernando Guachalla e o ministro no Rio, Cláudio Pinilla. O nome de Rui tinha sido sugerido pelo Chanceler mas não era o mais apropriado para uma negociação política, já que, convicto do sólido fundamento jurídico da tese da fronteira pelo paralelo e devido à sua formação, preferia uma solução por arbitramento.

Em outubro, ao tornar-se claro que só se chegaria a um resultado mediante não só indenização financeira mas também troca de territórios, Rui Barbosa pediu para ser exonerado, alegando que, somar a cessão de terras à construção da ferrovia e de um porto, lhe parecia uma generosidade cuja largueza excederia o limite dos poderes dos delegados.

Em 17 de novembro de 1903 assinava-se em Petrópolis o tratado pelo qual se incorporavam ao Brasil os 142.900 quilômetros quadrados do território recém-considerado como litigioso, mais 48.100 quilômetros quadrados nunca disputados mas habitados por brasileiros. Em troca, foram transferidos à Bolívia pouco mais de 3.000 quilômetros quadrados, parte situada entre os rios Madeira e Abunã, parte dando acesso ao Alto Paraguai. O Governo brasileiro comprometeu-se também a pagar uma compensação de dois milhões de libras esterlinas e a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

As cláusulas territoriais iriam valer contra o tratado e o Barão uma oposição tenaz em que se aliaram Rui Barbosa, Lauro Sodré e Joaquim Murtinho, no Senado, Barbosa Lima, na Câmara, Andrade Figueira e Martim Francisco, no movimento monarquista, Edmundo Bittencourt, no Correio da Manhã. Se todos estes julgavam o tratado “uma monstruosidade”, pela excessiva generosidade com a Bolívia, os positivistas se opunham pelo motivo inverso: condenavam-no como ato de imperialismo contra os bolivianos e atentado à fraternidade das pátrias. A unanimidade antiga em torno do vitorioso nas Missões e no Amapá cedia lugar a críticas maldosas como a do seu ex-amigo, o Barão de Jaceguai, que lhe aplicava as palavras de Voltaire: “*Tel brille au second rang qui s'éclipse au premier*”.

A defesa do Tratado de Petrópolis encontrou sua melhor expressão na Exposição de Motivos redigida pelo Barão, documento que é, na opinião de Alvaro Lins, “o mais perfeito dentre todos os que ele escreveu como ministro de Estado.”⁴⁰ Começava por indagar quais teriam sido as soluções possíveis, fora do acordo pela negociação direta e respondia: o arbitramento ou a conquista.

O arbitramento teria: 1º) “o inconveniente de retardar de quatro ou cinco anos, senão mais, a desejada solução”; 2º) “de, mesmo no caso de nos ser favorável o laudo do juiz, não trazer decisão alguma radical e definitiva, porquanto...





Almoço oferecido a Rio Branco pelo Núncio Apostólico,
Monsenhor Giulio Tonti, no Clube Petrópolis.

Petrópolis, 1905(?) Foto: Hess e Irmãos.

Vêm-se: membros do Corpo Diplomático, inclusive David E. Thompson, primeiro Embaixador dos Estados Unidos no Brasil (o penúltimo à esquerda).



não suprimiria... as dificuldades”; 3°) “era muito provável que... pesasse no ânimo do árbitro a tradição constante de trinta e cinco anos, durante os quais o Governo Brasileiro, não somente considerou ser incontestavelmente da Bolívia o território entre a linha oblíqua Javari-Beni e o citado paralelo, mas chegou até a praticar atos positivos de reconhecimento da soberania boliviana... concordando na fundação de uma alfândega em Porto Alonso, depois Porto Acre, e estabelecendo ali um consulado brasileiro”. E arrematava: “...tratando-se de tão altos interesses do presente e do futuro desta nação, não ousaria aconselhar o arbitramento senão no caso de inteira impossibilidade de um acordo direto satisfatório, e fora do terreno do Tratado de 1867.”⁴¹

A solução alternativa da conquista era igualmente rejeitada pelo Ministro em termos que o diferenciavam dos estadistas europeus seus contemporâneos, que provavelmente achariam natural o recurso à força em tal caso: “...a primeira indicação, visando de fato uma conquista disfarçada, nos levaria a ter procedimento em contraste com a lealdade que o Governo Brasileiro nunca deixou de guardar no seu trato com os das outras nações. Entraríamos em aventura perigosa, sem precedentes na nossa história diplomática... E a conquista disfarçada que, violando a Constituição da República, iríamos assim tentar se estenderia, não só sobre o território a que nos julgávamos com direito, mas também sobre o que lhe fica ao sul, incontestavelmente boliviano em virtude do Tratado de 1867... porque, — é preciso não esquecer, — o problema só se podia ou pode resolver ficando brasileiros todos os territórios ocupados pelos nossos nacionais”.⁴² (ênfase minha)

Contra a crítica da cessão da área brasileira entre o Madeira e o Abunã, assinalava ser ela habitada por bolivianos e perguntava: “Se o título em nome do qual lhe (à Bolívia) pedimos a cessão das bacias do Acre e dos rios que ficam a oeste deste era o de serem esses territórios habitados e cultivados por concidadãos nossos, como poderíamos honestamente negar à Bolívia extensão muito menor, habitada e utilizada por seus nacionais?”

Como argumento adicional que iria enfraquecer de forma decisiva os que preferiam o arbitramento à troca de territórios, o Barão vai produzir, de súbito, quando o Tratado



D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti,
Arcebispo do Rio de Janeiro, 1º Cardeal
do Brasil e da América Latina.

Roma, 17 de fevereiro de 1906. Foto: H. le Lieure (Roma)

A criação de um cardeal brasileiro foi tratada durante o fim do Império. Com a República, o assunto morreu. Anos mais tarde, Rio Branco, considerando, inclusive, tratar-se de questão de prestígio para o Brasil, iniciou aqui com o Núncio Apostólico e, em Roma, através do nosso Ministro junto à Santa Sé, Bruno Chaves, longas negociações que terminaram com a decisão de Pio X de dar o chapéu cardinalício ao Arcebispo do Rio de Janeiro no Consistório secreto de 11 de dezembro de 1905. Arcoverde em sintético telegrama, atribui ao Barão a decisão da Santa Sé:

“Reconheço em V. Excia. glórias
e alegrias deste dia”.

já estava no Congresso, o famoso mapa da linha verde, até então misteriosamente extraviado. Ele sustentaria sempre, mesmo anos mais tarde, sua boa fé no episódio. Tão logo recebe de mãos de um “antigo funcionário” o “mapa manuscrito de 1860”, pede ao Deputado Gastão da Cunha para comunicar o achado aos colegas e acrescenta: “O exame deste mapa convence-me inteiramente de que na mente do Governo do Brasil, desde 1860, a fronteira deveria ser formada por uma linha oblíqua, se a nascente do Javari fosse achada ao norte do paralelo de 10° 20’.” Era um golpe fatal contra a tese favorável a um arbitramento, que, nas circunstâncias, se revelaria suicida.

Em fevereiro de 1904 era ratificado o tratado e, novamente, uma grande manifestação popular tributava ao vencedor as homenagens do País. À frente dos manifestantes, que invadiram os salões do Itamaraty, estava Olavo Bilac, que, diante de ouvintes “arrepia-dos de emoção”, proclamava: “Paranhos do Rio Branco! abençoado seja o teu cérebro, porque a tua inteligência restituiu ao Brasil os brasileiros que estavam sem pátria!”⁴³

A controvérsia ainda se prolongaria por vários anos com o Peru, o qual, após a ratificação do tratado, ocupou áreas litigiosas no Alto Purus e no Alto Juruá. O Chanceler reagiu mandando confiscar de navio destinado a Iquitos armas e munições peruanas e providenciou o deslocamento de tropas para a região. Após momentos de grave tensão, eram concluídos em julho dois acordos pelos quais se neutralizavam e submetiam a uma polícia mista brasileiro-peruana áreas das bacias do Alto Juruá e do Alto Purus e se fixava o prazo de cinco meses para o ajuste definitivo. Este só sairia depois de cinco anos, em 1909; das terras julgadas litigiosas por Lima e que iam além das envolvidas na questão com a Bolívia, acabaram por caber ao Brasil cerca de 403.000 quilômetros

quadrados, reconhecendo-se ao país vizinho aproximadamente 39.000 quilômetros quadrados.

Do Tratado de Petrópolis diria o Deputado Gastão da Cunha, ser o mais importante dos ajustes diplomáticos desde a Independência. Da mesma opinião era o próprio Rio Branco, o qual se dava conta de ser o acordo, acima de tudo, uma grande obra política cuja preparação e encaminhamento tinham exigido não só os conhecimentos geográficos, históricos e jurídicos que lhe tinham valido nas arbitragens, mas o manejo do poder e da capacidade de transi-

gir em doses precisas e bem-proporcionadas. Sem o fechamento do Amazonas, o *Bolivian Syndicate* não desistiria da concessão, mas se não tivesse havido a disposição de pagar uma indenização por um erro cometido pelo Governo boliviano, quem garantiria a renúncia do consórcio e a neutralidade dos países de onde eram cidadãos os seus investidores? Caso não se tivesse ocupado militarmente o território, o General Pando provavelmente não teria negociado seriamente. Não fossem, porém, além das compensações financeiras, as cessões de territórios, tão incompreendidas internamente no Brasil, como resolver o problema dos brasileiros do Acre sem o recurso à conquista direta ou disfarçada?

Por compreender tudo isso é que o Barão dizia na Exposição de Motivos: “As decisões dos dois pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional... Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para a efetuar, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus..., oferecendo-lhe compensações materiais e políticas... Com sinceridade, afianço a V. Excia. que para mim vale mais esta obra... do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos”⁴⁴



Caricatura do Barão.

Calixto (K. Listo) *Fon-fon*, 20.4.1907, nº2, 1º ano.

Barão, irritado, “correndo”, com um repórter inoportuno. (“Dom Casmurro”, p.67)

A Política Territorial de Rio Branco



A questão do Acre foi, sem dúvida, o problema fronteiriço mais complicado e difícil enfrentado por Rio Branco e, sob muitos aspectos, exemplifica com fidelidade o que foi sua política territorial. É arriscado neste contexto, falar em constantes ou princípios absolutos uma vez que, pragmático antes de tudo, o Chanceler adaptou sua orientação às características concretas de cada situação, preferindo, por exemplo, ora a arbitragem, ora a negociação direta, como se viu no caso do Acre. Nem mesmo a duração perpétua dos acordos de fronteira como garantia de estabilidade do “status quo” territorial era para ele um tabu, conforme demonstrou ao reparar o excesso de rigor cometido contra os uruguaios pelo tratado de 1851, que lhes tinha negado o direito de navegação da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, sobre os quais lhes dera uma fronteira seca. Reconhecendo que, na época do tratado, as lutas civis haviam colocado o Governo oriental numa posição de dependência do Império e que a solução adotada era uma exceção no Continente, o Barão concedeu ao Uruguai pelo Tratado de 30 de outubro de 1909, mais do que aquele país havia demandado: não só a livre navegação mas o condomínio da Lagoa Mirim e do Jaguarão e a propriedade de algumas ilhas. Corrigia, assim, uma herança excessiva de um passado que se mantivera “apesar do progresso dos tempos”, como escreveu na Exposição de Motivos sobre o Tratado, “devido à resistência... (do) espírito pouco inovador de um antigo e venerando funcionário (Cabo Frio)”. Os uruguaios reconheceram o alcance do gesto neste trecho da mensagem enviada pelo Presidente e pelo Chanceler do Uruguai ao seu Congresso:

“El Exmo Señor Barón de Rio Branco ha encarado y resuelto nuestras aspiraciones de todos los tiempos con un criterio que supera, por su amplitud y elevación, a esos legítimos anhelos... la Cancillería Brasileña... ha concedido al Uruguay mucho más de lo que nuestra diplomacia demandó en todas las épocas, y ha ac-

ceptado mucho menos de lo que esa misma diplomacia ofreció, como compensación, en sus constantes gestiones”.

A fim de evitar que “aos olhos do estrangeiro (ficasse) parecendo que com isso recebíamos uma compensação”, o Barão suprimiu do projeto de tratado artigo que nos favorecia na navegação do Taquari e do Cebolati. Em discurso no Instituto Histórico, explicou sua motivação:

“Se desejamos remover a exceção, que não é para o nosso tempo, nem para o nosso continente, não é com a idéia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento da gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é ele nas coletividades humanas que se chamam nações... Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque este testemunho de nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro”.

Tendo em mente a ressalva a respeito do pragmatismo e flexibilidade presentes na ação de Rio Branco, não seria exagero afirmar que sua política territorial obedeceu, de maneira geral, a alguns princípios básicos. O primeiro deles foi o de sustentar que os grandes tratados coloniais entre Portugal e Espanha, o de Madri (1750) e o de San Ildefonso (1777) apenas deveriam ser considerados como ajustes provisórios de limites mas não como soluções definitivas, em parte porque nunca haviam sido seguidos pela demarcação prevista ou por terem sido anulados por eventos posteriores. Eram, portanto, aceitáveis como indicação ou orientação geral lá onde não houvesse ocupação efetiva contrária, não podendo, porém, serem tomados como um mandato final e acabado. Em relação a San Ildefonso, defendia, como seu pai, que “a guerra de 1801 o anulou para sempre, visto como o tratado de paz assinado em Badajoz a 6 de junho do mesmo ano não o restaurou, nem mandou que as coisas tornassem ao estado *ante-bellum*”.⁴⁵ Essa orientação está explicitada, por exemplo, na quarta reunião com o Paraguai para o ajuste dos limites (março de 1856):

“O governo imperial, tem-se dito e repetido muitas vezes, admite como base principal o *uti-possidetis*. Onde este existe deve ser respeitado. Os antigos tratados, ele somente os invoca e apresenta como base auxiliar, para assinalar os limites dos dois países naqueles (lugares) em que não existe ocupação ou monumento preciso”.



O segundo princípio foi o do *uti possidetis*, também utilizado pelo Visconde do Rio Branco e por este assim referido em 26 de novembro de 1857:

“O governo de S. M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raiais com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas: o *uti possidetis*, onde este existe, e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante.”

Por outro lado, rejeitando o intento de alguns hispano-americanos de criar para esse instituto uma qualificação de *juris* que exigiria, para sua validade, a presença de um título jurídico prévio, pai e filho entendiam o princípio da mesma forma que o definiu o grande internacionalista venezuelano Andrés Bello em carta a Miguel Maria Lisboa:

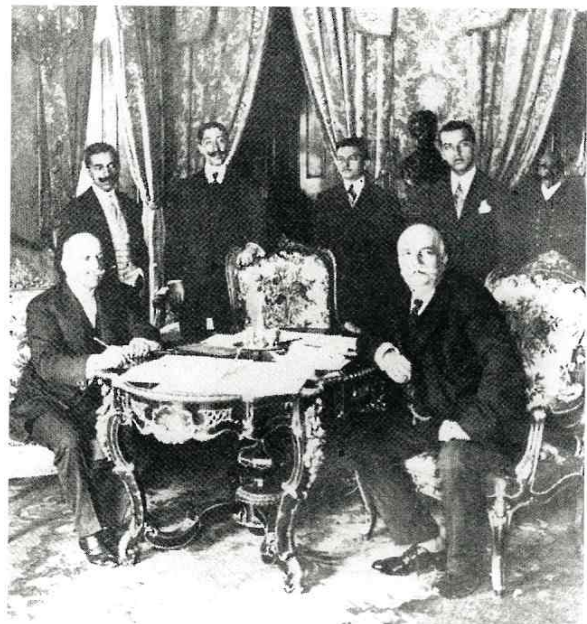
“O *uti possidetis* da época da emancipação das colônias espanholas era a posse natural da Espanha, o que a Espanha possuía, real e efetivamente, com qualquer título ou sem título algum, não o que a Espanha tinha direito de possuir e não possuía.”

Enfim, não propriamente como princípio de substância mas a título de critério metodológico para orientar a ação, o Barão sempre recusou propostas de negociações multilaterais de fronteira, tanto as feitas no passado pela Colômbia e Uruguai no sentido de os herdeiros hispânicos de San Ildefonso negociarem coletivamente com o Brasil, como a do Peru para participar trilateralmente dos entendimentos sobre o Acre. Preferiu negociar em bases bilaterais, embora ressaltando os possíveis direitos de terceiros (recordava bem que a tentativa de o Brasil e a Argentina negociarem, ao mesmo tempo, os limites com o Paraguai, após a guerra, se mostrara infrutífera e contraproducente). De igual maneira e não obstante os êxitos pessoais nas questões das Missões e do Amapá, nunca demonstrou entusiasmo excessivo pelo arbitramento como método de fixação de fronteira e, após o episódio da Guiana Inglesa, jamais recorreu de novo a esse procedimento em matéria limítrofe (o que não o impediu de assinar mais de trinta tratados de arbitragem). Cercou todos esses acordos das necessárias cautelas:

1º) nunca aceitou o Tribunal Permanente da Haia como juízo arbitral exclusivo; 2º) manteve o direito de livre esco-

lha dos árbitros; 3º) recusou a obrigação de submeter qualquer questão a árbitro permanente escolhido, e 4º) excluía do arbitramento questões ligadas à honra, independência e integridade territorial, as quais deveriam, em sua opinião, ser resolvidas diretamente pelos países envolvidos. Resumiu seu pensamento sobre a arbitragem num artigo não-assinado por ocasião do laudo do rei da Itália acerca da Guiana Inglesa:

“Essa lição consiste em reconhecermos que o arbitramento não é sempre eficaz. Pode a causa ser magnífica, o advogado inigualável, e, como é o caso, ter-se uma sentença desfavorável ... só devemos recorrer a ela (o arbitramento) quando for de todo impossível chegarmos a um acordo direto com a parte adversa. Transigiremos, então, tendo em vista o interesse comum, mas não veremos possíveis inte-



Assinatura, no Itamaraty, pelo Barão do Rio Branco e o Ministro Uruguaio Rufino T. Dominguez, do Tratado em que o Brasil concedeu ao Uruguai o condomínio sobre a Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1909. Foto: Augusto Malta (?)

Na mensagem ao parlamento uruguaio, diria o presidente William: “... a chancelaria brasileira, ao combinar as cláusulas do tratado, concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia pleiteou, em todos os tempos, e aceitou muito menos do que essa mesma diplomacia ofereceu, como compensação, em suas constantes gestões.”

resses estranhos a nós, desconhecendo o nosso direito e até os princípios correntes do direito internacional.”

Foi com estes critérios e métodos que Rio Branco encaminhou e resolveu, de forma sistemática e conclusiva, todas as questões limítrofes em aberto legadas pelo regime anterior. O conjunto dessas questões constituía, no período inicial da República, o problema prioritário da política externa brasileira, da mesma forma que o haviam sido, em seu tempo, o reconhecimento da Independência e o fim do tráfico de escravos nas primeiras décadas da monarquia ou os desafios do Prata entre 1850 e 1880.

Definir o perfil territorial, traçar com clareza os contornos do mapa em cujo interior se há de exercer a soberania é, para qualquer nação, uma espécie de pré-condição da possibilidade de desenvolver uma política externa. Se essa é uma verdade de validade universal, o que não dizer em relação a um país rodeado na ocasião por dez vizinhos ou onze em potencial (o Peru e o Equador não tinham, ainda, resolvido suas disputas na região amazônica limítrofe ao Brasil).

No momento da proclamação da República, duas apenas dessas fronteiras tinham sido definidas em caráter mais ou menos definitivo: a com o Paraguai, estabelecida, após a guerra, pelo tratado de 1872, e a com o Uruguai, embora houvesse, neste caso, uma reivindicação uruguaia de retificação do que se estipulara sobre a Lagoa Mirim e o Jaguarão. Eram preliminares, provisórios, os tratados com o Peru (1851), Venezuela (1859) e Bolívia (1867).

Antes de tornar-se Ministro, o Barão deu, com a vitória nas arbitragens, contribuição decisiva para resolver as questões pendentes com a Argentina (1895) e com a França-Guiana Francesa (1900). Viriam, em seguida, as soluções para a fronteira com a Bolívia (Tratado de Petrópolis de 1903), o Equador, com a ressalva dos eventuais direitos peruanos (1904), com o Peru de forma provisória (1904) e mais tarde definitiva (1909), com a Grã-Bretanha – Guiana Inglesa (laudo de 1904), com a Venezuela (1905), com a Holanda – Guiana Holandesa ou Suriname (1906), com a Colômbia (1907) e o tratado retificatório com o Uruguai (1909).

Em cerca de quinze anos ficava concluída o que o Embaixador Alvaro Teixeira Soares descreveu como uma das maiores realizações da História Diplomática de qualquer

país, em qualquer tempo. A afirmação pode parecer um tanto categórica mas, quando se olham as coisas de perto, não é exagerada. Nenhuma dessas questões encontrou solução pela guerra, embora em algumas poucas (Bolívia, Peru) tenha influído, de maneira não-decisiva, o recurso limitado a medidas militares em caráter preventivo e isso mesmo só como reação a iniciativas similares tomadas previamente por aqueles vizinhos.

Poucos países possuem tão numerosos vizinhos territoriais como o Brasil e essa é uma característica que não decorre necessariamente da extensão do território. Existem mesmo enormes potências continentais sem vizinhos (a Austrália), com um só (o Canadá), ou dois, dos quais apenas um de características culturais e políticas verdadeiramente diferentes (os Estados Unidos da América em relação ao México). Se considerarmos os europeus que fixaram suas fronteiras com cinco ou seis parceiros (França, Alemanha) ou as outras grandes potências continentais com número de vizinhos comparável ao do Brasil (a ex-URSS, hoje Rússia, a China, a Índia), não é preciso muito esforço para demonstrar que em nenhum caso se encontra um desempenho negociador e padrão exclusivamente pacífico próximo do brasileiro: a concentração metódica, sistemática, de todos os recursos diplomáticos e do uso legítimo, não-violento, do poder, sem chegar ao conflito militar, para a solução com êxito do conjunto dos problemas fronteiriços.

Basta imaginar, a fim de avaliar a envergadura da obra de Rio Branco, o que teria significado deixar em aberto esses problemas com dez-onze vizinhos pertencentes a universos culturais e políticos distintos, ao longo de mais de dezesseis mil quilômetros de fronteira terrestre. Na melhor das hipóteses e ainda que se conseguisse evitar os choques armados e suas conseqüências, é fácil supor que toda a capacidade brasileira de negociação seria, durante anos, totalmente absorvida por essas controvérsias, tornando a política externa refém de suas vicissitudes.

Do jeito mais propício que se passaram as coisas, Paranhos pôde comentar com o diplomata e político argentino Ramón F. Cárcano:

“Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos.”⁴⁶

Conforme observou Álvaro Lins, houve, no caso de Rio Branco, “o encontro providencial... de uma perfeita compe-



tência com certas tarefas que necessitavam da sua aplicação ... de um lado, ele acumulava conhecimentos geográficos e históricos acerca do Brasil, de outro lado, evoluíam certos problemas cuja solução iria depender desses mesmos conhecimentos ... (sua) obra ... seria afinal uma conseqüência do encontro inesperado e misterioso destas duas correntes: a da personalidade do estadista e da oportunidade das questões em que se tornara mestre sem igual.⁴⁷

Além dessa coincidência providencial entre o homem e a obra, um outro fator, o tempo, desempenhou papel fundamental no êxito dessa política territorial. Tempo em vários sentidos, o primeiro deles como continuidade, duração suficiente para que as iniciativas e esforços cumprissem seu curso normal, para que pudessem amadurecer nas consciências e se impor nas decisões. Os sucessos iniciais, de Missões, do Amapá e do Acre, criaram um círculo virtuoso e tornaram obrigatória a permanência no Itamaraty do Barão, cuja substituição passou a ser inconcebível. Foi assim que ele atravessou os períodos presidenciais, naquela época de quatro anos, de Rodrigues Alves, Afonso Pena e parte de Hermes da Fonseca. Uma das conseqüências dessa rara continuidade é que uma negociação como a das fronteiras com o Peru na região do Acre, foi iniciada com Rio Branco em 1903, adiada com ele em 1904, e por ele concluída em 1909. Nesse mesmo período, sucediam-se, do outro lado da mesa, os governos, os ministros, os negociadores e, às vezes, as políticas e orientações.

O tempo, no entanto, também comparece aqui num outro sentido: o do clima espiritual propício, o da atmosfera favorável criada pela conjunção de certos valores com uma conjuntura política positiva. É nesta acepção que Ortega y Gasset dizia que Wilhem Dilthey não havia tido o “tempo” que sua obra requeria, isto é, um mundo sensível à noção da historicidade de todo conhecimento. Mais afortunado do ponto-de-vista maquiaveliano ou justamente por ter sido não um precursor mas um espírito representativo de sua época, Paranhos teve o tempo de que precisava. Seu mundo, o da *Belle Époque*, da estabilidade, da fase dos cem anos de paz inaugurados pelo Congresso de Viena, acreditava ainda no arbitramento, nas grandes conferências de paz como as duas da Haia, a primeira das quais convocada por um misto de razões políticas e motivos humanitários quase de inspiração mística, nas convenções de Genebra seduzidas pela quimera de hu-

manizar a guerra, na Cruz Vermelha incipiente. Acreditava-se, sobretudo, na possibilidade de um Direito Internacional cada vez mais efetivo e forte, em soluções jurídicas e negociadas para questões explosivas como as de fronteiras ou de nacionalismos antagônicos, através de métodos diplomáticos tradicionais capazes de limitar ao máximo o acesso às informações ou o conhecimento de uma opinião pública ainda rudimentar, alimentada quase exclusivamente por jornais só lidos por algumas classes sociais. Ainda não se tinha chegado ao tempo da Grande Guerra, do colapso dos impérios multinacionais, da explosão irracional dos nacionalismos, do princípio do Presidente Wilson condenando a diplomacia secreta, da opinião pública desencadeada e manipulada por ditadores ou partidos ideológicos e totalitários com os recursos dos meios de comunicação de massa. Pode-se até dizer que, de certa forma, a solução dos nossos contenciosos de fronteira ocorreu, quase por milagre ou fortuna, na undécima hora. Antes de 1900, havia talvez o tempo internacional propício, mas o Brasil dos primórdios republicanos estava desorganizado e convulsionado demais para tentar uma política conseqüente, como se viu no início desastrado de Quintino Bocaiuva na questão das Missões. Depois de 1912, o tempo e o mundo iriam tornar-se crescentemente desfavoráveis e condenariam à poeira das prateleiras as dezenas, centenas de tratados de arbitramento do começo do século. As questões que não puderam encontrar solução naquele fugidivo momento, ou se deterioraram em problemas encruados até hoje, como os litígios Venezuela-Guiana, Venezuela-Colômbia, Chile-Bolívia, ou só foram resolvidas mediante guerras ou ameaças de guerra, como os problemas Peru-Ecuador e de Beagle, entre a Argentina e o Chile.

O segundo Rio Branco, último grande representante da escola de estadistas e diplomatas do século XIX brasileiro, criou a oportunidade para mostrar tudo o que havia aprendido nas salas de visitas do Império, no Prata, na Europa vitoriana. Completou sua obra, do começo ao fim, dentro do intervalo de dez anos que não mais se repetiriam nas mesmas condições propícias e nos momentos finais do ciclo histórico receptivo aos valores, métodos e talentos que ele encarnava. Pouco mais de dois anos após sua morte, morria com ele o seu mundo, apagavam-se uma a uma, em toda a Europa, como disse Lorde Grey, a respeito do início da Grande Guerra, as luzes que haviam iluminado a sua vida.



Os Estados Unidos e o Novo Paradigma da Política Externa

Por mais importante que tenha sido para o país, para a reputação pessoal de Rio Branco e da diplomacia brasileira, a política territorial era, em última análise, uma maneira de lidar com o passado. Tratava-se de enfrentar um problema típico do século XIX, com métodos e conceitos em grande parte herdados daquele século, embora com uma competência e continuidade sem precedentes. É num outro terreno, o da elaboração e execução de um grande desígnio abrangente e unificador para a política externa brasileira que a capacidade de criar e inovar do Chanceler irá encontrar sua maior expressão.

Os assuntos de fronteira pertenciam, quase todos, ao domínio do eixo de relativa igualdade, no qual o diferencial de poder, quando presente, não chegava propriamente a gerar uma diferença de categoria ou de essência impossível de compensar por outros meios. Afinal, os times de futebol da primeira divisão ou as escolas de samba do grupo “A” não são todos aritmeticamente iguais, como não eram iguais a França e a Itália, a Áustria e a Grã-Bretanha, no entanto atores, cada um, de primeira grandeza no concerto da balança européia do poder. Nesse domínio relativamente simétrico, o Barão soube dosar com habilidade e moderação o poder de que dispunha, que não era muito (lembre-se, por exemplo, sua exasperação quando o Ministro da Guerra levantou enormes dificuldades para deslocar 6000 soldados para a Amazônia a fim de contrarrestar a ocupação peruana do Alto Juruá e do Alto Purus, levando-o a transmitir ao Presidente o seu espanto de que “gastando com o exército muito mais do que o Chile e a Argentina, não possamos dispor de uns 6000 homens em momento crítico e decisivo”⁴⁸). Vale sublinhar, aliás, que justamente a controvérsia limítrofe na qual um maior diferencial de poder nos desfavorecia perante o adversário,

a com a Inglaterra-Guiana Inglesa, foi onde tivemos menor satisfação de nossas aspirações, apesar da qualidade da defesa de Nabuco. Na ocasião da sentença e mais tarde, sempre se atribuiu, no Brasil, esse resultado a um fator de poder: o desejo do Governo italiano de promover os interesses de sua política naval no Mediterrâneo junto ao Governo inglês.

O próprio eixo simétrico não poderia, a não ser com risco considerável, ser tratado de forma isolada e independente do eixo maior de poder, do contexto político mais amplo, dentro do qual se inseriam as nações sul-americanas. Foi o que se viu quando a Bolívia tentou, através dos investidores privados no *Bolivian Syndicate*, atrair para a sua causa a simpatia dos governos da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos ou, alguns anos depois, quando o Peru se empenhou em buscar o apoio norte-americano na questão do Acre.

Nessa matéria, não havia precedentes de muita utilidade no passado imperial. O Brasil independente não foi, ao contrário do que se diz, herdeiro de Portugal em relação à Inglaterra, cuja aliança política e proteção naval não lhe eram indispensáveis, como o haviam sido para a ex-Metrópole. Superadas as fases de reconhecimento e consolidação da Independência e o conflito diplomático em torno da abolição do tráfico, o Império iria sacudir a herança portuguesa dos tratados desiguais de comércio e de extrajurisdicção e chegaria mesmo ao rompimento de relações com Londres na Questão Christie. A partir da expiração dos tratados comerciais, o Governo imperial passaria a rejeitar sistematicamente toda proposta de celebração de acordos do gênero com nações mais poderosas até por um imperativo de ordem financeira, uma vez que tais acordos limitavam o seu poder de aumentar a receita das tarifas e impostos de importação, uma das principais, senão a principal fonte de financiamento da época. Exceto um ou outro episódio isolado, as duas esferas, a das relações simétricas e a do relacionamento desigual, se haviam mantido geralmente separadas. Continuava sem grande alteração a dependência brasileira em relação à praça financeira de Londres para

as questões da dívida e dos investimentos e, em menor grau, no comércio, o que não deixaria de ter algum efeito episódico como ocorreu no encaminhamento da solução para a ocupação da ilha de Trindade. Na substância, porém, não existia grande intimidade política com a Inglaterra (e muito menos com outras potências européias), nem influência apreciável desta última sobre a diplomacia imperial, quase toda ela voltada prioritariamente para o Prata ou para os vizinhos sul-americanos.

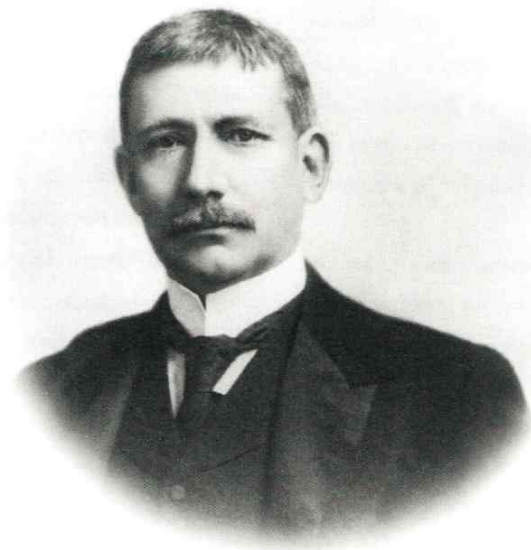
Esse vácuo na esfera do relacionamento com as potências predominantes do sistema mundial será ocupado, graças à iniciativa de Rio Branco e à estreita colaboração de Joaquim Nabuco, pela opção preferencial pelos Estados Unidos.

Desde então, a retórica diplomática esforçou-se em criar a impressão de que fora essa a invariável orientação do Brasil, argumentando com o reconhecimento pioneiro da Independência pelo Governo norte-americano e nosso apoio, já naquela época, à Doutrina Monroe. A verdade, contudo, é que, durante a monarquia, os dois países se percebiam como reciprocamente periféricos, não faltando motivos para mútuas desconfianças e atritos, ocasionados ou pelo comportamento desastrado de alguns agentes diplomáticos americanos no Rio de Janeiro, ou por divergências de mais alcance. Dentre estas, podem ser citadas, do lado americano, a pressão para a abertura do Amazonas à navegação internacional e a recusa em aceitar o bloqueio de Assunção, durante a Guerra do Paraguai, não tendo tampouco contribuído o lado brasileiro para melhorar o relacionamento quando outorgou aos Confederados o *status* de beligerantes e o uso dos nossos portos por ocasião da Guerra da Secessão.

O período que Bradford Burns denomina de “negligência amistosa” começa a mudar com a proclamação da

República, à qual se seguiram vários acontecimentos positivos: o acordo de reciprocidade comercial (1891) e a tarifa Dingley (1897), que incluíram quase todas as exportações brasileiras na categoria isenta de tarifas; o apoio oficial americano ao Governo brasileiro durante a Revolta da Armada (1893), a apreensão no Brasil de “A Ilusão Americana”, de Eduardo Prado, no mesmo ano, o laudo do Presidente Cleveland favorável ao Brasil na questão das Missões (1895), a simpatia do governo e da opinião pública nacionais pelos Estados Unidos, no momento da Guerra Hispano-Americana (1898), caso único na América Latina, onde a Espanha contava com apoio quase unânime.

Um ator importante dessa mudança foi Salvador de Mendonça, Cônsul em Nova York desde 1875 e, a partir da República, Ministro em Washington, onde permaneceu até 1898. Do seu novo posto em Lisboa, escreveria ao Presidente Campos Sales, em 1902, véspera da era Rio Branco, carta na qual antecipa muitas das idéias que seriam em seguida adotadas em relação à política norte-americana do Governo brasileiro. Con-



Elihu Root, Secretário de Estado dos Estados Unidos

vencido de que nada tínhamos a temer de parte dos Estados Unidos, recomendava que o Brasil se tornasse uma espécie de vínculo entre Washington e os países hispano-americanos. Em sua opinião, a Doutrina Monroe não era uma ameaça e sim uma vantagem para a América Latina. Aconselhava também a que se utilizasse o poder e a influência do Governo norte-americano a fim de resolver, em nosso favor, as questões fronteiriças pendentes. Não é de surpreender, assim, que ele comentasse, em 1913, que quando o Barão do Rio Branco enviou Joaquim Nabuco para descobrir a América do Norte, ela já estava descoberta, medida e demarcada, obviamente, por ele.⁴⁹

Se era, portanto, natural que Salvador de Mendonça, republicano histórico e vivendo nos Estados Unidos há mais de vinte anos, pensasse dessa maneira, o mesmo não se pode dizer do Barão, monarquista, de formação e gostos europeus.

Íntimo de Eduardo Prado, autor de “A Ilusão Americana”, o futuro Chanceler não demonstrava grande entusiasmo pelos Estados Unidos mesmo após a vitória que conquistara na questão das Missões, como se pode ver nesta minuta de carta a Sousa Correia, em 1896:

“Eu prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos”. Nota Alvaro Lins que a frase foi riscada e não constou da versão final da carta, antecipando a mudança do pensamento (ou devido a mero impulso de prudência).⁵⁰

Vai-se manifestar, depois dessa data, uma evolução sensível na opinião de Rio Branco. Embora os últimos anos antes do seu regresso definitivo ao Brasil tivessem transcorrido entre Londres, Paris e Berlim no momento do absoluto apogeu desses centros do predomínio mundial da Europa, não lhe escapou que um novo poder começava a sobressair no cenário internacional, como vai dizer neste despacho de 1905 a Washington:

“A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar ... As afirmações da política externa norte-americana são feitas ... sem ambigüidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas ...”.

Datam, aliás, dos seus primeiros anos como Ministro, os dois acontecimentos que iriam marcar, aos olhos dos

historiadores futuros, o declínio da herança isolacionista washingtoniana e o começo do engajamento global do poderio norte-americano em questões que transcendiam os limites hemisféricos: a mediação na guerra russo-japonesa (1905) e a participação na conferência de Algeciras, após o incidente de Agadir sobre o Marrocos entre a Alemanha e a França (1906). Coincidem também esses anos com a presidência de Theodore Roosevelt, logo após a guerra hispano-americana e a incorporação das Filipinas e de Porto Rico, ao estabelecimento de virtual protetorado sobre Cuba.

É a era do Big Stick, do Destino Manifesto, da exaltação do poder naval americano, da presença vigorosa dos Estados Unidos no Japão, na China, em toda a parte, e dessa mesma presença dominadora, exclusiva, às vezes truculenta no Caribe, na América Central, culminando com a crise do Canal e a célebre frase de Teddy Roosevelt: “*I took Panama!*” Anos antes, já Cleveland havia intimado a Grã-Bretanha a aceitar a arbitragem para o litígio com a Venezuela acerca da Guiana, utilizando na Mensagem ao Congresso um tom ameaçador que os britânicos, enredados no conflito sul-africano, tiveram de engolir. O episódio calara fundo na mente do

Barão, o qual se convencera de que a decisão francesa de aceitar mais tarde o arbitramento sobre o Amapá, em vez de ocupar militarmente a área, tivera algo a ver com esse precedente.

A emergência de uma grande potência, que começava a projetar sua sombra inibidora sobre todo o continente, era evidentemente um fato novo impossível de ignorar. Antes, durante o Império, as potências predominantes, Inglaterra, França, Alemanha, estavam do outro lado do Atlântico, envolvidas e emaranhadas nos seus jogos de equilíbrio. Agora surgia um poder cada vez mais próximo e cuja força



Joaquim Nabuco, Embaixador em Washington.

gravitacional passava a ser sentida de forma crescente. Podia-se talvez não querer vê-lo mas não seria isso conceder uma vantagem aos adversários potenciais? Pois, conforme escrevia Rio Branco, sob o pseudônimo J. Penn, no artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, no *Journal do Comércio*:

“Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião”.

Não era só a estrutura da correlação de forças políticas internacionais que se encontrava em processo de profunda mudança naqueles dias. O mesmo ocorria em relação às estruturas da economia mundial, que refletiam cada vez mais a pujança da economia americana no momento da vigorosa expansão que se sucedeu à Guerra Civil. Bradford Burns recorda em seu livro que, desde 1865, os Estados Unidos haviam sido os maiores importadores de café brasileiro e que, após a supressão das taxas de importação sobre o produto, passaram a comprar, depois de 1870, mais da metade do café exportado pelo Brasil. Sessenta por cento da borracha brasileira era vendida ao mercado americano, o qual se convertera também no maior importador do nosso cacau. Por volta de 1912, os Estados Unidos representavam 36 por cento das exportações brasileiras, enquanto a Grã-Bretanha, o segundo mercado, participava com menos da metade, 15 por cento.⁵¹ No domínio dos financiamentos e investimentos diretos ainda se teria de esperar pela transformação radical a ser trazida pela Grande Guerra, mas já então era perceptível a preferência dos capitais de risco americanos pelo novo, pela indústria manufatureira, pela economia ligada ao automóvel, em contraste com a concentração dos recursos ingleses nos setores tradicionais da infra-estrutura, portos, ferrovias, e serviços públicos.

A esse fundo de quadro político e econômico iriam somar-se estímulos mais próximos ligados à experiência pessoal de Rio Branco no seu trato oficial com os norte-americanos. Essa experiência havia sido uniformemente positiva, tanto nos dois anos vividos em Nova York e Washington, coroados com o sucesso do laudo de Cleveland, como no êxito em “*buying out*”, em afastar pela compra o

Bolivian Syndicate e na ajuda efetiva e amistosa exercida pelo Ministro americano no Brasil junto ao representante peruano no Rio, durante as horas críticas de tensão em torno do Acre.

Tudo isso predispunha o Barão a buscar o que Bradford Burns denominaria de uma “aliança não-escrita” com os Estados Unidos, pela qual cada um dos aliados se prestaria mútuo apoio a fim de melhor servir a seus respectivos interesses. Ao agir dessa forma, ele esperava evidentemente poder contar com o apoio americano nas suas relações potencialmente difíceis com dois vizinhos poderosos e incômodos, a Grã-Bretanha e a França (vide ocupação da ilha da Trindade, arbitragem do rei da Itália e incidentes do Amapá) e com outros aventureiros do imperialismo que resolvessem exercitar seu poder em nossas praias (lembrar do incidente do Panther, com a Alemanha). Quanto aos vizinhos, “rivais permanentes ou adversários de ocasião”, na melhor das hipóteses o auxílio americano lhe seria valioso, na pior, conseguiria, ao menos, neutralizar Washington, prevenindo qualquer intento de “intriga” ou “pedidos de intervenção contra o Brasil”. Havia nisso tudo uma avaliação realista da correlação de forças internacionais e, já que o poder brasileiro era débil e limitado, um cálculo para aumentá-lo através da “aliança não-escrita”. Como teriam dito escritores marxistas posteriores, tratava-se de explorar e utilizar em nosso favor o espaço criado pelas chamadas “rivalidades intra-imperialistas” entre os Estados Unidos, de um lado e as potências europeias, do outro. Era também uma forma de integrar e articular o eixo de relativa simetria das relações fronteiriças com o eixo desigual das relações com as potências, subordinando eventualmente o primeiro ao segundo quando isso se pudesse fazer com proveito e sem maior dano às convicções ou aos interesses.

Preparado pela ratificação do tratado de extradição de 1897 e pelo ativo apoio brasileiro ao reconhecimento do Panamá, o grande desígnio de política externa do Barão terá sua consagração explícita e pública em dois acontecimentos de enorme repercussão: a elevação das representações a Embaixadas (1905) e a realização no Rio de Janeiro da Terceira Conferência Internacional Americana, com a visita especial do Secretário de Estado Elihu Root, a primeira do gênero a um país da América do Sul.



3ª Conferência Internacional Americana.
 Rio de Janeiro, 1906. Foto: in album sobre o evento
 com fotos de L. Musso.

No início do século as embaixadas eram raras, como reflexo da antiga prática de reservar apenas às grandes potências essa modalidade de representação, que era não só de hierarquia superior mas possuía com exclusividade alguns privilégios palpáveis. Assis Brasil queixava-se, por exemplo, durante o problema acreano, de não ter acesso ao Presidente norte-americano por não ser embaixador. A criação de uma embaixada era um ato político de elevado significado e em nenhuma hipótese podia ser iniciativa unilateral, devendo ser precedida de negociações às vezes difíceis. Era por essas razões que só existiam então sete embaixadas em Washington (o único latino-americano com esse privilégio era o México) e nenhuma no Rio de Janeiro.

Coordenada com a escolha de Joaquim Nabuco como primeiro embaixador, a elevação da Legação do Brasil a Embaixada foi iniciativa de Paranhos, que despertou imediata receptividade do lado americano, permitindo que em janeiro de 1905 o simbolismo desse gesto diplomático pusesse em realce, aos olhos do mundo, a mudança de ênfase que acabava de ocorrer na política externa brasileira.

Referindo-se a essa decisão, diria ele que havia deslocado o eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington.

Um ano mais tarde, novo êxito: a vinda do Secretário de Estado Root para a Conferência Americana, orquestrada com cuidado extremo para que nada viesse a toldar o brilhantismo sem dissonância dessa verdadeira celebração diplomática da ainda recente cooperação interamericana. Sempre lembrado de que a “inveja é a sombra da glória”, o Barão insistirá para que Root também visite Montevideú, Buenos Aires e Santiago. “Assim”, escreveu em despacho à Embaixada em Washington, “dissipará ciúmes e prevenções. O melhor meio de obter o concurso dos hispano-americanos é afagar-lhes o amor-próprio, e isso não fica mal a uma nação poderosa como a América”. Uma outra demonstração do cuidado e zelo prudente com que preparou a conferência ressalta deste outro despacho:

“O nosso desejo ... é poder em tudo estar de acordo com os Estados Unidos.... Mas V. Excia. não ignora que contra os Estados Unidos e contra o Brasil há na América Espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador, no México e na América

Central. É necessário muito tato e prudência da nossa parte para que este 3º Congresso Pan-Americano não torne mais fundas as dissidências existentes...”

Esse mesmo tato e prudência irá também exercitar, ao abrir a Conferência, em relação à Europa. “Ela nos criou”, dirá, “ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte...” Nesse mesmo discurso, aconselhará a estreitar as relações de amizade e desenvolver as de comércio com os países europeus, o que lhe mereceu de Oliveira Lima, um dos seus mais constantes e inteligentes críticos, estas palavras elogiosas de dedicatória:

“Ao Sr. Barão do Rio Branco, que no seu discurso de abertura ... indicou a esta reunião continental a verdadeira orientação que lhe cumpria seguir, e serenamente obistou a enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano; a um tempo prestando à Europa o tributo filial que lhe devem os herdeiros e continuadores de sua cultura, e reafirmando para com os Estados Unidos a estima cordial que ao Brasil merecem todas as outras nações do Novo Mundo...”

O desígnio da aliança não-escrita era consciente e deliberado, como se pode ver das inúmeras expressões que recebeu em despachos, discursos e artigos do Barão, dentre os quais o já citado sob pseudônimo no *Jornal do Comércio*. Neste último, sempre cauteloso, procura apresentar-se não como inovador mas simples continuador de uma tradição política. À medida, contudo, que a inovação era, dentro e fora do Brasil percebida como um êxito, ela foi ganhando vida própria, indo possivelmente além da intenção mais imediata do seu criador. Aquilo que havia sido concebido em resposta aos estímulos das mudanças políticas e econômicas da época e como instrumento para ajudar a atingir objetivos determinados acabará por converter-se num paradigma supostamente válido para todos os tempos e todas as situações. Nesse sentido de conceito global e abrangente do conjunto da política externa, foi ele provavelmente o primeiro de nossa História Diplomática. O adjetivo “novo” deste subtítulo deve, pois, ser entendido na acepção de recente, de algo que não existia antes e não como antítese de outro anterior que tivesse envelhecido.

Dessa perspectiva, pode-se dizer que o paradigma Rio Branco é composto de ao menos três elementos principais: a convergência ideológica, o aspecto pragmático e o esforço constante de uma difícil harmonização entre os interesses dos Estados Unidos e os da América Latina.⁵²

A convergência ideológica derivava, é óbvio, da homogeneidade do sistema internacional de então mas foi levada por Paranhos à mais alta expressão, em razão talvez de sua personalidade mais acentuadamente conservadora do que a de contemporâneos como Oliveira Lima ou Barbosa Lima. Seus valores e padrões não diferiam muito dos predominantes em Washington, assim como eram as mesmas as suas convicções acerca dos critérios determinantes da legitimidade internacional. Logo no início de sua gestão, recusando-se a aderir à Doutrina Drago, do nome do Ministro argentino, que postulava ser inaceitável o uso ou a ameaça de força armada para a cobrança de dívidas, (no caso, tratava-se da Venezuela), telegrafa ele a Assis Brasil em Washington, em março de 1903:

“Concordo com Vossa Excelência e Secretário de Estado Hay. Não devemos entrar nisso sendo desejo do Presidente e também meu que possamos estar sempre de acordo com o governo de Washington”. Conforme escreveria a Nabuco mais tarde: “Nós pagamos nossas dívidas e, além disso, somos credores do Uruguai e do Paraguai.”⁵³ A mesma tese de que, ao tomar empréstimos, o Estado não exerce a soberania mas um mero ato de direito privado, seria defendida por Rui Barbosa em Haia, ao apoiar emenda americana à Doutrina Drago, segundo a qual a força armada poderia ser usada na cobrança se o país devedor recusasse o arbitramento ou seus resultados (Resolução Porter).

Em entrevista publicada por *La Nación*, de Buenos Aires, em 26 de julho de 1906 (p.8), o Barão praticamente endossava, com outras palavras, o famigerado Corolário Roosevelt, interpretação da Doutrina de Monroe que conferia aos Estados Unidos uma espécie de poder de polícia, na América Central e no Caribe em particular. Ao responder a uma pergunta do jornalista sobre a questão, declarava:

“Se esses países não sabem como se governar a si mesmos, se não possuem os elementos necessários para evitar

contínuas revoluções e guerras civis..., eles não têm direito a existir e deveriam ceder o lugar a uma nação mais forte, melhor organizada, mais progressista e mais viril”. Kipling não teria dito melhor... Essa expressão de verdadeiro darwinismo internacional é atribuída por Bradford Burns à situação similar enfrentada pelo Brasil no Prata, sobretudo no Paraguai e Uruguai. Recorda o historiador americano que, em 1905, exasperado pela turbulência paraguaia, ele chegou a sugerir que os Estados Unidos despachassem a Assunção alguns navios de guerra para restabelecer a ordem.⁵⁴ A verdade, porém, é que, mesmo na época, essas opiniões seriam talvez majoritárias mas não unânimes nos círculos dirigentes brasileiros, bastando lembrar, a respeito, as críticas contemporâneas de Oliveira Lima ou de Alcides Gentil no seu livro “O Brasil e o Internacionalismo”(1913).

Não era, contudo, apenas por uma questão de identidade de vistas ou de convergência ideológica que se adotou então uma política pró-americana. Havia também nessa motivação uma forte dose de cálculo, o que se poderia chamar de elemento pragmático ou utilitário do paradigma. Bradford Burns é o primeiro a realçar que Rio Branco não era obsequioso ou lacaios da política norte-americana, a qual coincidia, em sua opinião, com os interesses brasileiros, na maioria dos casos. “Ele foi bastante hábil para usar a política e a diplomacia norte-americanas para seus próprios fins e objetivos. Raramente concordou cem por cento com a diplomacia americana, que contestou ou da qual discordou quando sentiu não poder apoiá-la.”⁵⁵

O apoio que prestou a Washington teve geralmente dois objetivos: a política multilateral hemisférica dos Estados Unidos, tal como manifestada no pan-americanismo nascente ou na Doutrina Monroe e suas ramificações, e a orientação norte-americana em tópicos específicos como o do Panamá. Neste último episódio, o Brasil desenvolveu uma intensa atividade diplomática a fim de coordenar o reconhecimento da nova república juntamente com o Chile, o México e a Argentina. Thompson, o Ministro americano no Rio, reconheceu a colaboração recebida na ocasião e deixou o seguinte testemunho acerca da postura de Paranhos neste e em outros temas de interesse dos Estados Unidos:



“Ele discorreu longamente sobre a atitude do Brasil em assuntos nos quais o nosso país estava interessado, especificamente o Panamá, e expressou sua opinião de que o melhor havia sido feito em todas as controvérsias nas quais o nosso governo havia estado interessado.”⁵⁶

Em relação à Doutrina Monroe, sua visão coincidia com a de Nabuco e com a interpretação que vinha dos primeiros tempos do Império. Naquela época distante, o Governo imperial havia sido talvez o primeiro governo estrangeiro a aderir à Doutrina, dando-lhe, todavia, o sentido de uma política multilateral de defesa do Continente e não a expressão unilateral de uma política puramente nacional dos Estados Unidos. Não obstante essa distinção, o Barão tentou fazer com que a Doutrina Monroe fosse oficialmente endossada pela Quarta Conferência Panamericana, realizada em Buenos Aires, em 1909 e só desistiu quando dificuldades de última hora ameaçaram converter a projetada resolução num pomo de controvérsia. Seu apoio decidido ao movimento pan-americano, valorizado e amplificado pelo entusiasmo de Nabuco, contrastavam com a atitude mais reservada, até reticente de outros países importantes, como ocorrera com a Argentina, por exemplo, nos primeiros anos do panamericanismo.

Os esforços e as contribuições de Rio Branco encontraram compensação e correspondência de parte dos Estados Unidos em numerosas oportunidades: no encaminhamento positivo da desistência do Bolivian Syndicate, nos ofícios amistosos junto ao Peru, no maciço apoio da imprensa norte-americana ao Brasil durante o incidente do Panther com a Alemanha, ou no estranho episódio do abortado projeto de invasão do Norte do Brasil por aventureiros franceses em 1904, na aceitação da proposta de criação das embaixadas, na escolha do Rio de Janeiro para sede da Terceira Conferência, no sugestivo discurso do Secretário de Estado Root: “Que os Estados Unidos da América do Norte e os Estados Unidos do Brasil juntem as mãos, não em tratados formais e escritos de aliança, mas na universal simpatia e confiança e estima dos seus povos”. Bradford Burns menciona a crença de Nabuco de que a “amizade com os Estados Unidos seria melhor do que o maior exército ou marinha” e opina no sentido de que “a aliança informal reforçou a posição do Brasil *vis-à-vis* da Europa e

melhorou sua situação na América do Sul”. Para isso, conforme observa, importava pouco saber se existia ou não um acordo de verdade, desde que os outros países acreditassem na sua existência.⁵⁷ E como a imprensa e a correspondência diplomática de então indicam, era amplamente disseminada a percepção de que, mais do que qualquer outra nação latino-americana, o Brasil havia sido particularmente bem sucedido em estabelecer laços estreitos com os Estados Unidos. Percepção e imagem contribuíram muito para o prestígio diplomático brasileiro da época e o prestígio era e é componente não-desprezível do poder.

O terceiro e último elemento do paradigma era o desafio de articular o eixo do relacionamento preferencial com os Estados Unidos e o eixo das relações com a América Latina. O problema foi às vezes resolvido pela subordinação do segundo ao primeiro, em episódios como o reconhecimento do Panamá, a aprovação do Corolário Roosevelt e da intervenção em Cuba em 1906, a rejeição da Doutrina Drago, a indiferença e o silêncio diante das manobras intimidatórias do Exército americano na fronteira do México em 1911.

Uma Antecipação do Futuro: O Projeto Sul-Americano da A.B.C.



Embora isso ocorresse na prática, não havia, na concepção de Rio Branco, incompatibilidade inconciliável entre o relacionamento amistoso do Brasil com os Estados Unidos e seus vínculos com os vizinhos. Sua aspiração, em termos ideais, era mesmo de aproximar e harmonizar a política norte-americana e a latino-americana, de servir como uma espécie de ponte entre dois extremos. Acreditava, por isso, no panamericanismo como movimento para “substituir a desconfiança e o ressentimento infundados por uma crescente amizade entre todos os povos americanos”.⁵⁸ Bradford Burns assinalou que esse papel parecia servir a um duplo propósito: “o Brasil transmitia aos países da América espanhola a impressão de intimidade bastante com os Estados Unidos para ser capaz de interpretar suas políticas e aos Estados Unidos de ser indispensável para preparar a América hispânica para receber e até aceitar suas políticas. Ambos os papéis aumentavam o prestígio do Brasil.”⁵⁹

No primeiro desses papéis, a diplomacia brasileira se fazia intérprete, junto aos demais latino-americanos, da política norte-americana, esforçando-se, mesmo em relação a seus aspectos mais inquietantes, de apresentar exegeses curiosamente benevolentes como a contida neste despacho a Washington:

“Não vejo motivo para que as três nações da América do Sul — o Brasil, o Chile e a Argentina — se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt e a do ex-Ministro da Guerra, seu particular amigo. Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer ‘bom uso da sua independência’, ou a que deva ser aplicado pelos mais fortes o ‘direito de expropriação contra os povos incompetentes’, direito proclamado há tempos pelo atual Presidente dos Estados Unidos. As outras Repúblicas latino-americanas que se sentirem ameaçadas pela ‘política internacional’ dos Estados Unidos têm o remédio em suas mãos: é tratarem de

escolher governos honestos e previdentes e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força”.

No segundo papel, o Itamaraty usaria sua influência para evitar, por exemplo, a ruptura de relações entre os Estados Unidos e o Chile, no caso Alsop, *ultimatum* enviado a Santiago, em novembro de 1907, em função de litígio sobre pedido de indenização de uma empresa americana de mineração. As instruções de Rio Branco e a iniciativa pronta e espontânea de Nabuco em favor do Chile foram instrumentais para possibilitar a solução do problema por arbitragem. Tanto os governos como as imprensas dos Estados Unidos e do Chile reconheceram e agradeceram de público a oportunidade e a eficácia dos bons ofícios brasileiros. Do mesmo gênero foram os esforços do Chanceler para persuadir os Estados Unidos a estabelecerem uma legação em Assunção, para excluir da agenda da Terceira Conferência o item relativo ao arbitramento devido à oposição chilena, a convencer o Secretário de Estado a estender sua viagem a outras capitais sul-americanas, etc.

É pena que o resíduo de antagonismo argentino-brasileiro herdado do passado, a animosidade e desconfiança acirradas pelo incidente do telegrama nº 9 com Zeballos e pelos problemas comerciais e dos armamentos navais não tenham permitido que se criassem as condições propícias à realização de um outro desígnio do Barão, o A.B.C. Em sua concepção, tratava-se de projeto destinado a complementar a aliança não-escrita com os Estados Unidos, o eixo assimétrico portanto, com um esquema de não-agressão, entendimento e cooperação entre os maiores países da América do Sul, a Argentina, o Brasil e o Chile, articulando formalmente o eixo simétrico do nosso relacionamento com os principais dos nossos vizinhos.

Muito cedo na sua gestão, em 1904, esboçava a idéia em carta ao ministro argentino no Rio, Manuel Gorostiaga: “Estou cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande vantagem para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora dos nossos países”.

Cinco anos depois, vai dar forma definitiva a seu pensamento num projeto redigido pessoalmente de “Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República Argentina e a Repúbli-





O ex-Presidente da Argentina, General Julio A. Roca, chega ao Rio em 11 de março de 1907 e é recebido com extraordinárias manifestações de carinho.

No grupo, após almoço oferecido pelo Presidente Afonso Pena (vide página ao lado): sentados, da esquerda para a direita, ex-Presidente Campos Sales, Senhora Afonso Pena (?), Senhora Roca, o Presidente, Roca e Hermes, então Ministro da Guerra. Em pé, atrás de Roca, o Barão do Rio Branco. No centro, D. Orsina da Fonseca.

Fotógrafo: não identificado.

O General Roca tinha sido o primeiro Chefe de Estado a visitar oficialmente o Brasil em 1899, sendo Presidente Campos Sales. Sabendo-o na Europa, Rio Branco o convida para passar cinco dias no Brasil, no Rio e em São Paulo. Segundo Felix Luna (“Soy Roca” p.390), Roca teria interpretado “esta gentileza como uma amabilidade do Barão, seguramente alarmado com a designação de Zeballos como Ministro das Relações Exteriores”

Na página seguinte,

Rio Branco e o General Roca. Chegada ao Palacete Abrantes.

Rio de Janeiro, 11.3.1907. Fotógrafo: não identificado.

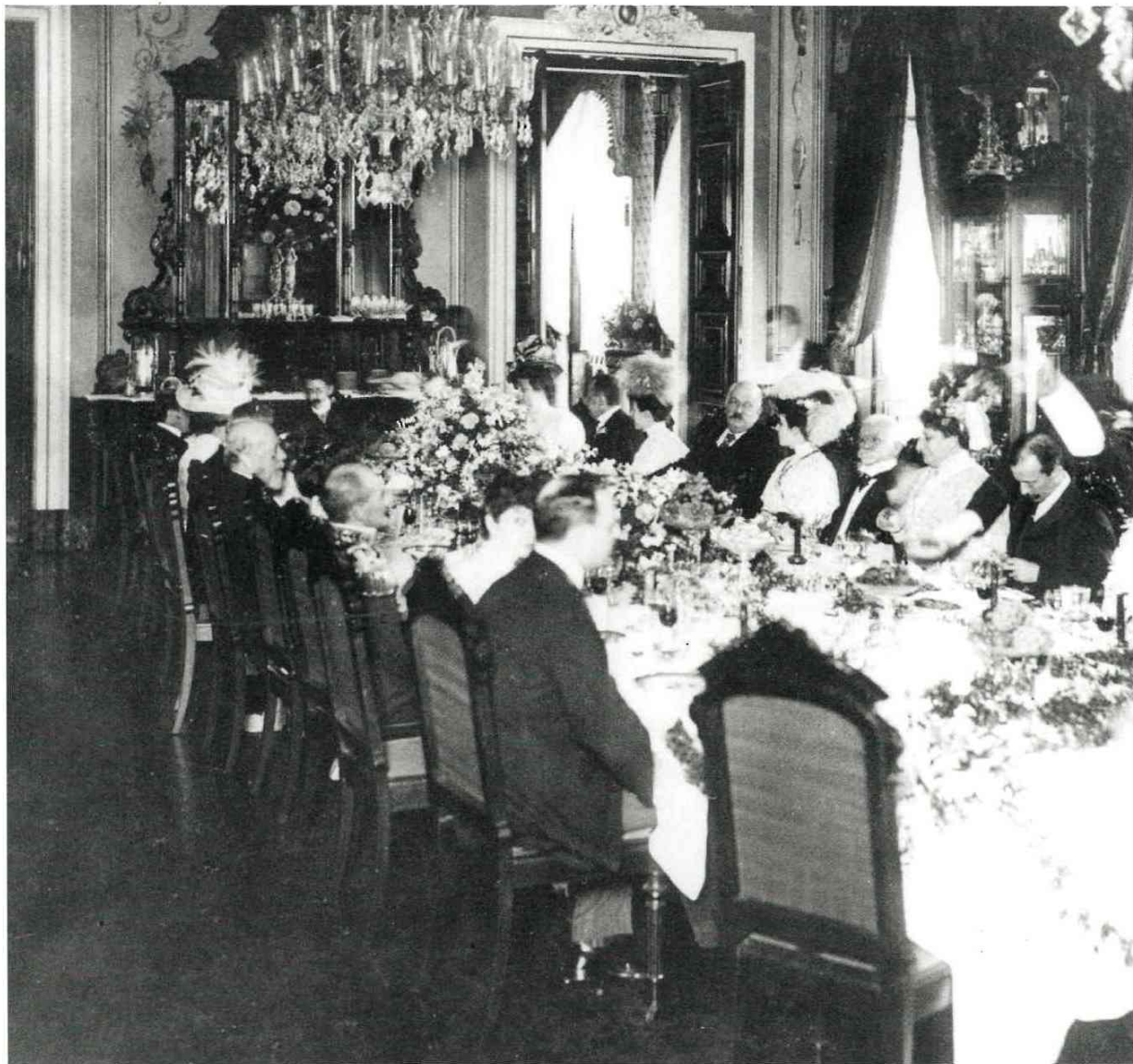
O s visitantes ilustres naquela época eram hospedados no Palacete Abrantes (solar de Miguel Calmon) que fora residência da rainha Carlota Joaquina, na esquina da Praia de Botafogo com a rua Marquês de Abrantes.

ca do Chile” (1909). O foco do acordo estava no seu artigo 1º, no qual as partes declaravam que procurariam “proceder sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com os seus interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul”.

Para isso obrigavam-se a submeter a arbitramento os desacordos ou, se isso não fosse possível, se comprometeriam a não recorrer à força militar senão depois de apresentada uma exposição de suas queixas à parte ofensora e decorridos seis meses sem receber resposta satisfatória. O tratado previa também medidas de coordenação entre os três países a

fim de impedir a organização, em seus territórios, de expedições para promover guerras civis no território de qualquer delas ou de outros países e uma orientação comum, caso se produzissem insurreições e levantes em nações limítrofes.

É interessante que, dentre as razões apresentadas pelo enviado argentino, Ramón J. Cárcano, para justificar a reticência do seu país em relação à proposta (julgada prematura pelo próprio Barão, o qual cedera à insistência do Chile, ao tomar a iniciativa), estaria o temor de despertar desconfianças no Peru e, sobretudo, uma reação negativa nos Estados Unidos. Anos antes, quando o Encarregado de Negócios do Brasil em Washington recebeu instruções para co-









Rio Branco e o ilustre hóspede, General Roca, em expressivo instantâneo, a caminho de Petrópolis.

Fotógrafo: não identificado.

Na página ao lado, no alto,

Na barca que os leva a porto Mauá a caminho de Petrópolis, o ex-Presidente Campos Sales, Roca e o Barão do Rio Branco.

13 de março de 1907. Fotógrafo: não identificado.

Na página ao lado, abaixo,

Grupo feito em frente à escadaria da casa de Alberto de Faria, que fora de Mauá, onde foi oferecido elegante e concorrido "Garden Party".

Petrópolis, 14 de março de 1907.

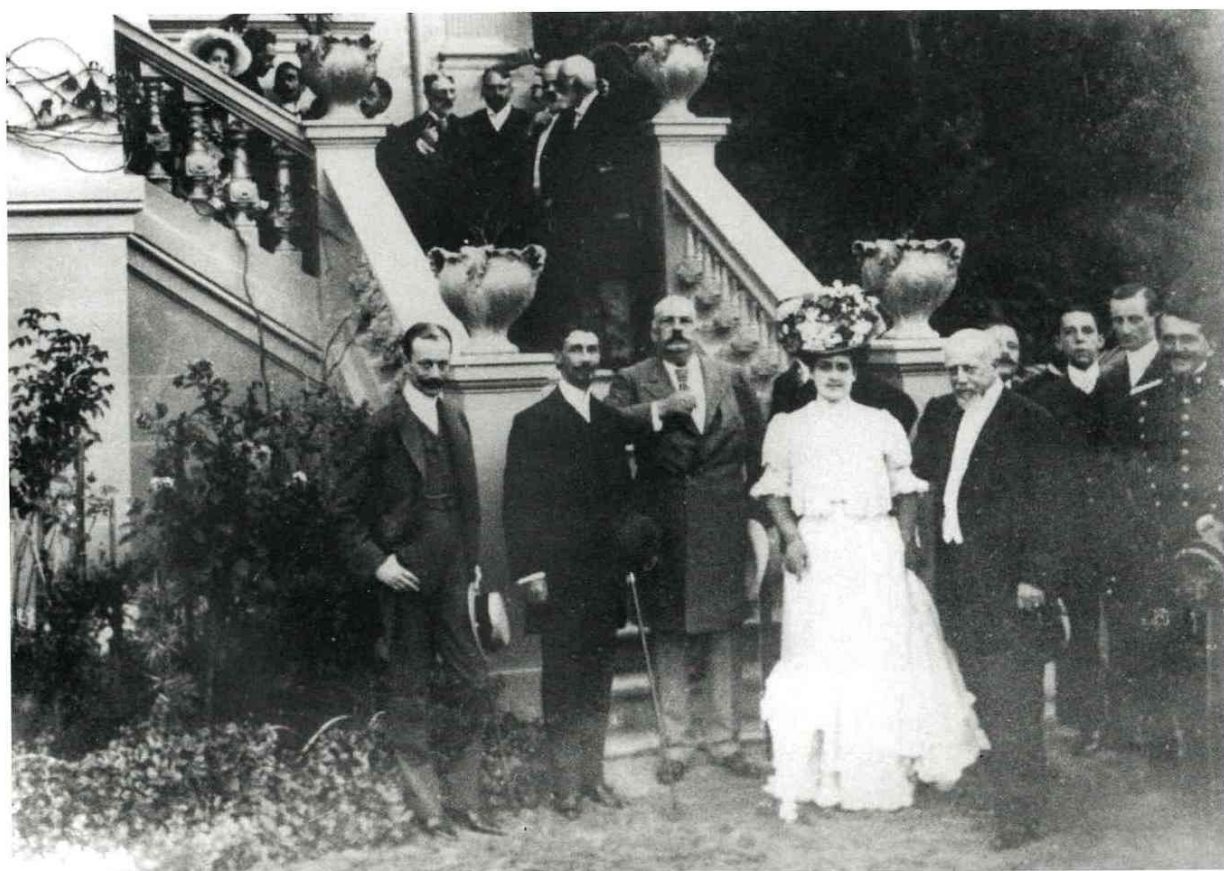
Vêm-se: embaixo (entre outros): Dr. Júlio Roca, Dr. Silva Costa, Rio Branco, Sra. Silva Costa, General Roca, Emb. Parravicini. Na escada: Mons. Leoni; Haggard, Ministro britânico; F. von Reichenam, Ministro alemão; Aranguren (?); Ministro espanhol e Araújo Silva, então proprietário do Palacete Abrantes.



municar ao Departamento de Estado que os países do A.B.C. tencionavam coordenar entre si o reconhecimento do Panamá, teve o cuidado de esclarecer ao seu interlocutor que “as nações do A.B.C. não entretinham nenhuma intenção de constituir uma liga para contrabalançar a influência dos Estados Unidos no Panamá.”⁶⁰

Não obstante a distorção de imagem projetada por certos retratos unidimensionais de Paranhos, que tentam descrevê-lo como uma versão sul-americana dos estadistas do imperialismo europeu ou norte-americano daquela era, sua linhagem intelectual e moral provinha na realidade mais da tradição jurídica da diplomacia imperial, como se aprecia deste trecho de um dos seus últimos discursos:

“Quando, pelo trabalho de anos, e muitos anos... tiverem conseguido igualar em poder e riqueza a nossa grande irmã do Norte e as mais adiantadas nações da Europa — se então pensarem alguns destes países latino-americanos em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência — estou persuadido de que o Brasil



do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo, na força do Direito, e, como hoje pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir”.

Um contraponto coerente com a declaração acima foi formulado num artigo de apelo “ao bom senso argentino” que publicou no Jornal do Comércio e que, após lamentar “nós vivemos fora da realidade da política internacional de hoje, em plena ilusão, a que o passado nos habituou”, concluía:

“Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas; está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estereis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população”.



Visita do ex-Presidente Roca ao Brasil.
O belo “Garden Party” oferecido no palacete de Alberto de Faria.
Petrópolis, 14 de março de 1907.

As fotos referentes à visita do ex-Presidente Roca constam de álbum oferecido por C. Lima, Diretor de “Caras y Caretas”, de Buenos Aires ao Barão do Rio Branco.



Os Limites da Aliança Não-Escrita: *A Crise da Haia*



Todos esses temas, o dos Estados Unidos e da América Latina, o da força do Direito e do prestígio, o da atração do ciclo maior da esfera das grandes amizades internacionais, vão aparecer entrelaçados num episódio sob certos aspectos culminante por haver revelado os limites intransponíveis da aliança informal norte-americana e o potencial existente em outras alternativas. Com efeito, apesar da orientação geral brasileira de procurar “estar sempre de acordo com os Estados Unidos”, na Segunda Conferência de Paz da Haia, em 1907, a delegação do Brasil, conduzida por Rui Barbosa, acabou divergindo da norte-americana em três das quatro questões principais discutidas na Conferência: a Doutrina Drago (foi a exceção entre as quatro pois acabamos por apoiar a Resolução Porter dos EUA), o Tribunal de Presas, a Corte Internacional de Justiça e o arbitramento compulsório. O debate da constituição dos dois tribunais conserva ainda bastante atualidade por ter suscitado pontos fundamentais que continuam em aberto no esforço, até hoje infrutífero, para reformar o Conselho de Segurança e, de forma mais ampla, para edificar uma ordem internacional mais democrática e igualitária.

O Brasil estabelecia uma distinção entre os dois tribunais. Entendia que a Corte Internacional de Justiça era um problema de interesse geral e universal, não se podendo admitir distinções, nessa matéria, entre Estados soberanos. Já no caso do Tribunal de Presas Marítimas, o assunto dizia sobretudo respeito às potências com interesses marítimos, devendo a composição da corte refletir proporcionalmente o tamanho das frotas e o valor do comércio marítimo.

Nem esses critérios objetivos foram, todavia, obedecidos e o Brasil se encontrou relegado a uma categoria baixa, à qual corresponderia ocupar um lugar na corte durante apenas dois anos em seis. Países europeus de frotas menores como a Bélgica, Portugal e Romênia receberam classificação

superior. Rui assinalou a iniquidade e “a inversão absoluta de papéis” que se cometia contra a América Latina e o Brasil. Não tendo logrado uma mudança de classificação, o Brasil votou contra o tribunal, que, apesar de aprovado, nunca chegou a ser estabelecido.

A surpresa maior, porém, viria com a descoberta súbita de que, sem qualquer informação prévia à diplomacia brasileira, os Estados Unidos proporião, juntamente com a Grã-Bretanha e a Alemanha, uma Corte Internacional composta de dezessete membros, dos quais nove seriam permanentes. Os demais países participariam da Corte numa base rotativa por um período de tempo correspondente à categoria em que fossem classificados.

O segundo choque foi descobrir que o Brasil tinha sido deixado para a terceira categoria, abaixo de países europeus muito menores e menos populosos. Rio Branco não só julgou humilhante a proposta como sofreu a decepção de ve-



“A Mulata Velha”.

Charge de Bambino (Artur Lucas) publicada na Revista da Semana de 4 de agosto de 1907. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

A charge publicada durante a conferência, mostra a Bahia agradecendo ao Barão a escolha de Rui Barbosa para presidir a Delegação à Conferência de Haia.



Chegada de Rui Barbosa ao Rio, após a Conferência de Haia.

O Barão em conversa informal com o advogado Sancho de Barros Pimentel, aguardam no Cais Pharoux.

Do Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

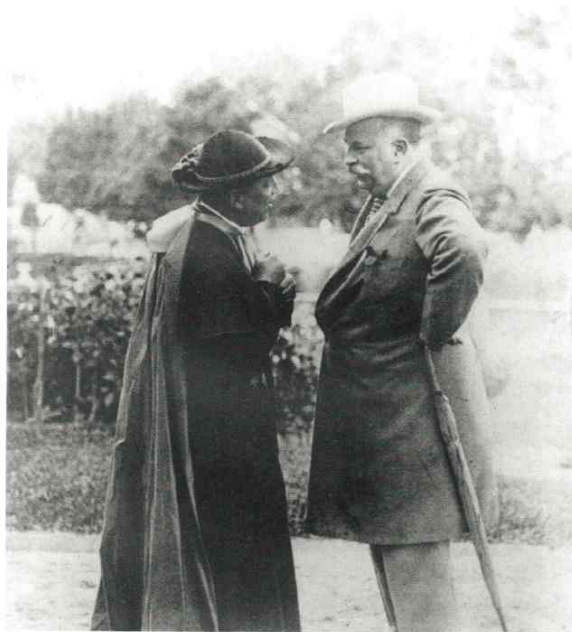
Os dois aguardam Rui de quem Barros Pimentel era amigo.

rificar que, nesta como em outras questões da Conferência afetando os interesses brasileiros, a delegação norte-americana orientava-se por critérios de poder, alinhando-se com os europeus e demonstrando escasso interesse ou sensibilidade pelas reações do Brasil e dos outros latino-americanos.

O objetivo do Barão era de assegurar um lugar permanente para o Brasil no tribunal. Com esse fim, sugeriu várias fórmulas que vale a pena evocar no momento em que esquemas similares são diariamente avançados para reformar o Conselho de Segurança. Seu primeiro projeto era de um tribunal no qual cada país teria direito de nomear um juiz; seria uma espécie de painel como existe no GATT, do qual seriam selecionados pelas partes interessadas os juízes para casos específicos. Sua segunda fórmula afastava-se do

critério de igualdade; de acordo com essa variante, a Argentina, o Brasil e o Chile designariam um juiz cada um e o resto da América do Sul teria o direito a um representante. Distanciando-se ainda mais do critério igualitário, ele propôs finalmente o plano de um tribunal de vinte e um membros, no qual teriam direito a assentos permanentes os quinze países de população acima de dez milhões de habitantes, distribuindo-se os lugares restantes por rotação e de acordo com determinadas categorias.

No curso da discussão, a diplomacia brasileira deu-se conta de que essas mudanças de posição não tinham conseguido fazer avançar as pretensões de obtermos um lugar permanente, mas já nos estavam fazendo perder terreno junto aos latino-americanos e aos países europeus menores. Em parte por essa razão, em parte por influência de Rui Barbosa, desde o início fiel à tese igualitária, Paranhos toma a decisão de defender o princípio da igualdade e telegrafa a Rui sua instrução:



Rio Branco conversa com o Núncio Apostólico, Monsenhor Alessandro Barona.

in *"Fon-Fon"*, nº 40, 11 de janeiro de 1908.

Coleção Plínio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa.

A legenda humorística da revista foi:
"Para confessar pecados..."



Grupo em Westphália, Petrópolis.

Da esquerda para a direita: Arthur Guimarães de Araújo-Jorge, Gastão Paranhos do Rio Branco, Inês Paranhos Cavalcanti e filhos, J.J. de Lima e Silva Moniz de Aragão e o Barão.

Ao lado,

Rio Branco recebe a missão especial que veio agradecer a representação do Brasil nos funerais do Imperador da China, Guangxu.

Rio, 12 de outubro de 1909 in "A Caveta", número especial de 17/12/12, Coleção Plínio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa.

O Barão com o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em missão especial Liu-Shun, dois outros membros da Missão e três pessoas não identificadas. O Imperador falecido pertencia à dinastia Qing (Ch'ing).



“Os países da América Latina foram tratados em geral com evidente injustiça. É possível que, renunciando à igualdade de tratamento... alguns se resignem a assinar convenções, em que sejam declarados, e se confessem nações de terceira, quarta, ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número... Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas. Estamos certos de que Vossência o há de fazer..., atraindo para o nosso país a simpatia dos povos fracos e o respeito dos fortes”.

Pouco depois acrescentava num segundo telegrama:

“... Em Washington procurei persuadir governo conveniência modificar no interesse da sua influência política neste continente a inábil proposta da sua delegação que aí anda ligada às grandes potências militares sem dar importância alguma aos países da América Latina. Não tendo havido intervenção eficaz só nos resta agora tomar a posição que a nossa dignidade nos impõe. Já é tarde para sugerir outros alvites e a rejeição do tribunal arbitral é o único partido que nos resta. A parte principal dessa campanha deve pertencer ao Brasil e aos demais países latinos da América”.

Rui Barbosa conduzirá a campanha com seu brilho e espírito combativo, pronunciando discursos que conservam até hoje vigor e atualidade. O choque com a posição americana tornou-se frontal e o Brasil assumiu a liderança dos países latino-americanos e de países menores europeus na luta pela igualdade. Comenta Bradford Burns que essa “alternativa à cooperação com os Estados Unidos não era desagradável a Rio Branco, que aspirava fazer do Brasil um

O AMPLEXO



— Venha de lá esse abraço, seu Rui! Olha que você saiu melhor que a encomenda. Bravo! Bravíssimo!...

Caricatura do Barão: “O Amplexo”.

Autor: “Bambino”— pseudônimo de Artur Lucas (ativo até 1929)

Reproduzido in “Idéias e livros”, fev. 1951.

Chegada de Rui ao Rio ao retornar da Conferência da Paz na Haia.

Legenda: “Venha de lá esse abraço, seu Rui! Olha que Você saiu melhor que a encomenda. Bravo! Bravíssimo!”

em outras ocasiões no futuro, como, por exemplo, logo após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, a experiência ensinou os contemporâneos a não tomar ao pé da letra pronunciamentos solenes como os discursos em que Root proclamava entender que “a independência e os direitos dos menores e mais fracos membros da família das nações merecem tanto respeito como os dos maiores impérios”. O Barão registrou a lição ao telegrafar a Nabuco: “A verdade... é que o Sr. Choate (Chefe da Delegação dos EUA) e a Delegação Americana na Haia procuraram sempre trabalhar de acordo com as grandes potências europeias, sem dar importância alguma ao Brasil e às demais nações americanas, contrariando assim a política pan-americana seguida pelo Governo dos Estados Unidos desde Blaine”.

líder da América Latina”.⁶¹ O assunto acabou em impasse, não tendo sido possível chegar a uma decisão.

Embora sem grandes desdobramentos práticos, o episódio teve um efeito revelador, ao demonstrar ao Chanceler e à opinião brasileira em geral os limites da cooperação com que se poderia eventualmente contar da parte dos Estados Unidos, a fim de fazer avançar desígnios brasileiros. Ficou patente, em primeiro lugar, conforme expressou Root em reação a uma das gestões brasileiras, que os norte-americanos não podiam agir, numa conferência mundial, com a mesma liberdade com que atuavam nos foros hemisféricos. Já naquela época, a prioridade da opção européia e das considerações de poder decepcionou os setores dirigentes brasileiros, desapontamento que iria repetir-se

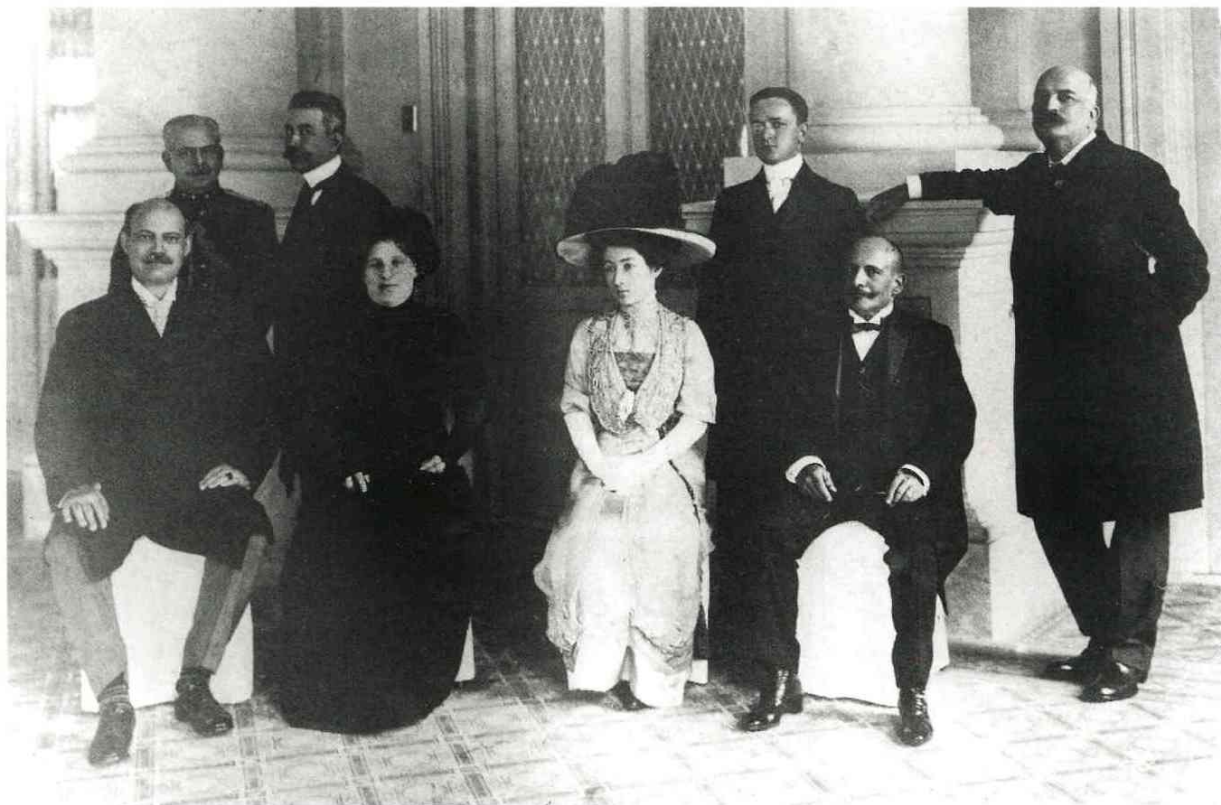
O Destino do Paradigma



O capítulo da Haia, assim como os relativos à América Latina, à aliança não-escrita com os Estados Unidos e à política territorial foram aqui estudados de maneira mais extensa e, sempre que possível, dando a palavra aos protagonistas, devido ao caráter exemplar e iluminador que encarnam em relação à essência mesma da política externa de Rio Branco e aos fundamentos definidores de sua personalidade política e intelectual.

Ainda em vida o Barão tornou-se um grande herói, o “maior brasileiro vivo”, como se costumava dizer então. Morto, passou a ser um mito e, como sempre ocorre nas mitologias, não tardou a que aparecessem os exegetas, os teólogos e sistematizadores do seu pensamento, os apolo-gistas e os detratores.

Seu grande desígnio de política exterior virou um paradigma, uma moldura ou modelo conceitual que passou a ser aplicado às mais diferentes situações, décadas após a sua morte. Quarenta anos depois, no início dos anos 50, em plena Guerra Fria, Oswaldo Aranha declarava com ênfase na Escola Superior de Guerra não poder conceber outra política externa para o país que a consistente em apoiar os Estados Unidos nos foros mundiais em troca do apoio



Almoço oferecido pelo Marechal Presidente, no Catete, a Domício da Gama, quando nomeado Embaixador em Washington.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1911. Fotógrafo: não identificado.

De pé, da esquerda para a direita: General Percilio da Fonseca, Domício da Gama, Alvaro de Teffé e Rio Branco; sentados, na mesma ordem: Irving Bedell Dudley, Embaixador dos Estados Unidos, D. Orsina da Fonseca, Senhora Dudley e Marechal Hermes.







Na página anterior,

Visita do Presidente eleito da Argentina, Roque Saenz Peña.

Em carro aberto e cercado de todo o aparato militar devido a chefes de Estado, o Presidente eleito da Argentina, acompanhado pelo presidente Nilo Peçanha, passa pela Avenida Central, sob aclamações populares.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1910. Fotógrafo: não identificado.

Rio Branco, tendo “acertado em cheio na réplica a Zeballos” no caso famoso do telegrama nº 9, não poderia deixar de aproveitar uma oportunidade excepcional para demonstrar seus sentimentos de amizade pelo povo vizinho. Estando na Europa o Presidente eleito Saenz Peña, convidou-o a visitar oficialmente o Brasil, cumulando-o o Governo de todas as homenagens.



Visita do Presidente eleito da Argentina Roque Saenz Peña.
O Presidente Nilo Peçanha e seu ilustre hóspede, na Praia do Flamengo.
Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1910. Fotógrafo: não identificado.



O Barão do Rio Branco



do Senna
22 de Nov.º de 1910
às 10h. da noite
no Diário Oficial
Belmiro

“O Barão do Rio Branco”
Charge de Belmiro de Almeida.
“Esquisse” feita do natural da figura
do Barão enquanto revia provas,
à noite, no “Diário Oficial”.

Rio de Janeiro 22 de novembro de 1910.

Oferecida a Ernesto Senna.

norte-americano à preeminência política e militar do Brasil no continente sul-americano.

Ao longo dos anos, a relativa importância dos diversos elementos constitutivos do paradigma variou ao sabor das flutuações da conjuntura mundial e da brasileira. Assim, houve momentos como o do Estado Novo, em que se enfraqueceu o elemento da convergência ideológica, devido às tendências internas fascizantes, mas se fortaleceu o elemento utilitário mediante a chamada “diplomacia pendular” de Vargas e os êxitos, inclusive Volta Redonda, que lhe são atribuídos. Em outras fases, como no imediato pós-guerra e durante a Guerra Fria, inverte-se o retrato e a convergência ideológica anti-comunista se reforça, enquanto diminuem, pelo estreitamento da margem de manobra e pela falta de alternativas, as potencialidades de trocar apoio diplomático por ajuda tangível. Logo após 1964, no Governo Castelo Branco, vai haver uma revalorização tanto da convergência de valores como do elemento pragmático, não faltando mesmo, na teoria dos “círculos concêntricos”, uma tentativa consciente de articular os dois eixos das relações internacionais do Brasil. Já antes, porém, na denominada





Visita do Presidente eleito da Argentina.

Em grupo solene, Saenz Peña dá o braço à Sra. Nilo Peçanha, enquanto o Presidente do Brasil o dá à Sra. Saenz Peña a cuja direita está o Barão do Rio Branco.

Ao lado,

Visita do Presidente eleito da Argentina, Roque Saenz Peña / Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1910.

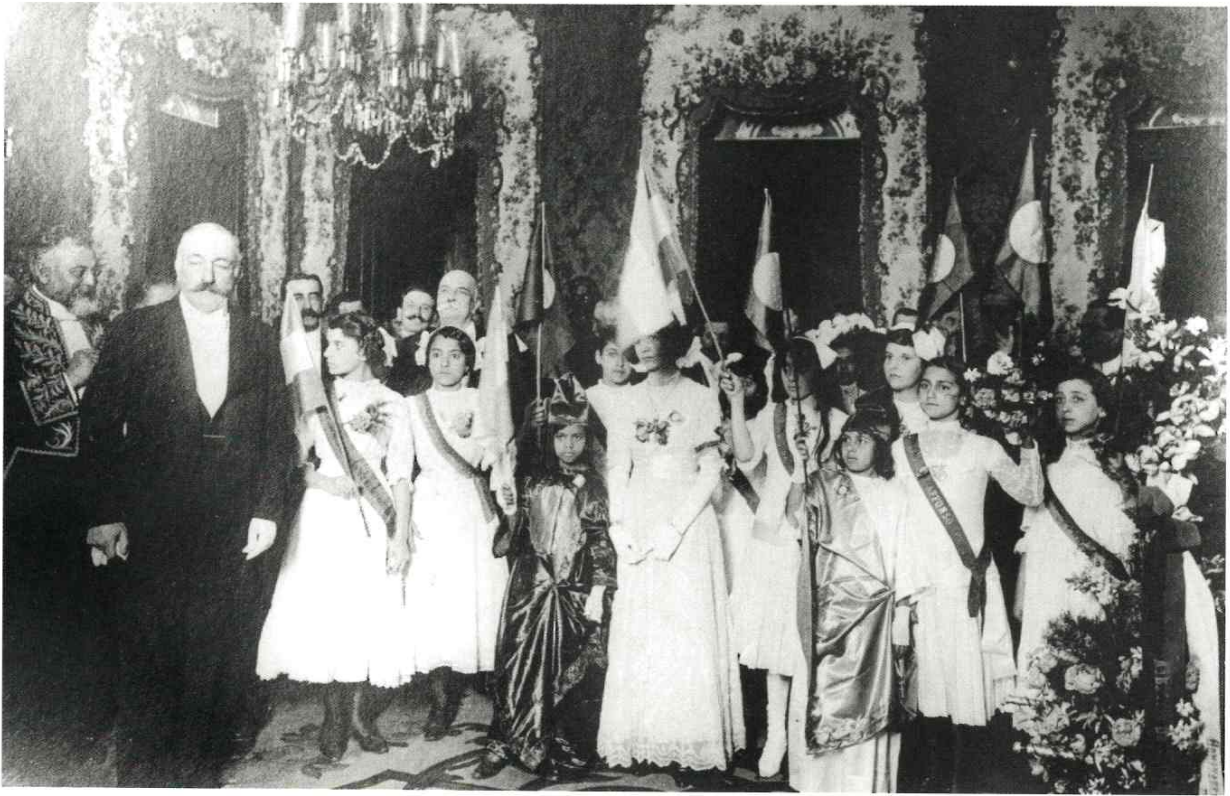
Fotógrafo: não identificado.

Aguardam o Presidente eleito, no cais Pharoux, o Barão do Rio Branco e o Senador Antonio Azeredo.

Política Externa Independente do começo dos anos 60, haviam aparecido as sementes de um novo paradigma talvez, que será retomado e desenvolvido, a partir de 1974, no Governo Geisel. Na raiz dessa tentativa de revisão era possível distinguir uma crise da convergência antiga de valores com os Estados Unidos e o Ocidente, que no Brasil se acentua sobretudo no segundo Governo Vargas sob o influxo conjunto do nacionalismo, das aspirações a um desenvolvimento autônomo e do marxismo.⁶²

Mais curiosa foi a sorte do paradigma nos países vizinhos. A Argentina fora, desde o início, a fonte das críticas mais duras, a principiar pela reação desfavorável à criação da Em-

baixada em Washington até de um jornal normalmente amistoso como *La Nación*. Ainda nos anos 60, um dos mais brilhantes e penetrantes analistas políticos argentinos, Oscar Camilión, escrevia um ensaio, a meu ver nunca superado, acerca da percepção que se tinha no nosso grande vizinho de *La relación argentino-brasileña*. O trabalho, publicado em *Temas Militares* e, sob forma um tanto modificada, em *Estrategia*, começava com um interessante estudo comparativo da atitude contrastante dos dois países em relação aos primórdios do panamericanismo, ainda em fins do século XIX. Diante da proposta de Blaine, Secretário de Estado do Presidente Cleveland, acerca do estabelecimento de



Visita do Presidente eleito da Argentina no banquete oferecido por Rio Branco a Saenz Peña no Itamaraty. Vêm-se o Presidente, o chanceler e um grupo de meninas.

Fotógrafo: não identificado.

Acervo do Museu da Imagem e do Som.

Os discursos então pronunciados foram importantíssimos. Rio Branco declarou que todos no Brasil, sem exceção, “desejam ver consolidadas para sempre e fortalecidas cada vez mais as antigas relações de amizade” entre os dois países e com os demais povos do continente. Saenz Peña tomou como feliz leitmotif a feliz expressão: “todo nos une y nada nos separa”.

uma união aduaneira do Alasca à Terra do Fogo, os delegados argentinos, refletindo os vínculos comerciais mais fortes de seu país com a Grã-Bretanha e a Europa em geral, tornaram-se o núcleo principal da oposição, em contraste com a postura em princípio favorável do Brasil (comparar com a inversão de papéis em relação à recente idéia de uma zona de livre comércio hemisférico levantada pelos Presidentes Bush e Clinton na esteira do NAFTA e objeto das negociações da ALCA). Camilión era especialmente crítico, em seu estudo, ao que percebia como uma busca consciente pelo Brasil do papel de *key country*, ao qual os norte-americanos delegariam a responsabilidade pela execu-

ção de sua política no Continente (é útil lembrar que o ensaio foi escrito sob a influência das idéias diplomáticas do Governo Castelo Branco, a da Força Interamericana de Paz, por exemplo). À luz desses antecedentes, não deixa de conter alguma ironia que os teóricos da atual política exterior argentina tivessem se apropriado explicitamente do legado conceitual de Rio Branco e Oswaldo Aranha, a fim de buscar contrabalançar o superior peso específico brasileiro mediante um estrito alinhamento com os Estados Unidos (Guerra do Golfo, Haiti, etc.). Os contemporâneos de Paranhos, habituados à linguagem coreográfica da quadri-lha, diriam que os dois países haviam obedecido ao comando de “*changez de place*” ...



O Que Faria o Barão Hoje ?

*Pistas sugeridas
por Suas Idéias Políticas.*



É sempre uma tentação especular sobre qual teria sido o comportamento do Barão perante um problema diplomático dos nossos dias. Na questão do Conselho de Segurança, por exemplo, o que faria ele se descobrisse que os americanos não favoreceriam um assento permanente para o Brasil? E diante da proposta da ALCA, desejaria aderir à sua implantação ou optaria por um esquema alternativo como o da ampliação do Mercosul ao conjunto sul-americano? Como teria reagido à Guerra do Golfo, à Guerra das Malvinas, às pressões em prol da não-proliferação das armas nucleares e dos seus vetores, à campanha antiterrorista após o 11 de setembro? O simples enunciado dessas questões hipotéticas basta para mostrar que se trata de um exercício em futilidade, tão diferentes são os problemas e as situações em relação às questões que enfrentou em seu tempo. Caso se admita, no entanto, que alguma analogia pode existir entre os tipos de desafios diplomáticos do passado e os do presente, então o único critério razoável a que poderíamos recorrer, a fim de tentar reconstruir o provável pensamento de Rio Branco, diante das questões de hoje, nos seria fornecido pelas características de sua personalidade e pelos valores e crenças que orientaram sua ação.

O Barão foi, até o fim, monarquista de convicções, reconciliado na prática com o regime republicano que lhe ofereceu as oportunidades e o poder que lhe haviam sido negados pelo sistema anterior. Sempre acreditou ser a monarquia parlamentar “uma forma de governo mais adiantada que a república”, não tendo sido em benefício da família de Bragança, mas do país “que os Andradas, Vasconcelos, Feijós, Evaristos procuraram fazer do Brasil uma exceção na América.”⁶³ Da república aceitava de bom grado o regime presidencial, pois “no meio da anarquia geral que ainda reina, sem dois grandes partidos, fortes e disciplinados, seria imprudente tentar o restabelecimento do regime parlamentar”. Rechaçava, porém, o federalismo, com governadores eleitos em cada Estado, e comentava em tom que se

poderia confundir com algumas críticas à Constituição de 1888: “Sem falar na bancarrota de vários Estados e nos muitos abusos que neles se têm enraizado, os inconvenientes da federação à americana revelam-se até mesmo no que diz respeito à nossa política externa.”⁶⁴ Para um espírito conservador como o seu, aquilo de que precisávamos, “depois de tantas reformas precipitadas e incon sideradas”, era de “fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional.”

Sua aversão à anarquia e a tudo que cheirasse a inspiração revolucionária era de tal ordem que prevaleceu sobre sua natural prudência e, quando começava apenas a sair do ostracismo para assumir em Washington a defesa do Brasil, na questão das Missões, o levou a reagir ao Despacho-Circular de julho de 1893, do Governo de Floriano Peixoto, recomendando fossem os ofícios encerrados com a saudação “Saúde e Fraternidade”, consagrada pela Revolução Francesa e pelos positivistas. No seu ofício de resposta, pedia para ser dispensado do emprego de uma fórmula de saudação que, “na República Francesa, onde teve nascimento, só é empregada hoje pelos discípulos da religião de Augusto Comte, e que só poderei empregar com o protesto, que desde já faço, de que isso não importará da minha parte adesão de espécie alguma à doutrina política e religiosa desse Filósofo”. Após sublinhar que a abolição da antiga fórmula – Deus guarde a Vossa Excelência – se havia feito em atenção às idéias filosóficas de alguns brasileiros, não sendo justo deixar de ter a mesma consideração com as crenças religiosas de outros, “sem dúvida muito mais numerosos”, terminava por advertir que a adoção da antiga fórmula de 1789 “induziria a crer no exterior que ainda estamos atravessando uma crise revolucionária”. Coerente com essas convicções, não perde tempo e, no dia seguinte à sua posse, manda eliminar da correspondência do Itamaraty as fórmulas positivistas – Saúde e Fraternidade, Vós, Capital Federal –, o que lhe valeu de Miguel Lemos um ataque à sua suposta “intoxicação sebastianista”, de que se poderia esperar que “não tarde a restauração dos títulos nobiliárquicos”.

Por inclinação pessoal que vinha de uma adolescência já dedicada aos estudos da história militar, Paranhos era partidário ativo da modernização das forças armadas, tendo seu



nome ficado ligado ao programa de renovação da frota. Favorável à profissionalização de um exército e uma marinha bem pagos e equipados, sua concepção de vida militar, como realça Álvaro Lins, era “rigorosamente contrária ao militarismo político, à anomalia do militar a intervir, como classe, nos movimentos políticos.” No dia 14, véspera da proclamação da República, enviava ao Visconde de Ouro Preto, com o pedido para serem traduzidos e oferecidos aos

oficiais brasileiros, “livros de instrução do exército da República Francesa, nos quais se ensina o que o oficial e o soldado devem aos poderes constituídos, e a fidelidade ao seu juramento”. Contra as acusações de militarista e imperialista defende-se, no Clube Militar, em discurso de outubro de 1911, pouco antes de morrer:

“Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colos-



Manobras do Exército em Santa Cruz em 14 de setembro de 1907.

Foto: Augusto da Malta.

O então Ministro da Guerra, Marechal Hermes, promoveu, pela segunda vez, grandes manobras em Santa Cruz. No grupo, sentados, no centro, o Presidente Afonso Pena tendo à esquerda o Ministro de Portugal, Camelo Lampreia; ainda sentados, da esquerda para a direita, personagem não identificado e o Ministro Rivadavia Correa; no extremo oposto, o Ministro Miguel Calmon. De pé, no centro, o Barão do Rio Branco e, encostado à coluna, em uniforme de campanha, o Marechal Hermes.



Manobras do Exército em Santa Cruz, em 14 de setembro de 1907.

Foto: Augusto da Malta. Acervo Museu da Imagem e do Som.

Rio Branco protege do sol sua filha Hortênsia.

sais. Limitei-me a lembrar ... a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de organizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos. Toda a nossa vida como estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do Governo brasileiro... Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força... se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos”.

A recusa do militarismo aparece também claramente em sua reação ao caso Dreyfus. Vivendo há muitos anos na França e com as idéias conservadoras que professava, da mesma forma que a maioria dos pertencentes ao seu círculo, seria natural que ele partilhasse dos preconceitos desencadeados na ocasião. Não é, porém, o que ocorre como se vê no seu Diário: “1899, 9 de set., sábado — Esta manhã

soubemos aqui que o Conselho de Guerra de Rennes, por 5 votos contra 2, condenou o capitão Dreyfus, vítima dos falsários do Estado-Maior do Exército francês, a dez anos de prisão, não obstante ter a discussão pública demonstrado que não havia prova alguma contra o acusado. *La France et l'armée sont déshonorées*, diz o *Journal de Genève* de hoje.”

Pouco depois condenava o imperialismo da Guerra dos Boers nesta carta a Nabuco:

“Eu sinto imenso que esse maldito Chamberlain tenha assim desprestigiado uma guerra injusta, e difícil à nossa velha Inglaterra, cuja influência no mundo, influência benéfica e civilizadora, eu desejaria ver aumentada. Se ela decair, teremos a influência da força e do militarismo. Deus nos livre disso.”

Ao contrário de uma imagem superficial que se popularizou posteriormente, Rio Branco era basicamente um ho-

mem de medida, um moderado por convicção e temperamento. As críticas que lhe foram dirigidas na questão do Acre tinham sido no sentido de que ele havia transigido demais ou que exagerara na generosidade com a Bolívia, ao aceitar a cessão de alguns territórios. Fez o mesmo no caso do Peru, repetindo o padrão ao retificar a fronteira com o Uruguai. A intransigência durante as negociações do Tratado de Petrópolis ficou paradoxalmente por conta de Rui Barbosa, o homem que encarnava a consciência liberal no Brasil.

A mesma atitude comedida e ponderada o inspirou no papel conciliador que veio a desempenhar em duas crises sul-americanas. A primeira ocorreu quando a Bolívia rompeu as relações com a Argentina, em razão do laudo arbitral desta última em favor do Peru no litígio que opusera os dois países andinos. Nessa ocasião, esforçou-se o Chanceler brasileiro em persuadir a Argentina a espontaneamente aconselhar o Governo peruano a ser generoso e ceder aos bolivianos o território por eles ocupado entre os rios Acre e Madre de Dóios. Explicava assim suas razões ao nosso representante em Buenos Aires, Domício da Gama:

“Partindo da Argentina o conselho, atenuaria ela o abalo produzido pelo laudo e agradaria a Bolívia sem prejuízo para o Peru.”

Em relação a outro litígio, este entre o Peru e o Chile, o próprio Governo peruano, antes hostil ao Ministro devido ao problema acreano, comunicou-lhe mais tarde, em nota confidencial, estar disposto a aceitar qualquer solução por ele proposta para essa questão (de Tacna e Arica), tal a confiança que seu equilíbrio inspirava. O conselho que transmitiu ao Chile na oportunidade foi também o de buscar a conciliação, a fim de evitar a guerra. “É mais prudente tran-

sigir do que ir à guerra. O recurso à guerra é sempre desgraçado.”

Não tendo os chilenos aceito o conselho, comentou com nosso ministro em Santiago:

“Foi transigindo com os nossos vizinhos que conseguimos pôr termo a todas as nossas questões de limites. Aconselhávamos, portanto, ao Chile que fizesse o que nós próprios temos feito”.

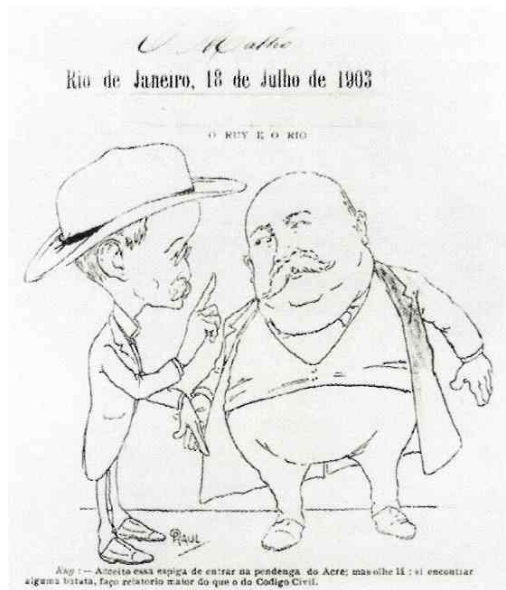
O Barão nunca temeu ser acusado de fraco ou excessivamente condescendente nas negociações pois entendia, conforme escreveu na Exposição de Motivos ao Tratado de Petrópolis que “as combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores.” Por essa razão, estava disposto a ceder, mesmo convencido de que, a rigor, e em caso extremo, po-

deria ter invocado motivos jurídicos para não fazê-lo. Em certo momento da negociação definitiva com o Peru, chegou a mandar dizer ao ministro do Brasil em Lima: “... acho que fiz concessões excessivas. Nenhum outro Ministro do Exterior aqui se animaria a propor tão grandes, nem teria forças para as defender”. Na Exposição de Motivos do novo tratado, após refutar a impressão falsa de que o Governo brasileiro se reservara a parte do leão, afirma:

“... o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos de direito.”

A propósito da longuíssima e por vezes tensa negociação com o Peru, Paranhos fez, num despacho a Lima, este comentário revelador de sua personalidade de diplomata da velha e sempre nova escola:

“Aqui não cantamos vitória e nada mais ridículo e inconveniente do que andar um diplomata a apregoar vitórias.”



As relações entre Rio Branco e Rui Barbosa foram tema de especulações, comentários e caricaturas. O desenho é de Raul Pederneiras, publicado n' *O Malho* de 18 de julho de 1903. “Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco”, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Em todas as concepções diplomáticas de Rio Branco há sempre, de modo explícito ou tácito, uma imagem idealizada do Brasil que justifica e explica as opções. Parafraseando o General Charles de Gaulle, ele poderia usar as palavras que abrem as “Memórias de Guerra”: “Toda a minha vida, eu me fiz uma certa idéia do Brasil.” Para de Gaulle, é sobretudo a excepcionalidade da história de seu país, na qual o contraste entre catástrofes e triunfos seria mais freqüente e dramático que em outras histórias, que lhe inspira visão heróica expressa em frases como essas: “a França não é realmente ela mesma senão quando se encontra na primeira linha (...) a Providência a criou para sucessos definitivos ou desgraças exemplares (...) a França não pode ser a França sem grandeza”.

Maquiavel é, de alguma forma, um ancestral de de Gaulle, pois para ele o fim do Estado deveria ser a busca da glória, conforme ilustrado no exemplo romano. Outros acreditaram na Santa Rússia, na Pátria do Proletariado, no *Manifest Destiny* dos Estados Unidos marcados pela superioridade da economia e das instituições, na reconstituição da supremacia do Islão, na milenar cultura da China, no Japão como “país divino”, no Reich de mil anos amparado na dominação da raça ariana.

Em meio a tanta exaltação perigosa, beirando às vezes a insanía, a percepção do Barão soa quase prosaica, em singeleza que nada tem de grandiloqüência ou superioridade. Voltando, por exemplo, à frase em que explicava porque corrigira a fronteira com o Uruguai, sem aceitar compensações, dizia que a razão era uma só: ficava bem ao Brasil, era uma ação digna do povo brasileiro. É altamente sugestivo, como completa o pensamento: o que ficava bem, a ação digna, era esse “testemunho do nosso amor ao direito”.

Essa é a chave que há de se tornar a encontrar em numerosos dos seus discursos ou escritos mais significativos. Embora não tenha passado de discreto estudante de direito, ele absorveu, segundo notou Álvaro Lins, o espírito do liberalismo jurídico que caracterizou tão profundamente a elite imperial, tornando-a refratária a ditaduras, golpes militares, às soluções de força.

Conforme assinalado no capítulo sobre o A.B.C., é justamente essa mentalidade do liberalismo jurídico, característica brasileira e latino-americana, que o diferenciava de modo decisivo e inconfundível dos estadistas do

imperialismo americano e europeu, Teddy Roosevelt, Bismarck, Disraeli, não obstante a tendência superficial de se querer às vezes assimilá-lo a esses exemplos. Selecionei a frase sobre o Uruguai por sua utilidade para exemplificar como, a partir de um valor pessoal – o culto ao direito – se pode edificar a imagem de um país.



Ao timão da política internacional, Rio Branco assume, no traço de Lobão (João Batista Ramos Lobão), as feições de Bismarck.

Uma imagem que associava admiração e crítica, foi publicada no

O Malho de 1º de agosto de 1908.

“Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco”,

Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

É fundamental, para captar o sentido da evolução diplomática de qualquer país, perceber como se desenvolve esse processo pelo qual valores e convicções, pacíficos ou belicosos, vão gradualmente dar forma a imagens e projetos de inserção daquela nação no mundo, decorrendo da imagem certos objetivos a alcançar e meios a utilizar.

É óbvio que a escolha dos fins encarnados na “idéia de país” determina, em certo grau, a dos meios, a expansão territorial, por exemplo, sendo mais difícil de conciliar com o emprego exclusivo de instrumentos jurídicos.

Os objetivos podem mudar radicalmente e com isso se altera a própria concepção do projeto nacional. Em certo momento do século XVI, as elites inglesas desistiram de vez das lutas de três séculos para dominar parte da França, pondo fim a objetivo que tinha levado à guerra dos Cem Anos, o surgimento de Jeanne d’Arc, e inspirado várias peças a Shakespeare, entre outras conseqüências. Abandonam Calais e se dedicam a criar o poder naval que mudaria a face da terra.

No mesmo século XVI, os suíços, após a derrota de Marignano, renunciam ao sonho de dominar a Lombardia, como os suecos farão em relação ao Báltico, dois séculos mais tarde, depois das desventuras de Carlos XII. A partir de então, esses dois povos dirigem suas energias a metas internas, de prosperidade, educação, economia, bem-estar e neutralidade.

A “idéia” de país, os valores e as qualidades que lhe são atribuídas, não possuem plena realidade objetiva, pois fazem parte do universo ideológico, quer dizer, do conjunto de convicções e crenças que um grupo nacional concebe, em função do que crê ser seu interesse. Aliás, já vimos que os objetivos e os projetos se alteram e o que vale hoje pode não valer amanhã. O que importa é que sejam válidos para os interessados no momento, que sejam “infinitos enquanto duram”.

A época de que se ocupa este estudo biográfico coincide com o ponto culminante do sistema internacional iniciado com os tratados de Westfália, após a guerra dos Trinta Anos (1648), sistema formado por Estados territoriais, isto é, que realizam seus objetivos básicos por meio da conquista, manutenção e consolidação do território. É em torno de questões ligadas de um modo ou outro ao território que se travam os conflitos repetidos do período entre 1648 e 1914. Alguns desses problemas territoriais, por exemplo, os decorrentes da dissolução de impérios multinacionais, ficaram encruados desde o fim da Primeira Guerra Mundial e continuam até hoje a provocar conflitos como os da Bósnia, do Kosovo, do Cáucaso, etc.

Desse ponto de vista, o Brasil de fins do século passado e começos deste se apresenta como nação satisfeita, no essenci-

al, com o “*status quo*” territorial. Não é este um juízo de valor, a insinuar que éramos mais virtuosos que outros. Apenas se constata aqui um fato, o de que a expansão territorial brasileira já havia, em grande parte, ocorrido nos séculos anteriores, com a vantagem de que ela se fizera em relação a espaços teoricamente pertencentes à Espanha mas na prática “*res nullius*”, quer dizer, terras sem habitantes ou povoadas por índios, o que dava na mesma para portugueses e espanhóis. Salvo no caso do Acre, tratava-se de consolidar, de assegurar o território, escolhendo para isso o instrumental jurídico mais adequado, o “*uti possidetis*”, de fato, o conceito mais favorável a quem dispõe da posse efetiva mas não de títulos.

Desenhar o mapa não é só separar, traçar no terreno a linha entre “nós” e “eles”. É escolher se a linha será livremente aceita ou imposta pelas armas, se há de continuar como zona de tensão e conflito ou se tornará traço de união e de intercâmbio.

Delimitar o território é o primeiro ato da inserção do país no mundo. Da maneira que se realiza esse ato vai depender muito do que virá depois, mesmo a personalidade diplomática, até certo ponto determinada pela natureza das formas iniciais do relacionamento: quem escolheu o império, por exemplo, dificilmente se livra da necessidade de manter comportamento conquistador, belicoso, agressivo (veja-se o caso da Rússia no Cáucaso, por exemplo); em contraste, quem foi vítima de dominação, tende a um temperamento internacional recalcado, defensivo, rancoroso, desconfiado. A vocação para a sociabilidade e a convivência de quem está em paz consigo, com os vizinhos e os demais, na base de fronteiras definidas e aceitas pacificamente, constitui a substância do pensamento de Rio Branco, sobre a inserção que ele desejava para o Brasil.

Paralelamente a esse problema, que se resumia em consagrar em definitivo as fronteiras herdadas por meio de negociações, tratados ou arbitramentos, havia também que cuidar dos remanescentes da fase anterior, quando as lutas de formação dos Estados nacionais no Prata vizinho tinham por vezes acarretado intervenções brasileiras, com seu rasto de desconfianças, tensões e rivalidades, que será necessário gerir por longo tempo.

Essa “idéia” de um Brasil fiel aos compromissos jurídicos, com diplomacia de moderação e equilíbrio, disposto a

O MANIFESTADO DE SABBADO PASSADO



• Obrigado meu povo, obrigado!

Após o Tratado de Petrópolis, Rio Branco é alvo de uma grande homenagem no Rio de Janeiro. O desenho de Bambino (Artur Lucas) foi publicado pelo *Jornal do Brasil* em 22 de fevereiro de 1904.

“Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco”,
Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

transigir, sem intentos agressivos ou intervencionistas, é a que o Barão vai formular e oferecer aos brasileiros e estrangeiros, em textos que valorizam a confiança no direito, a recusa a sonhos hegemônicos, e a afirmação da não-ingerência, até hoje temas constantes do discurso diplomático brasileiro. O contraste não poderia ser maior com o discurso freqüentemente truculento de Teddy Roosevelt, apesar da aproximação diplomática da época entre o Brasil e os EUA.

Não se encontrará nesses textos nem sombra de expansionismo territorial ou de intervencionismo agressivo. Se não nos faltasse o espaço, seria interessante cotejar, lado a lado, sobre os principais temas internacionais, o discurso diplomático de Rio Branco com os pronunciamentos oficiais

norte-americanos, a doutrina do Destino Manifesto, a retórica vitoriana do Império britânico, as opiniões de Cecil Rhodes, os poemas de Kipling sobre o “white man’s burden”, os pronunciamentos do governo francês, do Kaiser Guilherme II, invariavelmente de promoção do conceito de império.

Nesse aspecto decisivo, é preciso qualificar a afirmação de que o Barão era por completo homem do seu tempo, pois aqui ele se separa nitidamente do pior da época, a embriaguez do nacionalismo desmedido, do culto do poder e da força militar, que iriam levar à catástrofe e destruição daquele mundo de falsa tranqüilidade. Aliás, no episódio que marcou tanto o momento, o do processo contra o capitão Dreyfus, antecipação dos monstruosos ódios do século XX, divisor de águas entre a fidelidade à justiça e a cegueira do preconceito e do interesse de classe, ele, conservador mas não reacionário, sentiu que a França e seu exército se haviam desonrado, ao contrário de gente como Paul Valéry, Cézanne, Degas, que se alinharam com a mentira e a injustiça.

Mas não é só na concepção do próprio país que ele se afasta das posições dominantes. O mesmo sucede em aspectos importantes de sua visão do mundo, o quadro de referências que condicionava a realização plena do potencial do país. Ele se situa aqui – sempre o “*juste milieu*” – a meio caminho entre Rui Barbosa e os expoentes do radical jurisdicção latino-americano, num extremo, e os cultores do poder puro, propugnadores do imperialismo, no outro.

Os primeiros tendiam a exagerar o peso efetivo do Direito Internacional e a subestimar a centralidade do poder, num mundo ainda dominado por soberanias. Sustentavam a igualdade jurídica das nações contra a evidência da desigualdade dos meios para fazer valer essa igualdade. Os últimos se filiavam à escola desabusada dos que declaram: “o poder nasce da boca do fuzil” e perguntam: “de quantas divisões dispõe o Papa”?

Rio Branco nunca perdeu de vista que o poder, isto é, a capacidade de impor sua vontade aos outros, é a realidade primordial, onipresente, na vida internacional. Sabia, por outro lado, que o poder pode ser a mais importante mas não é a dimensão única e exclusiva dessa realidade, que a vida internacional, como a vida social em geral, não é feita apenas de conflito, mas de uma tensão dialética entre conflito e colaboração. Os que empobrecem a política internacional, redu-

zindo-a ao poder e ao conflito, negando para os Estados a existência ou o sentido de valores como dignidade, honra, auto-respeito, praticam um falso e grosseiro realismo.

Ele reconhecia, além disso, que assim como nenhum país dispõe do poder total, nenhum é totalmente desprovido de algum poder. A questão se resume toda em saber utilizar o limitado poder ao alcance de cada um, buscando aumentá-lo ou complementá-lo por meio de alianças, quer dizer, com o poder dos outros ou por modos diferentes, conforme sugeria ao dizer que os meios persuasivos eram os únicos de que poderia lançar mão uma nação como o Brasil, sem força suficiente para impor a vontade a uma grande potência militar.

A aliança com os EUA servia a esses objetivos e foi o principal meio de que lançou mão para inserir o país no mundo. Quando vê, todavia, na Segunda Conferência da Haia, que, fora do âmbito hemisférico, os americanos preferiam alinhar-se aos europeus e relegar o Brasil à injustificada posição subalterna, não hesita em mudar radicalmente de posição e votar contra as grandes potências, na linha das instruções que enviou a Rui Barbosa.

O episódio é significativo por revelar não só a inexistência de alinhamento automático com os Estados Unidos, mas por indicar os limites da aliança não-escrita e a possibilidade de explorar alternativas. Esses limites aparecem no momento em que se manifesta a impossibilidade de mobilizar a influência de Washington, a fim de promover o prestígio e, portanto, o poder brasileiro. Isto é, sempre que o interesse nacional se choca com o americano.

Em citação transcrita acima,⁶⁵ sublinhei o trecho em que Bradford Burns reconhece que Rio Branco não foi obsequioso em relação à política dos EUA, com a qual não concordou cem por cento. Quando ela coincidia com os interesses brasileiros, o que acontecia na maioria dos casos, na opinião do Barão, este procurava servir-se dela para seus próprios objetivos. Caso contrário, não tinha dúvidas em contestá-la.

O mesmo historiador acentua a desconfiança que o chanceler entretinha a respeito das intenções norte-americanas na Amazônia,⁶⁶ patenteada às vezes em incidentes menores – a viagem, Amazonas acima, de grupo de turistas ianques, em 1905 – ou quase anedóticos na mineirice da dissimulação, como a história, seríamos tentados a dizer o “causo”, narrado por João Franck da Costa em “Rio Branco, Nabuco

e o Americanismo”. Sucede, de fato, que, a certa altura, um pastor protestante, que havia passado uns tempos em terras amazônicas, começa a propalar horrores, em artigos e conferências, a propósito do “Inferno Verde”. Nabuco, este sim imbuído, talvez devido à função de embaixador, de genuíno e acrítico entusiasmo pela aproximação com os Estados Unidos, pede licença para contestar publicamente as críticas e mostrar as riquezas e belezas da floresta amazônica. Para sua surpresa, o Barão manda instruí-lo a não dizer nem fazer nada: é melhor deixar que os gringos creiam na crônica negra do que açular-lhes incautamente o apetite ...

É verdade, no entanto, que os desentendimentos ocorridos na Conferência da Haia não passarão de crise passageira nas relações bilaterais brasileiro-americanas, destinadas a ser, até a morte de Paranhos, o fulcro dos seus esforços para inserir o Brasil no mundo em condições vantajosas.

Poderia ter sido diferente ou, dito de outra forma, conviria que tivesse sido diferente? É duvidoso. Não que a opção preferencial pelos Estados Unidos não tenha sido criticada, então ou mais tarde. Quase sempre, porém, as críticas, embora contendo elementos válidos, não conseguiram propor alternativas nitidamente superiores. As mais convencionais preferiam política de reforço dos laços com a Europa. Outras foram mais originais, a melhor de todas o trabalho de um estudante de 20 anos, Alfredo Gentil, escrito para marcar o primeiro aniversário da morte de Rio Branco. Em “O Brasil e o Internacionalismo” (1913), Gentil mostra-se em geral favorável ao Barão mas censura-lhe a política excessivamente pró-americana e de insuficiente atenção ao desenvolvimento de relações mais estreitas com os países hispano-americanos. Tais pontos, sobretudo o último, encontram-se também com frequência nos escritos de Oliveira Lima.

A linha europeizante pecava por tradicionalismo idealizador do passado, esquecida de que o governo imperial havia posto fim à predominância britânica e aos tratados desiguais com as potências européias, porque esse tipo de relacionamento perpetuava a exploração econômica (os acordos comerciais) e a inferiorização do Brasil. Desconhecia que o imperialismo europeu era realidade próxima, imediata; afinal, tínhamos fronteiras com três potências européias. Com duas delas, nossas experiências recentes não encorajavam ilusões: a Grã-Bretanha havia ocupado a ilha da Trindade em



Rio Branco recebe o Presidente eleito da Argentina, Dr. Roque Saens Peña, 1910

Fotografia de Augusto Malta

1895 e a França provocara os incidentes armados de Calçoene, com perdas humanas, mais ou menos pela mesma época. A Alemanha, por sua vez, violara a soberania nacional, ao fazer desembarcar em Itajaí uma patrulha naval do encouraçado Panther, para dar caça a um refratário em solo brasileiro. Em quase todos esses episódios, a opinião pública e o governo dos EUA haviam tomado o partido do Brasil e Rio Branco contava com o apoio americano para neutralizar ameaças européias fronteiriças ou de outra natureza. O jovem imperialismo ianque poderia ser tão agressivo como o do Velho Mundo, mas preferia exercitar-se contra o México, Cuba, Panamá, a América Central ou o Caribe, em lugar de pressionar-nos no Oiapoque ou em Roraima.

Os pró-europeus eram menos perceptivos do que o chanceler, em relação à emergência dos Estados Unidos como potência global. Tendiam a enxergar o sistema internacional como algo estático, perpetuamente dominado pela Europa. Não se davam conta de que o Brasil nada tinha a oferecer a

esta, em troca do seu apoio diplomático. Ao contrário, no caso de Washington, não havia conflito de interesses potencial ou atual (não tínhamos fronteira comum), os ganhos comerciais eram já realidade e existia a possibilidade de permutar o apoio do Brasil à política pan-americana e hemisférica dos EUA pelo reforço americano às negociações fronteiriças ou à busca de projeção por parte do Brasil.

Quanto à outra crítica, a de ter dado muito mais importância às relações com os Estados Unidos do que às com a América Latina, ela é em certo sentido procedente, mas deve ser consideravelmente matizada e qualificada. A posição extrema, de uma alternativa excludente, absoluta – ou Estados Unidos, ou América Latina –, era obviamente inexequível, ontem como hoje. Mesmo unificados sob relativa liderança brasileira (proposição altamente improvável, para não dizer fora da realidade), tratava-se de países sem poder e de escassa influência. Deles nos separavam decisivamente as questões territoriais pendentes. Como observa Bradford Burns, a úni-





Governo Nilo Peçanha.

Rio de Janeiro, 1910.

Phot. Academica - Rio de Janeiro.

Rio Branco aparece como figura central na fotografia do Ministério.

BARÃO DO RIO BRANCO

ca esperança que teriam os hispano-americanos para pôr em xeque o Brasil, nessas questões, seria a de se unirem todos em oposição e de obterem o respaldo dos Estados Unidos. As rivalidades nacionais impediram tal ação unificada e, em caráter individual, nenhum deles teve êxito em conquistar o apoio de Washington.⁶⁷

Contudo, o contencioso territorial ainda em aberto inibia qualquer aproximação maior entre o Brasil e muitos dos vizinhos. No despacho que Rio Branco remete à embaixada em Washington, a respeito do programa do 3º Congresso Internacional Americano, a reunir-se no Rio de Janeiro, esses problemas aparecem claramente, quando ele diz: “Perante árbitros hispano-americanos estaríamos sempre mal, o Brasil, o Chile, os Estados Unidos. Temos questões territoriais pendentes com o Peru e a Colômbia, e também questões de navegação fluvial (...) Sempre sustentamos a nulidade do Tratado preliminar, ou provisório, de limites de 1777. Todos os nossos vizinhos, como agora a Colômbia e o Peru, opinaram pela sua validade. Não poderiam, portanto, ser juízes aceitos pelo Brasil.”⁶⁸

Não obstante o peso do passado, sua percepção era realista. “Um acordo geral de todas as nações americanas é mais impossível ainda que entre as européias”, comenta no mesmo despacho citado antes. A razão era simples: o concerto europeu era formado apenas pelas grandes potências; na América, o acordo, para ser viável, só devia ser tentado entre os EUA, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. “Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número (...)” O realismo da previsão confirmou-se em 1926, quando o Brasil pretendu representar permanentemente a América Latina no Conselho da Liga das Nações e foi desautorizado pela maioria.

De qualquer modo, não se pode negar-lhe o mérito de haver tentado. O intento mais sério de dar expressão institucional à opção sul-americana ocorre com o anteprojeto do Tratado do A.B.C., para estabelecer uma espécie de Conselho de Segurança na América do Sul por meio do entendimento e da colaboração entre a Argentina, o Brasil e o Chile, idéia manifestamente prematura, mas que não deixa de antecipar, em vários pontos, a aproximação brasileiro-argentina pós-1985, os acordos de salvaguardas e renúncia a armas nucleares entre Argentina, Brasil e Chile, a gradual edificação do Mercosul e a associação chilena. É curioso como

se esboçam, já então, alguns dos problemas comerciais que adquiriram intensidade muito maior em nossos dias.

Em 1907, a Argentina pleiteia assinar com o Brasil tratado comercial pelo qual lhe concederíamos, para alguns produtos, redução tarifária de 20%, idêntica à outorgada aos EUA, em troca da supressão de direitos sobre o café. O Barão recusa com o argumento de que os americanos importavam cerca da metade da exportação brasileira de café (6.100.000 sacas) contra apenas 120.000 compradas pela Argentina. “Não basta que um país suprima os direitos sobre o café para que fiquemos obrigados a tratá-lo no mesmo pé de igualdade com os Estados Unidos. É necessário que um tal país nos compre café em quantidade que ao menos se aproxime da que nos compram os Estados Unidos. (...) Somos e queremos ser sempre bons amigos da Argentina, mas questões de intercâmbio comercial não são questões de amizade, e para a nossa exportação a Argentina está muito longe de ser o que são os EUA. Não é o Brasil que tem de dar compensações ao fraco comprador que é para nós a República Argentina; é ela que deve dar compensações ao grande comprador de produtos argentinos que é o Brasil.”⁶⁹

Muita coisa desde então mudou na intensidade, no relativo equilíbrio e na natureza mesma desse intercâmbio, agora consolidado no Mercosul, mas algo desse espírito persiste em reaparecer de tempos em tempos. O importante, todavia, é que o texto indica com clareza a inexistência, na época, do substrato material mínimo que seria indispensável para dar sustentação a uma política latino-americana mais ambiciosa para o Brasil.

À luz da análise feita de outras possíveis opções, fica patente que a modalidade de inserção do Brasil, no sistema internacional, escolhida por Rio Branco, foi particularmente feliz, posto que combinou em paradigma efetivo três elementos fundamentais: a política territorial, as relações com as grandes potências e as de vizinhança e simetria. Um fator decisivo foi o ter sabido detectar a centralidade da emergência dos Estados Unidos na estrutura política e econômica de um mundo em mutação e de haver sido capaz de estabelecer, com esse pólo em ascensão, relacionamento mutuamente proveitoso.

No fundo, talvez tenha sido supérfluo todo esse nosso esforço para demonstrar o óbvio: que na época em que se



desenvolveu e nas sucessivas, a diplomacia do Barão teve inigualado sucesso junto a brasileiros e estrangeiros, porque foi constantemente confirmada e consagrada pelos resultados. Ninguém expressou melhor essa sensação do que Sarah Bernhardt, ao cumprimentá-lo por ocasião de sua visita ao Rio, em 1910: “C’est si bon de vaincre, vous le savez mieux que personne, Monsieur le Baron!”⁷⁰

De certo modo, a política externa de Rio Branco acabou vítima do seu excesso de êxito e do insuficiente sentido de tempo de seus pósteros. Concebida em resposta a estímulos de mudanças políticas e econômicas de uma época e como instrumento para atingir determinados objetivos decorrentes de “certa idéia de Brasil”, ela se converteu em paradigma supostamente válido para todos os tempos, moldura ou modelo conceitual aplicado às mais diversas situações, décadas após sua morte. Segundo lembramos anteriormente,⁷¹ transcorridos quarenta anos, Oswaldo Aranha reafirmava versão extrema desse paradigma em plena Guerra Fria, em fase de baixa prioridade dos interesses brasileiros em Washington, que já dera, desde o fim da Segunda Guerra, provas sobejas de relutância em estimular o predomínio do Brasil na América do Sul. Nosso problema era então outro, o de assegurar o financiamento dos EUA aos programas de desenvolvimento da economia brasileira. Continuava-se, todavia, a embrulhar os novos objetivos no velho envoltório, a despejar vinho novo em odre velho.

Se vivo fosse, o Barão teria perfeitamente compreendido a necessidade de atualizar o discurso e os objetivos diplomáticos, fazendo-os corresponder às novas prioridades, superadas, devido ao seu próprio êxito em realizá-las, as antigas de natureza territorial e política. Em seu tempo, não se falava ainda em desenvolvimento, palavra que pertence ao vocabulário do segundo pós-guerra, mas já estavam presentes em seu pensamento os componentes essenciais desse conceito.

Atente-se, por exemplo, no discurso que pronunciou por ocasião do III Congresso Científico Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro, em 1905: “(...) a Nação Brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores, e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a

julgar menos bem ocupado”. E, mais adiante: “É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa grande e querida irmã do Norte, a *competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo*”⁷² (grifado pelo autor).

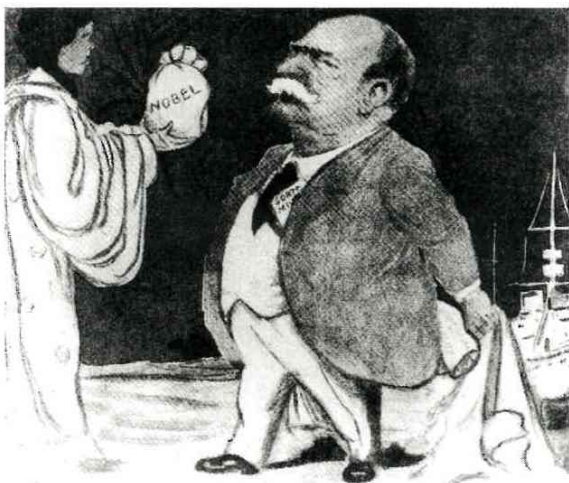
Meio século após o discurso nos levaria justamente ao momento em que Aranha falava na E.S.G. e o debate público no Brasil começava a ser cada vez mais dominado pela temática do desenvolvimento: a campanha do petróleo, a fundação da Petrobras, a remessa dos lucros, o problema do estrangulamento externo e do financiamento aos projetos de infra-estrutura, da indústria pesada. Logo em seguida viria o quinquênio de Kubitschek, os “50 anos em 5”, o programa de metas, a Operação Pan-americana, a Aliança para o Progresso, a criação do BID, a ALALC e os inícios da integração latino-americana, enfim uma diplomacia cada vez mais voltada para o desenvolvimento.

O tema central do pronunciamento no Congresso Científico é a busca do equilíbrio internacional por meio de desenvolvimento que elimine ou reduza o diferencial de poder, responsável pela vulnerabilidade do continente sul-americano (“que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado”). O equilíbrio, nesse contexto, é desejável em relação aos “mais poderosos Estados do mundo”, à “nossa grande e querida irmã do Norte”, mas igualmente ao Brasil, que “quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes”. O caminho para isso é um só, como indicado em outro discurso: “Quando, pelo trabalho de anos, e muitos anos (...) tiverem conseguido igualar em poder e riqueza a nossa grande irmã do Norte e as mais adiantadas nações da Europa (...)”⁷³

Quantos seriam esses “muitos anos”? O chanceler julga em 1905 ser indispensável que em meio século, quatro ou cinco, ao menos, das maiores nações latino-americanas atinjam tal nível. O trecho vem destacado em Delgado de Carvalho, que comenta: “A cinquenta anos de distância destas palavras, vale a pena citar a frase (...) que leva à meditação”.⁷⁴ Com mais razão diríamos nós agora, a noventa e sete anos, quase um século de distância, do que não era um vaticínio mas uma advertência. Tingida talvez de boa dose do otimismo do começo do século XX, antes da guerra de 14, da depressão de 29, quando se acreditava no progresso como

linear, irreversível, quase inevitável, apenas questão de tempo, de um mínimo de organização: a ordem como base, o progresso como consequência. Não se suspeitava então que ficaria cada vez mais difícil entrar para o clube dos poderosos, que o abismo entre ricos e pobres tendia a se alargar sempre mais, que aproximar-se dos Estados Unidos e da Europa seria como a quimera de tocar com as mãos um alvo móvel: quanto mais nos esforçamos por chegar perto, mais celeremente ele se afasta de nós. Quantos hoje seriam ainda capazes de crer na possibilidade de igualar os Estados Unidos ou de escrever, como fazia Oliveira Lima: “Os verdadeiros obstáculos a opor à conquista americana são os da nossa própria valia e do nosso próprio progresso”?

Em outros termos, o que ressalta desses textos é como Rio Branco e seus contemporâneos subestimaram, no fundo, a dificuldade de superar a desigualdade e a assimetria do sistema internacional de poder, maiores em nossos dias do



Caricatura do Barão. “Candidato ao Prêmio Nobel”.

“Ugo Leal” (Vasco Lima) in “O Gato” de 15.11.1911, nº08, ano I, reproduzida in “Don Casmurro”, op. cit. pg.68.

Charge relativa à eventual concessão do Prêmio Nobel da Paz, recordando a compra dos cruzadores e rearmamento do Exército.

que jamais o foram no passado. É um fato que, no que dependia dele, tudo fez para combater a disparidade, indo muito além do habitualmente esperado de um chanceler em país “normal”. Em “Ordem e Progresso”, Gilberto Freyre destaca justamente “a idealização do Itamaraty, dirigido pelo Barão

do Rio Branco, como órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral”,⁷⁵ de um “Itamaraty que foi também, no Brasil dos dias do Barão, uma espécie de Ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e Ministério também de Informação ou Propaganda, de certo modo responsável pela “bonne presse” francesa e às vezes inglesa, em torno de valores brasileiros”.⁷⁶

Com seu estilo colorido, Freyre evoca os tempos em que o chanceler se cercava de “homens não só inteligentes, cultos, e polidos como altos, belos e eugênicos, (...) animais de bela estampa (...): homens que, completados por esposas formosas, elegantes e bem vestidas, dessem ao estrangeiro a idéia de ser o Brasil – pelo menos sua elite – país de gente sã e bem conformada”.⁷⁷ Nada disso surpreenderia quem se lembrasse do discurso de saudação a Cabo Frio, perpassado pelo “ethos” aristocrático e a admiração pela estatura elevada, o porte ereto, as maneiras distintas, em suma, por concepção segundo a qual as qualidades interiores, intelectuais, deveriam encontrar expressão na elegância exterior.

A fim de promover esse programa de aprimoramento do país, ele teria mesmo se interessado pela instalação de colégios elegantes onde freiras francesas ensinariam às meninas bem nascidas a falar francês com boa pronúncia e adquirir maneiras refinadas.⁷⁸ Tampouco surpreende esse traço em alguém que chegava à minúcia de desenhar pessoalmente as mesas de banquete, com a indicação de onde deveriam ser colocadas as flores e sentadas as pessoas....

O mais interessante é a observação perceptiva do autor de “Ordem e Progresso”: sob sua direção, o Itamaraty tinha deixado de ser instituição puramente diplomática para transformar-se em sistema “de organização e definição de valores superiormente nacionais: sistema a que o Barão comunicou sua imagem de superprotetor de uma pátria a seu ver necessitada do respeito dos europeus e dos anglo-saxões, para crescente afirmação do seu prestígio”.⁷⁹

O importante no trecho não é apenas a explicação da persistente posição privilegiada que o Itamaraty até hoje ocupa na sociedade brasileira, sem paralelo com a do aparelho diplomático em qualquer outra nação, como se se tratasse um pouco do “país ideal” que todos gostaríamos que fôssemos,

em contraste com o “país real” que somos. O aspecto mais penetrante da observação é chamar a atenção para o papel de Rio Branco como organizador e definidor de valores superiormente nacionais. Quer dizer, já que a idéia de Brasil do chanceler era uma *“cosa mentale”*, uma concepção idealizada para melhor permitir sua acolhida e recepção pelo mundo exterior, mas em muitos pontos destoante da realidade, não bastava vender aos estrangeiros a imagem criada. Era igualmente preciso criá-la na realidade, transformando essa própria realidade, a fim de aproximá-la da imagem abstrata, do seu modelo ideal. Ou melhor dito, não era só uma “certa idéia de Brasil” que se poderia atribuir ao pensamento do Barão, da mesma forma que uma “certa idéia da França” ficou indissolúvelmente ligada às páginas de memórias de de Gaulle. Tanto um como o outro tiveram o mérito de tentar construir, até certo ponto, essa idéia de país não apenas no discurso, mas na realidade.

Em qualquer balanço objetivo que se faça dessa obra específica de inserção de um país no sistema internacional de sua época, é impossível escapar à conclusão de que o saldo é eminentemente positivo. A um século de distância do seu começo (1902) e a noventa anos de seu término (1912), a

construção continua tão sólida como antes. O Acre, as fronteiras, aí estão, incontestadas e, salvo um ou outro ajuste esporádico, há muito deixaram de constituir problema, a ponto de que a Divisão de Fronteiras, ilustrada por gente do porte de Guimarães Rosa, freqüentemente tem ficado largos anos sem chefia. É verdade que seguem em geral tão esquecidas como se encontravam no tempo em que o chanceler queixava-se de que estávamos separados dos povos vizinhos por desertos imensos. Como discordar, quando se observa o que se passa na Colômbia e outros países limítrofes, os perigos de transbordamento além-fronteiras da guerrilha e do narcotráfico, o crescente e imprevisível papel dos americanos na luta contra essas ameaças? Já aí, porém, não é culpa do Barão mas de não se ter cumprido, em meio século, o que ele de nós esperava...

Mas não é só a política territorial que ficou. A idéia de um Brasil não-expansionista, satisfeito com o *“status quo”* fronteiriço, confiante no Direito Internacional, nas soluções negociadas, fiel à não-interferência, incorporou-se de tal modo ao discurso diplomático brasileiro que se tornou intemporal como se tivesse sempre existido. Rio Branco mesmo gostava de fazer crer que tudo isso vinha do passado monárquico,



Recepção a um chefe de delegação à III Conferência Internacional Americana, 1906.

Fotógrafo não identificado.



mas basta reparar na não-ingerência ou no pacifismo para concluir que a afirmação só é parcialmente verdadeira. De qualquer forma, deve-se a ele a sistematização e consolidação do ideário externo do país, em termos de objetivos e métodos, conjunto de características que se internalizou tão completa e profundamente que passou a ser impensável imaginar um Brasil de personalidade internacional diferente. Embora possa haver nesse ideário elementos ideológicos, pertencentes ao domínio das aspirações mais que ao das contingências (a questão acreana, por exemplo, constituiu exceção à satisfação com o *“status quo”* territorial), ele corresponde basicamente à realidade objetiva. Tome-se, por exemplo, a cultura da paz, o padrão institucionalizado de resolver divergências por meios não-belicosos. Se excetuarmos os dois conflitos mundiais aos quais fomos arrastados por razões de natureza global, a última guerra puramente nacional na qual o Brasil se envolveu como ator primordial, a da Tríplice Aliança, teve fim em 1870. Quantos países do porte do nosso podem invocar período ininterrupto de paz com os vizinhos de mais de 130 anos de duração?

Permanece também como lição adequada para nosso tempo a necessidade de construir as bases de um Estado brasileiro eficiente, capaz de defender o país e promover o desenvolvimento, como fez o chanceler com o Itamaraty e ajudou a fazer na modernização do Exército e da Marinha. Recebeu uma repartição com apenas 27 empregados e converteu-a em instituição modelar, até hoje ilha de eficiência no serviço público brasileiro. Em sociedade frágil, provinciana, de agudo subdesenvolvimento, onde os analfabetos eram 84% (em 1890), teve de ocupar-se até de promover a cultura, de abrir o país para o mundo. Não seria ele certamente que se engajaria no imprudente desmantelamento do Estado, em nome de uma globalização e liberalização que exigem, ao contrário, forte e efetivo Estado regulador. Aliás, em fase anterior desse processo de privatização de funções do Estado, ele soube resistir pois, como disse Gilberto Freyre, sua intervenção “no caso do *Bolivian Syndicate* marcou significativa vitória da diplomacia brasileira contra a pior forma de imperialismo anglo-americano que então se esboçou na América do Sul”.⁸⁰

Essa idéia de Brasil passou, portanto, de inovação a lugar comum. A visão do mundo e a maneira de nele inserir o país também pareceram intocáveis durante décadas, até envelhecerem como tudo que pertence à história. Continua válido o

objetivo de buscar para o Brasil, “na esfera das grandes amizades internacionais”, o papel ao qual o qualifica a “aspiração da sua cultura”, fórmula curiosa que o Barão surpreendentemente coloca antes da grandeza territorial e da população, como a antecipar que é o desejo de participação global, a disposição de aceitar responsabilidades, que credenciam as nações a serem promovidas a nível mais alto do processo decisório. Sua lucidez na defesa da soberania, na firme recusa da ingerência dos poderosos, são outras tantas pistas valiosas para imaginar como ele se portaria diante dos desafios do nosso tempo.

Estes se resumem, no presente como no passado, na adequada inserção do Brasil no mundo como condição que determina a realização do próprio potencial do seu povo. Inserção num sistema onde o problema não é, como se diz, o desaparecimento de todas as soberanias, mas a desmesurada afirmação de algumas poucas soberanias poderosas em possível detrimento das demais. Rio Branco havia sido o herdeiro de um país que, durante 350 anos, tinha estado perfeitamente integrado no sistema mundial de comércio e finanças, posto que exportava a quase totalidade de sua produção de café e açúcar, tinha praticamente toda sua infra-estrutura de ferrovias e portos em mãos de investidores privados estrangeiros e estava sujeito, desde a Independência, à permanente rolagem da dívida. Todo esse sistema de dependência havia sido construído sobre uma estrutura interna sustentada pelo latifúndio e a escravidão. Por conseguinte, as mesmas forças que nos integravam ao mundo de fora nos desintegravam em relação ao mundo de dentro, já que nada pode ser mais desintegrador do que sistema que divide os homens entre mestres e escravos, com ou sem terra. O que bem mostra que pode existir excessiva integração do gênero errado. Pois o que conta não é a quantidade, mas a qualidade da integração, não a celeridade, mas a sustentabilidade, não a intensidade, mas a seqüência apropriada. E é por isso que a parcela do legado do chanceler menos desenvolvida na ocasião – o tratado A.B.C., a aproximação com a Argentina, o reforço das relações com a América do Sul – responde melhor à prioridade de hoje, que é começarmos por nos integrar com nosso próprio povo e com os vizinhos, como caminho para nos integrarmos com o resto do mundo por meio de integração de qualidade como foi a conduzida pelo Barão: processo capaz de conciliar e reforçar mutuamente a afirmação da independência, a realização dos interesses nacionais e a inserção no sistema internacional.





Retrato do Barão do Rio Branco.

Fotógrafo não identificado



Contrastes e Confrontos:

A Personalidade Moral e a Intelectual



Surpreende que uma inteligência “banhada de luz” e um espírito metódico e ordenado coexistissem com um temperamento indisciplinado e boêmio nos horários e métodos de trabalho. Do caos que era sua casa em Petrópolis, Rodrigo Otávio deixou este retrato:

“As mesas, atufadas e imprestáveis já, para nelas se trabalhar, iam sendo encostadas às outras, obstruindo a sala, ocupando-lhe toda a área. Além disso, coisas de menor importância, que chegavam, em grandes proporções, à casa do Barão eram, aos montes, jogadas no chão, no vão das janelas e ali se foram juntando. E a tudo isso, onde, sem ordem do Barão, não se podia mexer para procurar e retirar qualquer coisa, chamava-se, pitoresca e significativamente, o mar morto. Dessa prática decorreu que a sala, bem vasta aliás, da casa do Piabanha, tornou-se imprestável para o trabalho... Foi então que Rio Branco passou-se para o Itamarati.”⁶⁵

A partir de um certo momento, convencendo-se, como diz Luiz Viana, de que os gordos eram imunes à febre amarela, passou praticamente a viver no Itamaraty, indo apenas, de raro em raro, a Petrópolis. Não tardou para transplantar sua desorganização para o gabinete de trabalho do qual seu filho Raul fez esta descrição:

“Ali, na grande sala que lhe servia ao mesmo tempo de quarto de dormir e de gabinete de trabalho, durante cerca de nove anos, ele chegou a ter 14 mesas, redondas ou quadradas, de dimensões diferentes, às vezes mesmo do tipo de cozinha.”⁶⁶

Essa desordem aparente não era obstáculo a que se ocupasse dos mínimos pormenores, da revisão da correspondência, da elaboração com sua própria letra de atos de nomeação de funcionários ou de listas do corpo diplomático e consular, por exemplo. Chegava a desenhar mesas de banquete com a posição dos convidados e a colocação das flo-

res! Os embaixadores de hoje, que tanto se queixam de não terem mais instruções, não correriam esse risco com Paranhos, que enviava por telegrama orientação diária e minuciosa do que seus representantes deveriam fazer. Dizia Oliveira Lima, em sua conferência sobre “Os Nossos Diplomatas”, que “não seria possível, sem telégrafo, que, como foi dito para mostrar a incomparável mestria com que o Barão do Rio Branco presidia às relações internacionais do Brasil, os nossos representantes no Prata encontrassem cada dia à mesa do almoço o programa traçado do seu dia diplomático.”

A prática chegou a tal extremo que motivou o seguinte desabafo de Joaquim Nabuco em seu Diário:

“As negociações entre os dois países devem ser conduzidas perante o mais forte dos dois por meio de um Agente capaz e não por um portador de recados. A prática de Rio Branco é reduzir o Agente a porta-voz, mandar-lhe os argumentos, o que há de dizer e responder, tudo feito e sem feitiço diplomático, inelástico, intransigente. Isto é um meio de não obter nada... Eu não teria obtido nada se me cingisse às instruções que ele me tem mandado e não procurasse chegar ao fim desejado por outros meios... Ele identifica-se tanto com as causas que parece irredutível em tudo. Não pede, impõe. Discute como um advogado nos telegramas. Mas que zelo admirável e que vigilância em torno das fortificações da sua diplomacia!”⁶⁷

Esses mesmos contrastes de oposições reaparecem em sua personalidade de extrema complexidade e difícil apreensão até para os mais íntimos. Sua filha Amélia, escrevendo ao irmão Raul, queixava-se de não haver “nada mais difícil do que conhecer o pensamento de nosso pai.” Nabuco, em carta a Graça Aranha, expressava-se no mesmo sentido: “O Rio Branco é uma esfinge, creio que o foi para o pai e o é para os filhos, certamente o é para os íntimos e o terá sido para os colegas de gabinete e presidentes. Ninguém o penetrou nunca.”

Oliveira Lima, que se tornou uma espécie de anti-Rio Branco, segundo Luiz Viana, foi capaz, talvez por haver guardado a distancia crítica, de escrever, com certos exageros e injustiça, um dos estudos mais fascinantes de sua personalidade. É um retrato todo em *chiaroscuro*, no qual os defeitos do homem privado, do indivíduo, servem para







O gabinete de trabalho do Barão no Itamaraty, onde também dormia o Chanceler.

Foto: de Augusto Malta, tirada em 11 de fevereiro de 1912, um dia após o falecimento de Rio Branco.

Malta estava já sem esperança de “cometer o sacrilégio” de fotografar aquela sala, do que o havia dissuadido um diplomata, conseguindo, porém, autorização, após falar com o Barão de Werther, genro de Rio Branco. Tal era, porém, o respeito pelo recinto que o fotógrafo, inicialmente desejoso de dar “um grande furo”, conservou as chapas em absoluto segredo, só as divulgando quando, quase vinte anos depois, em 25 de março de 1931, resolveu oferecê-las ao Instituto Histórico. (Carta de Malta a M. Fleiuss, *in* Arquivo do IHGB).

não só ressaltar mas para explicar e justificar a grandeza do homem público. Começa, por exemplo, por dizer, e aí vai, creio, alguma distorção, que “as preocupações propriamente literárias ou artísticas eram de fato estranhas, senão avessas ao seu temperamento”, mas acrescenta “tal exclusivismo nele deixava de ser uma inferioridade para ser muito pelo contrário uma força, tamanha era a importância dos negócios de interesse público em que se absorvia eventualmente sua atividade e tanta valia fornecia à sua argumentação o seu alheamento de outras preocupações espirituais.”

Prosseguindo com as oposições, observa que “a compaixão não era a sua qualidade dominante, como tampouco o era o sentimento de justiça nas relações com terceiros”. Adverte, porém, que “se ele se deixasse guiar mais pelo coração, não teria porventura sido o grande homem político que incontestavelmente foi, a cabeça (dirigindo-lhe) por completo o proceder, no que o ajudava aliás aquela sua natural frieza”.

“Se Rio Branco tinha vaidades e tinha egoísmos”, lembra, “possuía também dons com que resgatar tais defeitos: possuía em subido grau competência e patriotismo.”

No mesmo tom, continua, “prezava, é certo, a sua popularidade, zelava-a com carinho”, ajuntando, contudo, que “não queria menos a pátria enaltecida e poderosa, sofrendo vivamente com qualquer diminuição sua aos olhos do estrangeiro”.

É particularmente aguda e interessante a análise que Oliveira Lima faz das qualidades e métodos intelectuais do Barão, sempre em contraponto. “Sua inteligência era direta, lúcida e vigorosa: sua maneira de proceder é que nem sempre correspondia a um traçado firme, pelo menos aparentemente, pois que no fundo era sempre uma só a sua

diretriz, e ninguém possuiu maior continuidade nem maior firmeza nos propósitos.”

A frase-chave de todo o estudo se encontra neste ponto, como uma espécie de síntese de todos os contrastes entre a personalidade afetiva e a intelectual: “Se a sua alma tinha refolhos, a sua inteligência era toda banhada de luz.”

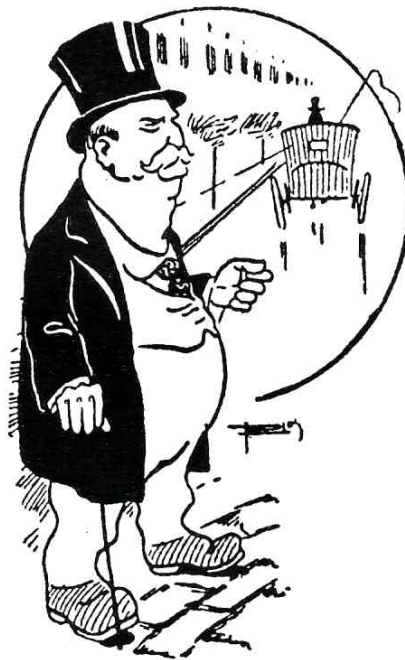
Com igual penetração apreende a razão maior do êxito de Paranhos: “a análise da sua mentalidade refletida... incidia sobre todos os aspectos de uma questão do mesmo mo-

do que o seu tino previa todas as soluções de um problema. Esgotava por assim dizer qualquer assunto, e isto lhe era tanto mais fácil — já não falando da sua faculdade essencial de pronta assimilação — quanto o seu espírito era o que havia de menos dispersivo.”

São muitos os testemunhos de contemporâneos sobre Rio Branco e é justo dizer que, embora a maioria revele mais generosidade e simpatia pelo homem, raros se aproximam da sensibilidade com que um desafeto confesso como Oliveira Lima captou a grandeza do estadista. A fim de oferecer uma amostragem desses depoimentos, vale a pena evocar o juízo de Ramalho Ortigão:

“Agradeço à minha estrela o ter-me feito encontrar no meu

caminho um homem de tão alto e tão pouco conhecido valor como você” (era ainda no seu semi-ostracismo de Paris). É também desse tempo, esta outra descrição, da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, frequentadora igualmente das reuniões em casa de Eça de Queirós, em Neuilly: “Elegante, formoso de feições, de ampla testa cheia de inteligência, de olhos expressivos, de conversação fácil e agradável... Era encantadora a sua modéstia, não se dava ares, não tinha o tom de superioridade que torna insuportáveis os grandes homens.”⁶⁸

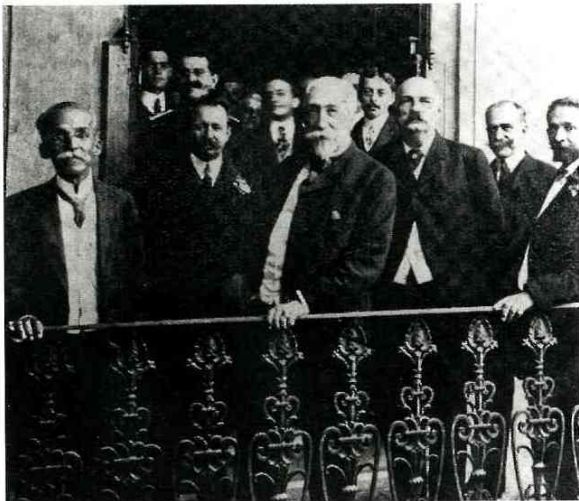


Caricatura do Barão.

J. Carlos. Fon-fon de 11 de janeiro de 1908, ano 2º
Coleção Plínio Doyle. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Euclides da Cunha confessava a Domício da Gama não conseguir libertar-se, na sua presença, de um sentimento reverencial: “Continuo a aproximar-me dele sempre contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos, discutimos; e ele franqueia-me a máxima intimidade — e não há meio de eu poder considerá-lo sem as proporções anormais de homem superior à sua época”. E após dizer que esse sentimento seu começava a generalizar-se, conclui: “... É o caso virgem de um grande homem justamente apreciado pelos contemporâneos”.

Era precisamente a generalização desses sentimentos que provoca comentário ácido de Oliveira Lima: “Um homem com a autoridade moral e com o prestígio material do Barão do Rio Branco pode ter a certeza de contar com inúmeros adutores e lhe não faltavam estes por certo, adutores que ele conhecia e menosprezava, não desgostando no entanto das suas lisonjas”. E continua: “De um sei, dos tais, que o cercavam de turíbulo em punho — a história foi-me narrada por Euclides da Cunha e ainda vejo o seu olhar es-



Almoço oferecido, no Itamaraty, por Rio Branco a Anatole France.

Grupo tomado após o almoço. Da esquerda para a direita: Rui Barbosa, Rodrigo Otávio, Anatole France e Rio Branco.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1907.

Foto: in “Caretá”, no especial de 17 de fevereiro de 1912.

Coleção Plínio Doyle. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Rio Branco esmerava-se em homenagear os homens de letras estrangeiros que por aqui passavam.

pantado ao relatar o caso, que por ocasião de um ágape intelectual no Itamarati, na passagem de um escritor ilustre, escreveu a Rio Branco comparando a festa da véspera com uma reunião ateniense em que o Barão fizesse as vezes de Péricles, Machado de Assis (então vivo) de Platão e a Sra. D. Hortência do Rio Branco de Minerva. Rio Branco mostrava esta carta aos seus familiares que iam chegando e, com aquele seu sorriso para dentro que nunca tinha a expansibilidade de uma gargalhada e, quando riso, era antes uma mofo comentava: “O Senhor não era capaz de escrever isto”. “Alguns seriam”, finaliza Oliveira Lima, “outros não.”

A chave do enigma é desvendada no livro de Luiz Viana, que impiedosamente transcreve a famosa carta:

“...Naquela noite memorável em que Guglielmo Ferrero foi recebido no Itamarati, não lhe pude dizer todo o meu entusiasmo... Tive a deliciosa ilusão de que Cícero era recebido por Péricles... Jantamos em Atenas... Ferrero jamais esquecerá esse momento grego no Brasil, em que ele foi recebido por Péricles — Rio Branco, conversou com Platão — Machado de Assis, e foi iluminado pelo olhar e pela frente de Minerva... Ainda como ateniense, nós poderíamos dizer ao historiador da antigüidade que o juramento de Rio Branco na mocidade foi o mesmo da juventude grega no altar da Deusa: ‘Não deixarei diminuir minha Pátria, mas a engrandecerei’. Seu amigo dedicado Graça Aranha”. Sempre implacável, Luiz Viana lembra que o autor de Canaã “tinha o louvor fácil e inspirado”, mas, apesar da carta sobre Atenas, nem por isso deixou de continuar a se queixar do “regime de validismo e abafamento que é a atmosfera do círculo de Rio Branco.”

Esse endeusamento acabaria por encontrar, cedo ou tarde, uma expressão de política interna. É o que ocorrerá finalmente no início da sucessão de Afonso Pena, quando se esboça um movimento para evitar a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca e promover a de Paranhos, embora este afirme que “preferiria ser fuzilado”. Ao completar 64 anos, os amigos lhe tributam uma apoteose, com um desfile do Palácio Monroe ao Itamaraty que se prolongou por mais de quatro horas, com bandas militares, sobreviventes da Guerra do Paraguai com suas condecorações, guarda de honra a cavalo e até alguns automóveis muito admirados. No discurso de agradecimento, o Barão fez



Almoço oferecido na casa de Westfalia a Anatole France.

março, 1907.

Sentados: Anatole France e Senhora; em pé, da esquerda para a direita, Graça Aranha, Domício da Gama, cinco pessoas não identificadas, no meio das quais está Hortênsia Rio Branco, o Barão e, atrás seu filho Raul, dois personagens não identificados e Pecegueiro do Amaral.

questão de afastar qualquer idéia de que nutrisse ambições políticas:

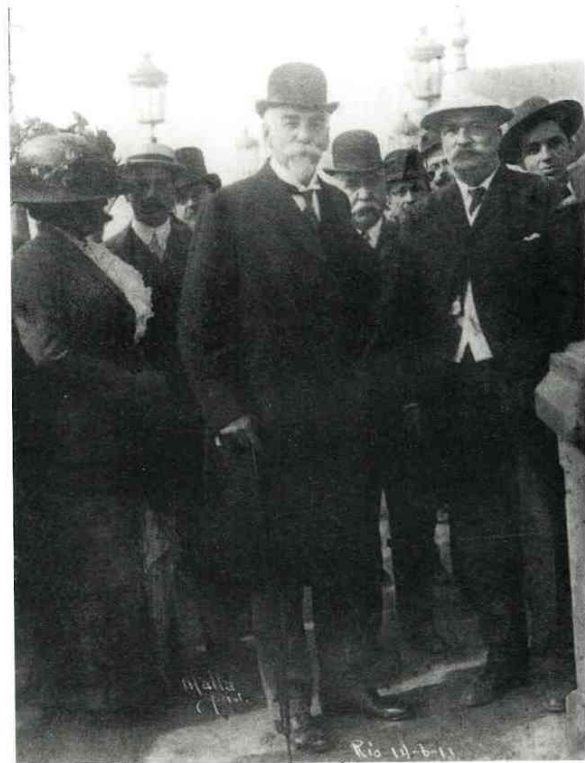
“Há trinta e quatro anos separei-me das lides da política interna... E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. Entreguei-me desde então ao serviço do país nas suas relações exteriores porque, ocupando-me... com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos. Não me arrependo da resolução que tomei na mocidade e, sem quebra, tenho mantido no posto em que sucessivamente me colocaram dois Presidentes da República.”

Fiel a essas palavras, ele terminaria por apoiar a candidatura Hermes, o que lhe fez perder parte apreciável de uma popularidade que, na época, não tinha igual no país. Explicando sua renúncia, diria a Ramón Carcano: “Meditei muito... Candidato ou Presidente me lançava nas ondas da política militante, envolvia-me na voragem de todas as paixões e interesses humanos. Seria discutido, atacado, diminuído, desautorizado pelo choque das ambições bravias, e não teria como Presidente a força que hoje tenho como Ministro para dirigir as relações exteriores...”

Sua vida tocava o fim. Um terceiro Presidente, o Marechal Hermes, o confirmaria de novo como Ministro. Mas, ao mesmo tempo que declinavam suas forças, começava aos poucos a desaparecer não só o mundo internacional do Barão, mas também o Brasil forte, próspero e prestigioso que lhe havia possibilitado realizar, sem solução de continuidade, sua obra diplomática. As presidências de Rodrigues Alves e Afonso Pena marcaram o ponto mais alto da República Velha. Depois de Deodoro e Floriano, de um começo turbulento e intolerante, Prudente de Moraes e Campos Sales haviam inaugurado a era dos regimes normais e institucionalizados e restaurado a ordem civil e financeira. Os dois presidentes seguintes, ambos formados ainda sob a monarquia, souberam encontrar colaboradores de valor como Leopoldo Bulhões na Fazenda, Lauro Müller na pasta da Viação e Obras Públicas, Osvaldo Cruz na Saúde Pública, Pereira Passos na Prefeitura do Rio de Janeiro, Paulo de Frontim, Juliano Moreira. A erradicação da febre amarela,

a modernização do Rio e do País, a expansão das exportações de café e borracha, o câmbio estável, a população crescente, passando já dos 25 milhões de habitantes, tudo isso acelerava o ritmo outrora modorrento da Capital, fazendo Euclides suspirar em carta a Domício da Gama: “A vida entre nós... mudou. Há delírio de automóveis, de carros, de corsos, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba — ou que me atrapalha, no meu *ursismo* incurável... Que saudades da antiga simplicidade brasileira.”

Infelizmente passam velozes esses tempos de brilho material e político, de criatividade intelectual, quando Rio Branco se cerca de intelectuais de talento como colaboradores ou amigos: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Capistrano de Abreu, Clovis Bevilacqua, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Olavo Bilac, Graça Aranha, Pandiá Calógeras, Domício da Gama. Muitos iriam desaparecer nos anos seguintes, alguns de forma trágica como Euclides, outros como Nabuco, com a disposição de espírito, conforme



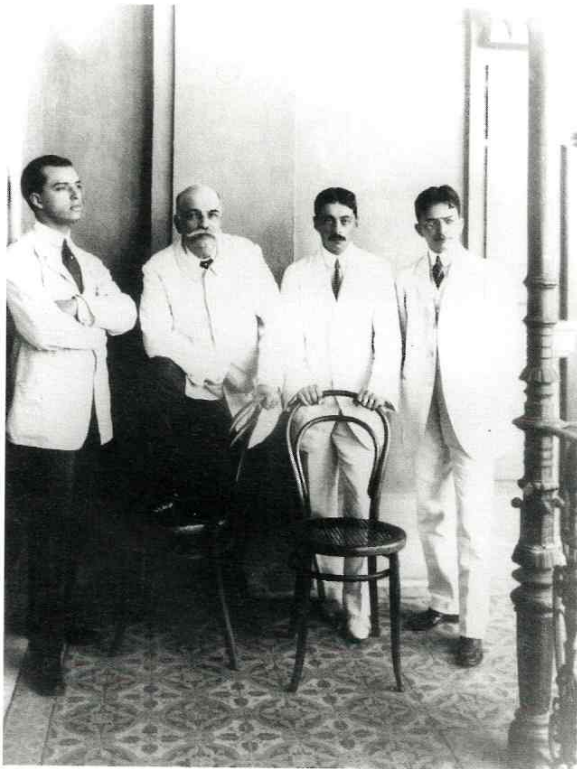
O Barão e o Prefeito Pereira Passos.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1911.

Foto: Augusto Malta.

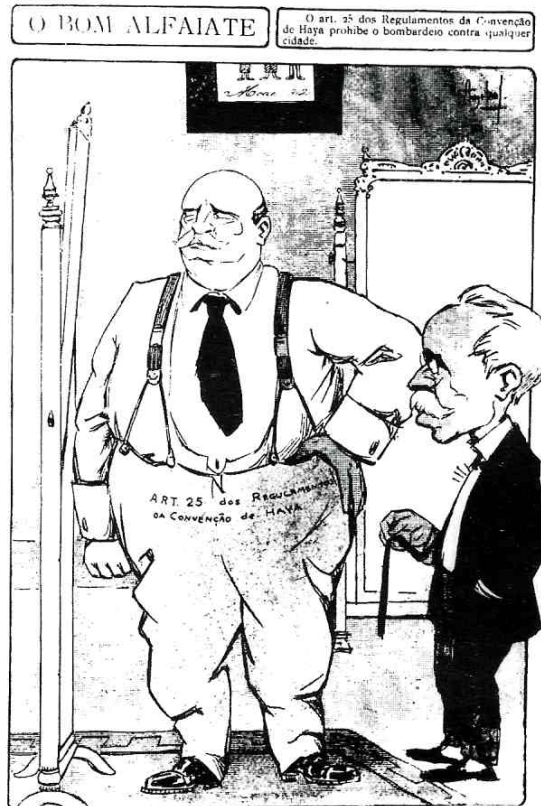
escreveu a Hilário de Gouveia, “de quem quisera adormecer...” A sensação de perda irreparável por tantos desaparecimentos de homens excepcionais é bem expressa por Domício da Gama: “Machado de Assis, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco fazem falta ao meu coração de brasileiro confiado no futuro de uma nação que teve dessas inteligências.”

O Governo Hermes da Fonseca parece confirmar os piores prognósticos e é sacudido por acusações e denúncias de toda ordem, pela revolta dos marinheiros, sobre a qual observou Carlos de Laet: “... a revolta... foi, para Rio Branco, um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte e capaz de, pela sua união e tranqüila robustez, dominar os destinos desta parte sul do Continente. Circunvagando os olhos pela baía ameaçada e pela capital a padecer os horrores do fratricídio, o grande brasileiro teria talvez compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal...”



O Barão e seus auxiliares mais diretos: à direita, Moniz de Aragão; à esquerda, Pecegueiro do Amaral e Araujo Jorge em trajés de trabalho, no verão, no Itamaraty.

Rio de Janeiro, 1912 (?). Foto: Augusto Malta (?).

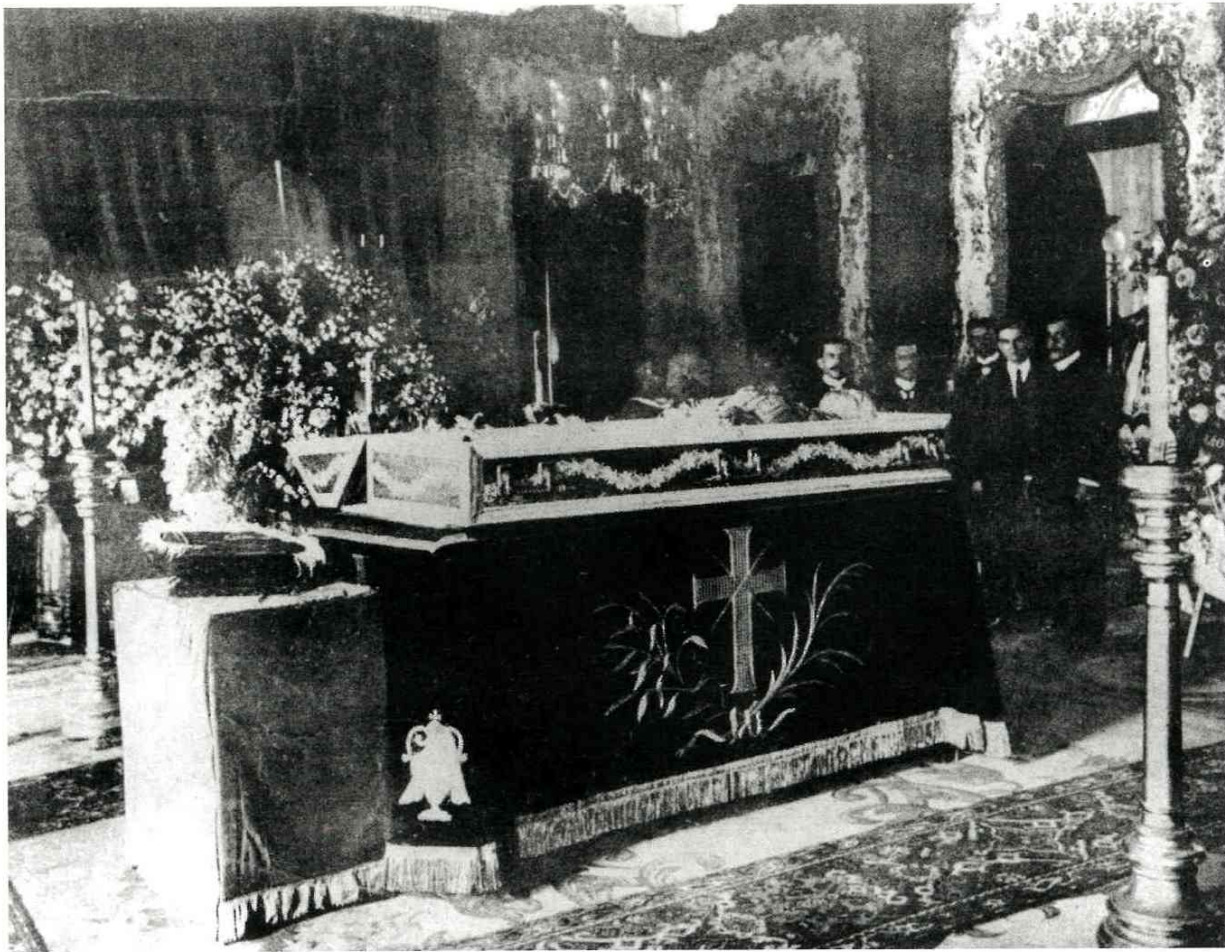


Caricatura do Barão. “O Bom Alfaiate”.

Vasco Lima, 1912.

Coleção Plínio Doyle. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Rui, de alfaiate, diz ao Barão, que se mira em espelho, tendo escrito sobre a cintura “art. 25 dos Regulamentos da Convenção de Haia”: “vai-lhe muitíssimo bem, Snr...” (o art. 21 proibia bombardeio contra qualquer cidade).
Referia-se ao bombardeio da Bahia.



A morte do Barão.

A eça armada no salão de honra do Itamaraty, transformado em câmara ardente.

Foto: publicada na "Ilustração brasileira", 1912.

Falecido o Barão às 9 horas e 10 minutos do dia 10 de fevereiro de 1912, ficou seu corpo velado durante a tarde e a noite do mesmo dia no "Salão D. Carlos" e, na manhã de 11, transladado para o Salão de Honra, então chamado Salão Amarelo, transformado em câmara ardente, até a manhã do dia 13 em que se realizou o enterro.

Durante esse período, o cadáver do Chanceler foi velado por funcionários da Secretaria de Estado, do Exército e da polícia, e por autoridades e grande multidão de admiradores.





Vêm, em seguida, o estado de sítio, a intervenção em Pernambuco e, finalmente, o golpe extremo que, diz Álvaro Lins, apressa-lhe a morte: o bombardeio da Bahia, a 10 de janeiro de 1912. Dias depois, apresentava a demissão ao Presidente, que, abalado, lhe diz: “Se o Senhor sair, eu também renuncio.” Diante dos apelos e das promessas de reparação da situação baiana feitas pelo Marechal, aceita retirar a demissão mas seria por pouco tempo. Menos de um mês mais tarde, às 9,10 horas da manhã de 10 de fevereiro, expirava no leito de estudante em que há anos dormia, sem testamento pois quase não tinha bens. Luiz Viana fecha o capítulo da sua morte e do seu livro com a frase do amigo José Carlos Rodrigues, diretor do Jornal do Comércio, o qual, ao ouvir o repórter descrever que o caixão baixara à sepultura sob os acordes da Marcha Fúnebre de Chopin, teria dito: “A música que ele merecia era a do Crepúsculo dos Deuses...”

Desapareciam o homem e o ministro mas iam começar a crescer, a partir daquele momento, a lenda e o mito. Rio Branco foi, em vida, o mais popular ou, como lhe diziam com frequência, o maior de todos os brasileiros. A isso reagia sempre, dizendo:

“— O maior dos brasileiros foi D. Pedro II, e depois meu Pai.”

Sua popularidade não cessou de aumentar após a morte, fato único, sem precedentes, de um diplomata profissional, de um funcionário do Estado, que alcançou o panteão monetário da cédula de mil cruzeiros, o popular “Barão”, consagração em geral reservada a políticos e militares.

O diplomata argentino José Maria Cantilo intuiu com segurança a razão dessa popularidade:

Ao lado,

Parentes e amigos chegados após o falecimento do Barão. *Westphália, Petrópolis, 26 de fevereiro de 1912. Foto: de Augusto Malta.*

No grupo, formado entre os bustos em bronze do Visconde e do Barão, nota-se sua filha Amélia, baronesa de Werther, ao lado esquerdo do marido, e cujos filhos, crianças, aparecem sentados. Ainda de pé: Fritz (criado), Cônsul Oscar Paranhos da Silva, Hélio Lobo, J.J. de Lima e Silva Moniz de Aragão, Raul do Rio Branco, Gastão Paranhos do Rio Branco.

“Figura original, de fuertes relieves sobre el fondo de la nacionalidad, especie de patriarca que... centralizaba y alimentaba la atención del Brasil entero... Rio Branco tenia... una popularidad extraordinaria. ERA EL BRASIL MISMO” (ênfase minha)

É sugestivo da marca deixada pelo Barão no juízo dos contemporâneos que um diplomata estrangeiro, Cantilo e um diplomata brasileiro insuspeito de simpatia por Paranhos, Oliveira Lima, tivessem chegado a idêntica conclusão.

O grande historiador pernambucano coincide, efetivamente, nesta mesma identificação do homem e do país que serviu. Assinala que “a sua personalidade dominadora destacava-se da coletividade para fundir-se na entidade abstrata que ele de resto tão bem e tão eficazmente serviu toda a vida, ao ponto de, sem guerras, exclusivamente pelos meios pacíficos da negociação e do arbitramento, haver aumentado tão consideravelmente a área nacional — o que a pouquíssimos personagens históricos, a um resumidíssimo número de privilegiados, tem sido dado”.

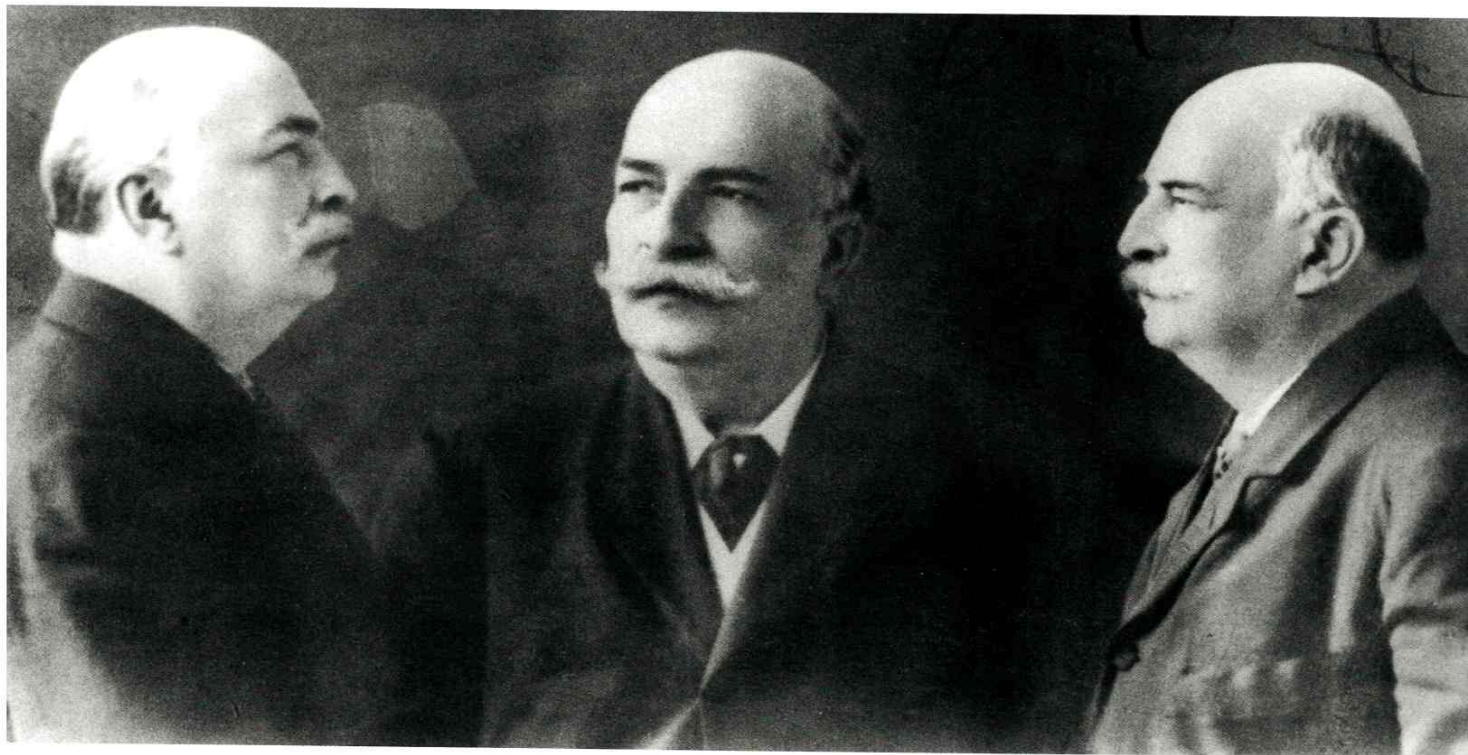
Sublinha que “nele o interesse pessoal se confundia com o público, assim como sua personalidade mergulhava toda na nacionalidade”, que na Europa, só se ocupou do Brasil, na terra natal, continuou o Brasil a sua maior, senão única preocupação. “Pela pátria”, censurava Oliveira Lima, “nutria ciúmes exagerados... confundindo-os com melindres pessoais que nunca separava das suscetibilidades públicas.”

E terminava o artigo com a previsão de que:

“A pátria aliás confirmará esse conceito de um orgulho ingênuo, associando à noção da sua grandeza o nome daquele que contribuiu mais do que ninguém para fazê-la maior e contribuiu tanto quanto os melhores para fazê-la respeitada.”

Não creio que se possa dizer melhor. E, agora que a morte e o tempo sepultaram para sempre os ressentimentos e as queixas que um dia separaram os dois antigos amigos, fica bem, penso, a título de reconciliação póstuma, evocar, como despedida e tributo ao Barão do Rio Branco, no Sesquicentenário do seu nascimento, as palavras nobres e justas do seu antigo adversário mas finalmente isento admirador.

Londres, 9 de março de 1995.



O Barão do Rio Branco.

Rio de Janeiro, s.d. Foto: de Augusto Malta.

“O Rio Branco é uma esfinge, creio que o foi para o pai e o é para os filhos, certamente o é para os íntimos e o terá sido para os colegas de gabinete e presidentes.” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha de 12 de junho de 1907, in Viana Filho, Luis, op. cit. p.371).

1. Manuel de Oliveira Lima, *O Barão do Rio Branco*, in *Obra Seleta*, Ed. Instituto Nacional do Livro, 1ª ed., p. 299; Rio de Janeiro.
2. Original no Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, apud Álvaro Lins, *Rio Branco*, 2ª ed., p. 132.
3. In *Obra Seleta* de Rui Barbosa, Ed. Aguilar.
4. Machado de Assis, *Páginas Recolhidas*, p. 165, Rio, 1938.
5. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, tomo II, p. 166.
6. Joaquim Nabuco, op. cit.
7. Idem, ibidem, tomo II, p. 136, São Paulo, 1936.
8. Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
9. Carta a Domingos Jaguaribe, de 10 de abril de 1886 (Biblioteca Nacional) apud L. Viana Filho.
10. Cartas ao Barão de Cotegipe, de 23 e 24 de janeiro de 1876 (Arq. do Barão de Cotegipe) apud L. Viana Filho.
11. Memorando de Cotegipe sobre o Consulado em Liverpool (Arq. do Barão de Cotegipe), apud L. Viana Filho.
12. Álvaro Lins, *Rio Branco*, 2ª ed., C. Ed. Nacional, p. 102.
13. José Maria Cantilo, *Conferências (Años 1932-33) Recuerdo de una Vida Diplomática*, B. Aires, 1935.
14. Eduardo Prado, *Coletâneas*, vol. I, pp. 340-341, São Paulo, 1904.
15. Álvaro Lins, op. cit., pp. 97-98.
16. Apud Álvaro Lins, op. cit., pp. 97-98.
17. Os títulos dos documentos arbitrais foram simplificados.
18. Cartas a Rio Branco no Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
19. Luiz Viana Filho, *A Vida do Barão do Rio Branco*, Liv. José Olympio Ed., 1ª ed., 1959, p. 160.
20. Luiz Viana Filho, op. cit., p. 162.
21. Arquivo de Joaquim Nabuco, apud Luiz Viana Filho, op. cit., p. 171.
22. Carta de Rio Branco a José Avelino. “É questão de história e geografia que conheço perfeitamente, questão tratada por meu Pai em 1857”, apud Luis Gurgel do Amaral, *O Meu Velho Itamaraty*.
23. Carta de Basset Moore a Alosio Napoleão, apud Luiz Viana Filho, op. cit.
24. M. Oliveira Lima, op. cit.
25. Carta cujo original, pertencente à Sra. Helena Rio Branco, foi comunicado a Luiz Viana Filho, op. cit., p. 231.
26. Carta a R. Alves, Arq. Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
27. Alfredo Varela, *Rememorações*, apud L. Viana Filho, op. cit., p. 180.
28. Levi Carneiro, *Discursos e Conferências*, p. 54.
29. Apud L. Viana Filho, *A Vida do Barão do Rio Branco*.
30. Carta de Rio Branco a Frederico de Abranches.
31. Cartas de Domício da Gama a Rio Branco e Graça Aranha, apud L. Viana Filho, op. cit.
32. Carta a F. de Abranches citada.
33. Carta a F. de Abranches citada.
34. E. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance*, Columbia Un. Press, 1966, p. 80.
35. Ofício de Olinto de Magalhães à Legação em Berlim, 24 de junho de 1902.
36. Carta de Hilário de Gouveia, de 23 de julho de 1902, Arq. Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
37. Washington Post, 26 de agosto de 1903, p. 5.
38. Despacho à Legação em La Paz, 9 de março de 1903, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
39. Despacho para a Legação em La Paz em 3 de fevereiro de 1903.
40. Álvaro Lins, op. cit., p.297.
41. Rio Branco, Exposição de Motivos, 27 de dezembro de 1903.
42. Rio Branco, Exposição de Motivos.
43. Levi Carneiro, op. cit.
44. Rio Branco, Exposição de Motivos.
45. Protocolo das Conferências com o Paraguai – Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857.
46. Ramón J. Cárcano, *Mis primeros ochenta años*, B. Aires, 1943.
47. Álvaro Lins, op. cit., p. 179.
48. Diário de Rio Branco, 27 de maio de 1903.
49. Salvador de Mendonça, *A Situação Internacional do Brasil*, apud E. Bradford Burns, op. cit., pp. 60-63.
50. Álvaro Lins, op. cit., p. 143.
51. E. Bradford Burns, op. cit., p. 63.
52. R. Ricupero, *O Brasil, a América Latina, os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular*, in “*Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*”, volume I, coletânea organizada por José Augusto Guilhon de Albuquerque e publicada pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP e Cultura Editora Associados, São Paulo, 1996.
53. Apud E. Bradford Burns, op. cit., 121.
54. E. Bradford Burns, op. cit., p. 152.
55. E. Bradford Burns, op. cit., pp. 178-179.
56. Despacho de Thompson para Hay, janeiro de 1905, apud E. Bradford Burns, op. cit., p.90.
57. E. Bradford Burns, op. cit., p. 171.
58. Rio Branco, *Obras*, tomo IX, p. 98, Imp. Nacional (1945-48), Rio de Janeiro.
59. E. Bradford Burns, op. cit., p. 175.
60. E. Bradford Burns, op. cit., p. 88.
61. E. Bradford Burns, op. cit., p. 126.
62. Para um tratamento um pouco mais amplo ver R. Ricupero, estudo citado.
63. Carta a Joaquim Nabuco.
64. Carta a Joaquim Nabuco, 30 de agosto de 1902, Arq. Joaquim Nabuco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
65. Ver página 91, 2ª coluna, fim do 2º parágrafo.
66. E. Bradford Burns, op. cit., pp. 178-179.
67. E. Bradford Burns, op. cit., p. 205.
68. Rio Branco, Despacho nº 5 à Embaixada em Washington, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
69. Rio Branco, Despacho à Legação em Buenos Aires, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
70. Álvaro Lins, op. cit., p. 639.
71. Ver página 105, 2ª, coluna, 2º parágrafo.
72. Carlos Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasil*, ed. fac-similar, Senado Federal, 1998, pp. 249-250.
73. Rio Branco, discurso citado.
74. Carlos Delgado de Carvalho, op. cit., p.249.
75. Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, Liv. José Olympio Ed., RJ, 1959, 1º tomo, CXLVI.
76. Gilberto Freyre, op. cit., CXLIX.
77. Gilberto Freyre, op. cit., CL.
78. Gilberto Freyre, op. cit., CXLIX.
79. Gilberto Freyre, op. cit., CLI.
80. Gilberto Freyre, op. cit., CLX.
81. Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos Outros*.
82. Raul do Rio Branco, *Reminiscências*.
83. Apud Carolina Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*. Apud Luiz Viana Filho, op. cit.



NOTA DO ORGANIZADOR

*As fotografias que não têm outra
indicação integram a coleção da mapoteca
do Itamaraty - Rio.*

José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco:

uma biografia fotográfica / texto de Rubens Ricupero; organização, iconografia e legendas de João Hermes de Araujo; com a colaboração de Ricardo Joppert. - 2.ed. rev. e ampl. pelo autor. - Brasília: FUNAG: CHDD, 2002. 144 p. : front., il; 31cm.

Centenário de posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores.

1. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, *Barão do*, 1845-1912 – Biografia. I. Ricupero, Rubens. II. Araujo, João Hermes Pereira de. III. Joppert, Ricardo. IV. Fundação Alexandre de Gusmão. V. Centro de História e Documentação Diplomática.

CDU 929 (Rio Branco, Barão do)



ODEBRECHT